



REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO

NÚMERO 66
2008



1919

Este número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso foi patrocinado pelo Governo Federal através do Ministério da Cultura - MINC e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e integra o conjunto de publicações promovidas pelo Ponto de Cultura do IHGMT.



**Ministério
da Cultura**



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

NÚMERO 66



1919

Este livro foi produzido com recursos advindos do Ponto de Cultura do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em convênio com o IPHAN - Instituto do Patrimônio Artístico Nacional e Ministério da Cultura, através do projeto Cultura Viva



**Ministério
da Cultura**



IHGMT/CUIABÁ
2008

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

DIRETORIA

Presidente

João Carlos Vicente Ferreira

1º vice Presidente

Weller Marcos da Silva

2º vice Presidente

Sônia Regina Romancini

1º Secretária

Nilza Queiróz Freire

2º Secretária

Elizabeth Madureira Siqueira

1º Tesoureiro

Francisco Freire da Silva

2º Tesoureiro

Benedito Pinheiro de Campos

Conselho Fiscal

Aecim Tocantins

Moacyr Freitas

Domingos Iglésias.

Curadora do Museu e Arquivo

Elizabeth Madureira Siqueira

Coordenador das Publicações Avulsas

Paulo Pitaluga Costa e Silva

Conselho Editorial

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa

Elizabeth Madureira Siqueira

Sônia Regina Romancini

Suise Monteiro Leon Bordest

Weller Marcos da Silva

IHGMT

Rua Barão de Melgaço 3.869 (Centro)

Cuiabá / MT – Tel.: (65) 3624-2029

www.ihgmt.org.br

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

NÚMERO 66



1919

IHGMT/CUIABÁ
2008

ISSN 1677-0897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso /
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 66. Cuiabá, 2008
135 p.: 16 cm.
Anual
Inclui bibliografia, índice e ilustração

1. Família Real
2. Comissão Rondon
3. Índios Nambiquara
4. Missões de Moxos
5. História de Mato Grosso

CDD 981.72

Revisão e Normalização:

Comissão Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

Candida Bitencourt Haesbaert

Produção Gráfica:

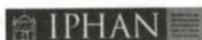
Sérgio Puga

IHGMT

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Rua Barão de Melgaço 3.869
(Centro) – Cuiabá / MT
Tel.: (65) 3624-2029
www.ihgmt.org.br

Este livro foi produzido com recursos advindos do Ponto de Cultura do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em convênio com o IPHAN - Instituto do Patrimônio Artístico Nacional e Ministério da Cultura, através do projeto Cultura Viva



**Ministério
da Cultura**



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
PARTE 1	
ARTIGOS	11
A FAMÍLIA REAL NO BRASIL E OS REFLEXOS EM MATO GROSSO	13
João Carlos Vicente Ferreira Elizabeth Madureira Siqueira	
CENTENÁRIO DA COMISSÃO RONDON: UM OLHAR SOBRE A MULHER NAMBIQUARA	25
Anna Maria Ribeiro F. M. Costa José Eduardo F. M. Costa	
NOTÍCIAS DAS MISSÕES DE MOXOS: RELATOS PORTUGUESES DO SÉCULO XVIII (1722 – 1752)	45
João Antonio Botelho Lucidio	
FORÇA DE LINHA: PRESENÇA DE NEGROS NO FRONT DE BATALHA NA GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870)	57
Aluísio Gonçalves de Farias	
GEOMORFOLOGIA E TURISMO NO ESTADO DE MATO GROSSO	69
Suíse Monteiro Leon Bordest	
PERÍODO DE ESTIAGEM	75
Jackeline Campelo Barbosa Juliana Barbosa Ortiz de Lira Juliana Rodrigues Fernandes Bueno	
REVISITANDO CUIABÁ ATRAVÉS DO TURISMO CULTURAL	89
Sônia Regina Romancini Bianka Corrêa Moraes Luciene Castro Bauermeister Silvano Pereira de Oliveira	

PARTE 2

COMUNICAÇÃO 115

COMEMORAÇÃO DO DIA DO VEREADOR 117

Aecim Tocantins

UM MILITAR NA CASA CIVIL 121

Aecim Tocantins

**CAMPANHA NACIONAL
DE COMBATE À CORRUPÇÃO** 123

Aecim Tocantins

**O HINO NACIONAL E O
HINO À INDEPENDÊNCIA** 125

Joel Leão

MISSÃO CRULS 129

Joel Leão

PARTE 3

POESIA 133

HISTORICIDADE 135

Benedito Pinheiro de Campos

APRESENTAÇÃO

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso oferece ao leitor deste número um dossiê de artigos cujas temáticas são tecidas com fios históricos múltiplos, possibilitando um descortinar diferenciado ao estado de Mato Grosso. São outros olhares direcionados a questões já debatidas no meio acadêmico, mas que trazem novas abordagens em virtude do aparato teórico associado aos métodos e fontes adotados pelos autores.

Artigos, Comunicações e uma poesia integram este número. Primeiramente, João Carlos Vicente Ferreira, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, e Elizabeth Madureira Siqueira, historiadora e curadora da Casa Barão de Melgaço, apresentam *A família real no Brasil e os reflexos em Mato Grosso*, como resultado da palestra proferida por João Carlos, no IV Colóquio promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro, entre os dias 21 e 23 de outubro, para celebrar o bicentenário da chegada da corte portuguesa ao Brasil, com ênfase na relação que os diferentes estados brasileiros tiveram com a transmigração da Família Real para o Brasil, especialmente para Mato Grosso, capitania criada oficialmente em 1748.

O segundo artigo, de autoria da historiadora Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa e do geógrafo José Eduardo F. Moreira da Costa, apresenta uma abordagem do *Centenário da Comissão Rondon: um olhar sobre a mulher Nambiquara*. Em comemoração aos 100 anos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, sob o comando de Cândido Mariano da Silva Rondon, que adentrou o território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas, os autores ofertam um recorte temático direcionado à importância e aos modos de viver da mulher na sociedade indígena Nambiquara.

O terceiro artigo intitulado *Notícias das Missões de Moxos: relatos portugueses do século XVIII (1722-1752)*, do historiador João Antonio Botelho Lucídio, possibilita-nos mensurar melhor a extensão e complexidade da rede de ações do Estado Português na América, pouco referenciado pela historiografia contemporânea. Sua análise tem como suporte documental quatro relatos de viagem às Missões de Moxos, ocorridas na primeira metade do século XVIII, além de correspondências trocadas entre os representantes do Estado lusitano na colônia Brasil.

O quarto artigo, *Força de linha: presença de negros no front de batalha na Guerra do Paraguai (1865-1870)*, é de autoria do historiador Aluísio Gonçalves de Farias. Sua proposta tem como objetivo a observação aguçada sobre uma fotografia de Voluntários da Pátria, editada na obra de Ricardo Salles intitulada *Guerra do Paraguai: memória e imagem*. Seu suporte metodológico, a iconologia, é entendida como um recurso de análise capaz de tornar visível a participação de negros na formação da corporação militar da Guerra do Paraguai.

Em *Período de estiagem: doenças respiratórias acometidas na população de Várzea Grande e Cuiabá*, o quinto artigo, graduandas do curso de Farmácia do UNIVAG – Centro Universitário – apresentam, num diálogo com a Geografia, as principais doenças respiratórias que acometeram a população de Cuiabá e Várzea Grande, MT, especialmente entre os meses de abril e setembro de 2007. Conhecido regionalmente como “período de seca” ou “estiagem”, as autoras visitaram o Posto de Saúde da Família Professora Binoca Maria da Costa, localizado no bairro da Manga, para a comprovação da hipótese levantada.

Na seqüência, *Geomorfologia e turismo no estado de Mato Grosso: primeiras reflexões*, da geógrafa Suíse Monteiro Leon Bordest, tem o propósito de trazer alguns elementos da relação relevo-turismo em Mato Grosso, numa leitura reflexiva sobre as atuais discussões ambientais. Nessa análise, a autora toma por base a perspectiva teórica de Aziz Ab’Saber, evidenciando que a paisagem deve ser percebida como uma herança de processos fisiográfico, biológico e de patrimônio coletivo.

Também na área do turismo, a geógrafa Sônia Regina Romancini e os mestrandos do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, Bianka Corrêa Moraes, Luciene Castro Bauermeister e Silvano Pereira de Oliveira, apresentam *Revisitando Cuiabá através do turismo cultural*, um estudo sobre cultura e simbolismo nas paisagens urbanas de Cuiabá. Associado ao conjunto bibliográfico, os autores têm como aporte documental o resultado do trabalho de campo realizado no dia 24 de junho de 2008, atividade que integrou parte das aulas práticas da disciplina “Organização do Espaço Urbano Regional”, ofertada durante o referido curso e ministrada pelas professoras Sônia Romancini e Márcia Ajala.

A segunda parte da Revista refere-se às Comunicações. Suas portas se abrem com Aecim Tocantins, em três momentos. Em *Comemoração do Dia do Vereador*, um discurso comemorativo, proferido em solenidade, em Cuiabá, no Centro de Eventos Pantanal, em 01.10.2008, e que tem como ponto de partida sua experiência como vereador

de Cuiabá. Em *Um militar na Casa Civil*, Aecim Tocantins refere-se à indicação do Major Eumar Roberto Novacki para exercer o cargo de Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, relembando tempos pretéritos da República, bem como sua própria experiência no Governo do Dr. José Fragelli. Sua terceira Comunicação, *Campanha Nacional de Combate à Corrupção*, resenha a obra *A Criação de Novos Estados – Verdade e Mito*, de autoria de Pedro Valle, no momento em que a Procuradoria Geral da Justiça, em sintonia com a Ordem dos Advogados do Brasil e outras entidades da sociedade brasileira, lança a Campanha Nacional de Combate à Corrupção.

As demais Comunicações pertencem ao cineasta Joel Leão, *Missão Cruls* e *O Hino Nacional e o Hino à Independência*. Na primeira, destaca a figura e os feitos de Luiz Ferdinand Cruls, que demarcou o local da construção da capital federal, Brasília. Em *O Hino Nacional e o Hino à Independência*, o autor traz à luz informações ainda tão pouco divulgadas sobre as origens destas composições e sua significação para a época e contemporaneamente.

A terceira e última parte deste número presenteia o leitor com a poesia *Historicidade*, de Benedito Pinheiro de Campos, alusiva ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, referenciando e homenageando personalidades que colaboraram para a sedimentação da Instituição, como D. Francisco de Aquino Corrêa, José Barnabé de Mesquita, Filogonio de Paula Corrêa, Estevão de Mendonça e outros eméritos confrades da Instituição.

O Conselho Editorial, nesta reunião de Artigos, Comunicações e Poesia, teve como propósito disponibilizar a recente produção escriturística dos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e demais colaboradores, numa perspectiva de trazer à tona contribuições que, certamente, se lançam a um profícuo debate.

Conselho Editorial

FACULTAD DE CIENCIAS EXACTAS Y NATURALES
UNIVERSIDAD NACIONAL DEL SUROESTE
CARRILLO DE LA UNIÓN
CARRILLO DE LA UNIÓN, BUENOS AIRES

PARTE 1

ARTIGOS

A FAMÍLIA REAL NO BRASIL E OS REFLEXOS EM MATO GROSSO

João Carlos Vicente Ferreira¹
Elizabeth Madureira Siqueira²

Sobre Dom João VI, Napoleão Bonaparte disse: “Ele foi o único homem que tirou proveito de mim.” O Príncipe Regente Dom João zarpou de Lisboa a 29 de novembro de 1807, juntamente com a Família Real portuguesa e expressivo número de pessoas, em torno 20 mil, dentre as quais incluía-se a fina flor da sociedade lusitana que trasladou para um território distante. Dentre os imigrantes destacam-se a nobreza, o clero e, sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Nessa medida, parcela do aparelho burocrata do Estado lusitano chegou ao Brasil, trazendo tesouros, religiosidade, cultura material e imaterial, vivência civilizatória, uma enorme quantidade de documentos e, aproximadamente, 60.000 livros da Biblioteca Real.

Essa ação determinou o efetivo nascimento do Brasil como Nação reconhecida internacionalmente, integrando o Reino Unido português.

Constata-se que inúmeras ações implementadas nesse período, na cidade do Rio de Janeiro, então a Corte, tiveram, por muito tempo, reflexos na sociedade cuiabana e mato-grossense.

O isolamento geográfico de Mato Grosso, desde sua formação enquanto unidade territorial pertencente a Portugal ou mesmo depois do Brasil independente, sempre foi fator que dificultou o seu desenvolvimento sociocultural e econômico. Sobre o isolamento mato-grossense, nos conta o viajante/cronista John Luccock que na sua viagem a Minas Gerais encontrou dois mercadores de Cuiabá que lhe confidenciaram nunca ter ouvido, em sua terra sobre a existência de guerras européias, imaginando existir, no Brasil, tão somente dois

1 Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Autor de diversos livros e artigos científicos versando sobre a realidade de Mato Grosso. Ex-Secretário de Estado de Cultura de Mato Grosso. Membro correspondente do IHGB e filiado a outras Instituições culturais do Brasil.

2 Curadora da Casa Barão de Melgaço. Membro da Academia Mato-Grossense de Letras. Historiadora aposentada pela Universidade Federal de Mato Grosso e, atualmente, Coordenadora da Editora da mesma Instituição.

povos, os portugueses e os espanhóis, sendo o restante composto por povos indígenas.

Ao assinar, em janeiro de 1808, a lei que autorizava a abertura dos portos, Dom João estava muito longe de supor que o Brasil caminharia rapidamente para sua independência, deflagrada 14 anos depois. Tinha em mente que a transmigração da Família Real para o Brasil não colocaria em risco a integridade do império, pelo simples fato de ser a “sede” do governo lusitano. Com isso, Dom João quebrou a lógica de sistema colonial, comprometendo de forma definitiva a reserva de produtos e de mercados brasileiros em relação à Europa, permitindo, inclusive, o anseio da sociedade em manter o “status” que a presença da Corte ofereceu aos novos nobres. Por tudo isso foi aberto o caminho à Independência do Brasil.

A transmigração da Família Real trouxe inúmeros benefícios ao nosso país, especialmente no tocante à sua elevação, de Colônia, a Reino Unido a Portugal e Algarves. Esse evento foi o grande responsável pela operacionalização do processo de Independência, na medida esse evento consagrou uma nova posição do Brasil perante os demais Estados Nacionais.

Vejamos pontualmente algumas instâncias que afetaram Mato Grosso:

- A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, (1808-1821), quando a ex-colônia brasileira se converteu em sede da monarquia;
- Ato de janeiro de 1808, na Bahia, onde D. João VI assinou uma Carta Régia abrindo os portos brasileiros ao comércio com as nações amigas;
- Implantação da Imprensa Régia (13 de maio);
- Criação da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação em 23 de agosto de 1808;
- Criação do Banco do Brasil, em 12 de outubro de 1808;
- A assinatura do Tratado de Amizade e Aliança e de Comércio e Navegação, em 19 de fevereiro de 1810, com a Inglaterra;
- A elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, em 16 de dezembro de 1815;
- A morte da rainha-mãe, em 20 de março de 1816, tornou-o sucessor imediato em Portugal com o título D. João VI, sendo coroado no Rio de Janeiro em 6 de fevereiro de 1818, como o 27º Rei de Portugal e o 1º do Reino Unido;
- Em 26 de abril de 1821, D. João e sua Corte deixam o Brasil, retornando a Portugal;

- O reconhecimento da Independência política do Brasil (1825), proclamada em 1822, por seu filho, D. Pedro I.

A TRAJETÓRIA DE MATO GROSSO RUMO À INDEPENDÊNCIA

As origens históricas do povoamento de Mato Grosso estão ligadas às descobertas de ricos veios auríferos, já no começo do século XVIII. Em 1718, o bandeirante Antônio Pires de Campos, que um ano antes esteve às margens do Rio Coxipó, em local denominado São Gonçalo Velho, onde combateu e aprisionou centenas de índios Coxiponé (Bororo), encontrando em seguida com integrantes da Bandeira de Paschoal Moreira Cabral (Leme), informando-lhe sobre a possibilidade de escravizar índios.

Foi nessa época que alguns dos seus companheiros, embrenhando-se Coxipó acima, encontraram em suas barrancas as primeiras amostras de ouro. Entusiasmados pela possibilidade de riqueza fácil, renegaram o objetivo principal da bandeira, sob os protestos imediatos de Paschoal que, entretanto, aderiu aos demais. Foi desta forma que, estando à procura de índios para escravizar, Moreira Cabral encontrou ouro, em grande quantidade.

Espalhou-se então a notícia da descoberta das Minas do Cuiabá. Vale dizer que o adensamento da Forquilha foi inevitável, o que preocupou a comunidade quanto à manutenção da ordem e estabilidade do núcleo. Esse fato levou Paschoal Moreira Cabral, juntamente com alguns bandeirantes, a lavrar uma ata e fundar o Arraial de Cuiabá, em 8 de abril de 1719, devendo a partir de então, seguir administrativamente os preceitos e determinações legais da Coroa. Na verdade, a Ata de Criação de Cuiabá deixa evidente a preocupação de Paschoal Moreira Cabral de notificar à Coroa Portuguesa o seu direito de posse sobre as novas lavras.

Em 1722, por Provisão Régia, o Arraial cuiabano foi elevado à categoria de distrito da Capitania de São Paulo. A Coroa mandou que o governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes instalasse a Vila. Essa autoridade partiu de São Paulo a 6 de junho de 1726 e chegou em Cuiabá, a 15 de novembro do mesmo ano. A 1º de janeiro instalou a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.

No período colonial, Portugal se empenhou na defesa do território conquistado. A preocupação com a fronteira, a extensa linha que ia do Paraguai ao Acre, continha um aspecto estratégico nevrálgico: ocupar o máximo de território possível na margem esquerda do Rio Guaporé e na margem direita do Rio Paraguai. Visando fortalecer e

garantir as posses conquistadas, D. João V criou, no ano de 1748, a Capitania de Mato Grosso, independente da de São Paulo. Sua capital deveria ser instalada na região mais vulnerável, no Rio Guaporé, avizinhandose com o império espanhol.

À Capitania de Mato Grosso faltava população, visto que rala e espalhada por um extensíssimo território, e recursos financeiros para manter a política de conquista. Favorecimentos especiais foram prometidos para os que morassem em Vila Bela, visando o aumento da povoação.

Como o Rio Paraguai era vedado à navegação até o Oceano Atlântico, os governadores da Capitania agilizaram o domínio dos caminhos para o Leste e a navegação para o Norte, através dos rios Madeira, Arinos e Tapajós.

Ocorreram avanços de ambas as partes: do lado lusitano através de vigoroso avanço via Oeste e, por parte da Espanha, rumo ao oposto. Antes da criação da capitania de Mato Grosso, os missionários jesuítas espanhóis ocuparam a margem direita do Rio Guaporé, como medida preventiva de defesa. Para desalojar os missionários inacianos, o primeiro capitão-general da recém-criada capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, empregou todo tipo de recursos, inclusive bélicos.

Foi durante o governo do penúltimo capitão-general, João Carlos Augusto D'Oeynhausien de Gravenberg, que Dom João VI instituiu o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a 16 de dezembro de 1815. A proximidade do governo supremo, sediado no Rio de Janeiro, favoreceu a solução mais rápida das questões governamentais do extremo Oeste. A independência de comércio trouxe novos alentos à vida mato-grossense.

Com a aproximação do fim do período colonial, Cuiabá assumiu aos poucos a liderança política. Vila Bela da Santíssima Trindade funcionou eficazmente como centro político da defesa da fronteira, não podendo ostentar o brilho comercial de Cuiabá e de Diamantino. O último governador da Capitania mato-grossense, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, já governou todo o tempo em Cuiabá.

Em Mato Grosso, precisamente nos anos de maturação da Independência, acirraram-se as lutas pelo poder supremo da Capitania. A nobreza, o clero e o povo depuseram o último governador, Magessi. Em seu lugar foi eleita uma Junta Governativa em Cuiabá, sendo que outra instalou-se no distrito de Mato Grosso, na região de Vila Bela da Santíssima Trindade, a partir de 17 de setembro de 1818. Sob o

regime de Juntas Governativas, entrou Mato Grosso no período do Brasil independente, transformando-se em Província.

O RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO INTERIORANO

O estabelecimento da Corte no Brasil favoreceu a recepção de **missões e expedições** de naturalistas e pesquisadores europeus que palmilharam vasta extensão do território brasileiro. Em 1808, achava-se o Brasil em grande parte descoberto, porém inexplorado e muito pouco estudado, oportunizando a configuração de um retrato do Império brasileiro, emoldurado com cores e traços impressos pelos desenhistas e pintores integrantes das expedições. Da mesma forma, a fauna e flora foram estudadas cientificamente através da recolha de espécimes vegetais, animais e minerais prospectadas por estes expedicionários. As explorações de caráter científico não haviam sido sistematicamente organizadas antes do século XIX, tendo sido a colônia, para os sábios europeus, um verdadeiro *mundus novus*, a ser pesquisado, pois, até então, a natureza tropical brasileira havia sido mantida escondida a sete chaves pela Coroa portuguesa.

Mato Grosso, então uma Capitania distante do Rio de Janeiro, não deixou de sofrer os reflexos dessa movimentação, uma vez que se tratava de uma província criada, a 9 de maio de 1748, para ser a guardiã da fronteira Oeste, ou, na visão lusitana, a *chave e o propugnáculo do sertão do Brasil* (CARNAXIDE, 1954). Nessa medida, era de interesse estratégico não só manter a capitania/província, mas também conhecê-la mais profundamente. A facilidade de penetração em Mato Grosso atraiu também inúmeros viajantes estrangeiros que, subsidiados pela Coroa ou por conta dos seus governantes, ingressaram em território mato-grossense, deixando ao final da viagem um acervo pictórico e em publicações de extrema relevância para os estudos regionais do século XIX. Tais ingressos em terras mato-grossenses tornaram-se freqüentes, não apenas no reinado de Dom João VI, mas por todo período imperial.

O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire permaneceu 6 anos viajando pelo território brasileiro, a partir de 1816. É dele a frase histórica que exemplifica o espírito dinâmico de nosso Monarca: “O gosto pela história natural faz nascer o de viajar... Quando o rei D. João VI mudou para o Rio de Janeiro a sede do seu Império, o Brasil abriu-se finalmente, para os estrangeiros. Essa terra, nova ainda, prometia aos naturalistas as mais ricas messes, foi ela que eu me dispus a percorrer.” (SAINT-HILAIRE, 1938).

Um exemplo clássico da influência joanina sobre o interesse científico pelo Brasil foi a viagem implementada pelo *Barão de Langsdorff*, expedição russa que percorreu o solo mato-grossense, deixando registrados, em desenhos primorosos, de autoria dos franceses *Aimé-Adrien Taunay* (notável artista membro de ilustre família francesa, que morreu afogado nas águas do Rio Guaporé, em Mato Grosso) e de *Hercules Florence* (polígrafo, desenhista e escritor, que passou grande parte de sua vida em Campinas/SP e foi pioneiro da fotografia no mundo), aspectos da vida e da paisagem mato-grossense, com especial relevância para a população indígena, cujas pranchas ilustram o interesse dos visitantes por essa etnia, revelando e até mesmo quantificando estes povos, no século XIX, visto não terem sido os mesmos integrados aos censos demográficos. *Karl Von den Steinen*, alemão, chefiou duas outras expedições, desta vez sob os auspícios do Imperador D. Pedro II. Deixou escrita a preciosa obra *Pelo Brasil Central*, além das *Conferências realizadas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, entre 1884 e 1888*. Visitantes (quase) anônimos também estiveram em Mato Grosso, como o italiano *Bartolomé Bossi*, que deixou uma inestimável contribuição sobre o território e seu povo, na obra *Viaje pintoresco por los ríos Parana, Paraguay, San Lorenzo y Cuiabá y El Arino tributário Del grande Amazonas com La descripción de La provincia de Mato Grosso najo su aspecto físico, geográfico, mineralógico y sus producciones naturales*, publicado em Paris, em 1965. *Franz Dionant*, francês, em sua passagem por Mato Grosso, deixou escrito *Le rio Paraguay et État brésilien de Matto Grosso*, publicado em Bruxelas no ano de 1907. *Nijs Ferdinand* percorreu o território mato-grossense durante o segundo Império e deixou escrito *Voyage au Mato Grosso*, publicado em Bruxelas em 1901.

Além desses estrangeiros, estudiosos brasileiros, a exemplo de João Severiano da Fonseca, também, no rastro dos percursos anteriores, descreveu detalhadamente a realidade brasileira, tendo dedicado um capítulo de sua obra *Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)*, que atingiu e dedicou um capítulo à província de Mato Grosso.

Extremamente importantes foram as expedições de reconhecimento das novas vias fluviais, permitindo que o fluxo de navegação fosse implementado não apenas pelos rios Cuiabá/Paraguai e Guaporé, mas, também por regiões geográficas. Por isso, constamos a organização de importantes expedições, cujos resultados foram de inestimável valor para a navegação no período joanino e enquanto frentes de colonização que, no futuro, mapeariam tão importantes vias de navegação: Aos 2 de setembro de 1812 parte de Cuiabá uma expedição que visava explorar o Rio Arinos e verificar a possibilidade

de atingir Belém, a partir do Rio Tapajós. A expedição foi autorizada pelo capitão-general João Carlos D'Oeynhausen de Gravenberg e nela embarcaram 72 pessoas, percorrendo 485 léguas sob o comando de Miguel João de Castro. A empreitada foi marcada por grande sucesso, sendo implementada a rota comercial historicamente denominada *Carreira do Pará*, via pela qual chegavam com maior rapidez iguarias e especiarias vindas de Belém. A 29 de julho de 1819, por determinação do Governador Francisco de Paula Magessi, partiu de Cuiabá uma outra expedição chefiada por Antônio Peixoto de Azevedo para fazer o *reconhecimento do Rio Paranatinga*. O resultado foi plenamente satisfatório em vários aspectos, especialmente por descobrir a fertilidade do solo ao longo da margem daquele rio. No entanto, não era via fluvial apropriada à navegação por ser muito encachoeirado.

IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA

Em 3 de fevereiro de 1817, dá-se em Cuiabá, o lançamento da pedra fundamental da *Santa Casa de Misericórdia*, em funcionamento até os dias de hoje. Os serviços de benemerência das Santas Casas de Misericórdia têm as suas raízes em Lisboa-Portugal, onde, por inspiração da Rainha Leonor de Lencastre, em 1498, foi instituída a primeira Santa Casa de Misericórdia do mundo (**O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira - As práticas médicas**).

A presença dos portugueses nos territórios conquistados foi marcada pela Evangelização e pela Assistência Social. A execução dessa linha de ação social foi desenvolvida pelas Santas Casas de Misericórdia. No Brasil, mais do que em qualquer outro país colonizado pelos portugueses, as Santas Casas vingaram de modo especial. Em Mato Grosso, sua implantação no período joanino, aliado ao esforço exclusivo do Governador João Carlos Augusto D'Oeynhausen de Gravenberg demonstraram avanços na área de saúde em época de escassos recursos na medicina;

Em 18 de abril de 1818, Dom João VI envia carta régia postada do Rio de Janeiro ao Capitão-General Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, instruindo-o para criar na Capitania de Mato Grosso um estabelecimento militar destinado à fabricação e conserto de armamento bélico. A construção teve início no ano seguinte, sendo seu primeiro diretor o brigadeiro Jerônimo Joaquim Nunes. Atualmente, o prédio denominado *Arsenal de Guerra* foi restaurado e revitalizado e abriga imenso núcleo de interesse cultural.

INTEGRAÇÃO AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Em dezembro de 1815, o príncipe-regente D. João elevou o Brasil ao *status* de nação. Com a queda de Napoleão, muita coisa mudou em Portugal e os súditos portugueses não se conformavam com a abertura dos portos brasileiros, dizendo que “Portugal se tornara uma colônia da colônia.” As Cortes portuguesas, então dominadas pelas forças liberais, instaram D. João VI a retornar a Portugal, sendo o objetivo restabelecer o *status quo* anterior a 1808, isto é, anterior à abertura dos portos brasileiros, de modo que a Portugal fosse restituída a supremacia política sobre o Brasil. D. Pedro se tornou imperador do Brasil e lutou contra as forças republicanas e federalistas que ameaçavam a integridade territorial do país, pois a unificação e a centralização do novo Estado, sob a forma imperial, ocorreram no momento mesmo da Independência. Nesse contexto, a Capitania/Província de Mato Grosso, tão distante da capital imperial necessitava de renovar sua economia baseada exclusivamente no extrativismo mineral de aluvião e pecuária e agricultura de sustentaçãõ.

Uma das principais vias de comunicação de Mato Grosso, em meados do século XIX, era o Rio Paraguai. Com a ascensão da nação paraguaia em termos econômicos e bélicos ocorreram conflitos que desencadearam uma guerra, entre os anos de 1865 e 1870, tendo, de um lado a Tríplice Aliança e, de outro, o Paraguai, ocasião que se oportunizou uma maior visibilidade ao território mato-grossense, visto que palmilhado não só pelos combatentes regionais, mas por expressões do militarismo nacional, a exemplo do Visconde de Taunay que publicou inúmeras obras sobre o conflito em terras mato-grossenses.

O final da contenda oportunizou para Mato Grosso, a exemplo da abertura dos portos às nações amigas, o franqueamento da navegação pelo rio Paraguai, ocasião em que embarcações de grande, médio e pequeno calado, vindas da Europa ou dos principais portos marítimos brasileiros, via estuário do Rio da Prata, atingiam Corumbá, Cáceres e Cuiabá. Essa movimentação foi responsável pela integração de Mato Grosso ao capitalismo mundial, pois muitas casas comerciais (nacionais e estrangeiras) se estabeleceram nas principais cidades portuárias, oferecendo mercadorias importadas e comercializando matéria-prima extraída do território mato-grossense, a exemplo da borracha, ipecaanha (poaia) e erva-mate, além dos subprodutos animais.

A abertura desta aquavia facilitou a entrada, em Mato Grosso, não só de mercadorias, mas também de pessoas interessadas, umas, em estabelecer-se comercialmente; outras, como visitantes temporários

e, algumas, para se fixar definitivamente em solo mato-grossense. Por outro lado, a integração da província ao grande comércio internacional favoreceu o desenvolvimento urbano, o aumento da população, do número de jornais impressos regionalmente, assim como de condições de desenvolvimento educacional.

CONFLITO ENTRE ELITES REGIONAIS

Acompanhando a movimentação nacional durante a Regência, a província de Mato Grosso desencadeou a Rusga, segundo movimento na escala daqueles de caráter aparentemente xenofóbico explodidos em todo território nacional. Comandada pela Guarda Nacional, a Rusga mato-grossense foi muito além dessa mobilização contra estrangeiros, pois representou uma disputa intra-elites, aquela tradicional, que durante séculos se sucedia no comando provincial, e a elite nativa, composta pelos membros da Sociedade dos Zelosos da Independência, agremiação politicamente ligada à ala dos Liberais.

A movimentação eclodiu no dia 30 de maio de 1834 e os registros históricos nos dão conta de que nessa noite reuniu-se no Campo D'Ourique (antigo Largo de Força, mais tarde sede da Assembléia Legislativa estadual e, hoje, abrigo da Câmara Municipal de Cuiabá), uma multidão revoltada e enraivecida que, sob toque de tambores e cornetas e comandadas pela própria Guarda Nacional, percorreu as ruas de Cuiabá, passando a atacar mortalmente os membros da elite colonial, dentre os quais destacam-se portugueses e outros estrangeiros, além de uma elite local. O grito de guerra era “Morram os Bicudos, Pés de Chumbo”. Muitos portugueses morreram, outros tantos foram maltratados e humilhados.

O Presidente da Província, João Poupino Caldas, tentou conter a fúria da população enraivecida, nada conseguiu a não ser a denominação de traidor, por pertencer ao grupo liberal moderado. Da mesma forma os exaltados cuiabanos não ouviram os apelos do bispo D. José Antônio dos Reis, que de crucifixo na mão implorava o término da carnificina, mas de nada adiantaram seus apelos.

Esse movimento deu-se em função da opressão que os portugueses exerciam nas camadas mais pobres das comunidades, sendo principal chefe desse movimento nativista em Mato Grosso, foi o médico cirurgião e botânico Antônio Luiz Patrício da Silva Manso, na época cognominado *O Tigre de Cuiabá*.

Mesmo tendo como ponto nodal a questão xenofóbica, o grande mote da Rusga foi, inegavelmente, as disputas entre as elites Cara-

mu e Liberal. Esta última, desmembrada em moderada e exaltada. Implementada pela Guarda Nacional, que apoiava incontestemente os Liberais exaltados, o movimento demonstrou que este partido político, mesmo demonstrando uma cisão interna, conseguiu vencer e expurgar da província, sob a pressão das armas, parte da elite que, historicamente, vinha dominando o cenário regional.

AVANÇOS NO CAMPO EDUCACIONAL

Muito significativa foi a contribuição da vinda da Família Real para o Brasil no campo educacional. Levando-se em conta que o Brasil tornou-se a sede da Corte, necessário se fez propiciar aos novos moradores uma educação aprimorada, a semelhança daquela ministrada em Portugal. A criação da Imprensa Régia foi uma forma de fazer imprimir livros e periódicos que pudessem dar alimento cultural à população. Por outro lado, já em 1827, D. Pedro I criou dois Cursos Superiores no país: as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo. 1827 marca ainda a primeira grande direção educativa: uma lei que instituía o ensino primário obrigatório, estabelecia métodos de ensino (ensino mútuo), assim como estabeleceu as formas de ingresso e seleção de professores para o magistério. Essa legislação, de âmbito nacional, foi adaptada por todas as províncias brasileiras, também na de Mato Grosso, onde ela foi conhecida e seus princípios seguidos. A partir daí, o governo provincial assumiu para si a educação elementar (primária), responsável pela formação de muitos jovens mato-grossenses que, no futuro, puderam estudar nas Faculdades do Império, especialmente na de Direito de São Paulo, cuja articulação com Mato Grosso, se fez mais cômoda a partir da abertura da navegação pelo Rio Paraguai, a partir de 1871. Muitos dirigentes mato-grossenses e autoridades do Poder Judiciário foram formados pela Faculdade paulista, formando a elite dirigente regional. Não é por acaso que os cursos jurídicos foram os primeiros a serem instituídos, já na década de 1930, no cenário mato-grossense.

OS AVANÇOS NAS COMUNICAÇÕES

É importante observar que no período compreendido entre 1805 e 1825, essa porção do território mato-grossense, experimentou o maior dinamismo de todo o seu processo ocupacional. Esse dinamismo esteve em estreita ligação com a navegação fluvial do Rio Arinos que através do Rio Juruena permitia atingir o Rio Tapajós, por onde se penetrava em território amazonense e paraense. Essa via

de comunicação estabelecida em 1813 tornou-se fundamental não só para a entrada de migrantes para essa porção territorial, mas também se transformou na principal via comercial com outras Províncias brasileiras - Amazonas e Acre.

Mato Grosso ofereceu ao Brasil, um dos mais, senão o mais importante agente no campo das comunicações: Cândido Mariano da Silva Rondon, filho do distrito de Mimoso, comunidade pantaneira integrada ao município de Santo Antônio de Leverger - Mato Grosso. Esse personagem, nascido em 1865, foi responsável pela implantação do Telégrafo a fio, rasgando o Brasil, de Norte a Sul, implantando os postes e estações telegráficas. Ao lado deste trabalho, a Comissão Rondon procurou integrar os índios aos trabalhos dos telégrafos, ensinando-lhes o Código Morse e mantendo-os como funcionários do Ministério do Exército. Essa ação, aparentemente burocrática, garantiu a permanência constante junto aos postos telegráficos, pois os índios, nativos da terra, tinham condições, mais que os brancos, de subsistirem às agruras do sertão e da selva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A independência, o desenvolvimento e a identidade cultural brasileiro se forjaram num processo extremamente singular, visto que fruto da necessidade da Corte lusitana se afastar da Europa, em tempos bastante conturbados, escolhendo o Brasil, colônia bi-secular, para sede da Família Real. Esse evento foi o grande responsável pela nova configuração que o Brasil tomou, possibilitando-o não só assegurar as conquistas territoriais e identitárias, já conseguidas antes de 1808, mas, sobretudo, galgar, logo nos dez primeiros anos da chegada do príncipe D. João, um ganho político: sua elevação a Reino Unido, e, em 1822, a nação independente. Esse processo, que teve sua aceleração a partir da chegada da Corte no Brasil, determinou muitos acontecimentos que reverteram em favorecimento a todo território nacional. Em especial para Mato Grosso, capitania criada oficialmente em 1748, os ganhos durante o século XIX foram muitos, seja no processo de seu reconhecimento e valorização, seja pela troca cultural, científica e educacional que, da Corte (RJ), atingiu o extremo Oeste, possibilitando ao território e à população mato-grossenses uma evolução significativa e irreversível.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: INL, 1969.
- DIONAND, Franz. **Le Paraguay ET État brésilien de Mato Grosso**. Bruxelas: Nouvelle, 1907.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso**. Cuiabá: Buriti, 2004.
- _____. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: SEC, 2001.
- FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas (1821-1829)**. São Paulo: EdUSP, 1977.
- FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil 1875-1878**. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro, 1986. v. 1-2.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Matto Grosso**. São Paulo: Typ. Henrique Schoreder, 1869.
- NIJS, Ferdinand. **Voyage au Mato Grosso**. Études coloniales. Bruxelas: 1901.
- PÓVOAS, Lenine Campos. **História Geral de Mato Grosso**. Cuiabá: (s.n.), 1996.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes**. Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Dicionário biográfico do Mato Grosso colonial**. Cuiabá, (s.n.), 1999.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2001.
- _____. et al. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: Guaicurus, 1991.
- SMITH, Herbert. **Do Rio de Janeiro a Cuyaba: notas de um naturalista**. São Paulo: Cayeiras, 1922
- STEINEN, Karl von den. **O Brasil Central**. São Paulo: Nacional, 1942.
- _____. **Conferências realizadas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, entre 1884 e 1888**. Cuiabá: IHGMT, 1998 (Publicações Avulsas, 4).

CENTENÁRIO DA COMISSÃO RONDON: UM OLHAR SOBRE A MULHER NAMBIQUARA

Anna Maria Ribeiro F. M. Costa¹

José Eduardo F. M. Costa²

*Centenário da Comissão Rondon: um olhar sobre a mulher Nambiquara*³ traz à memória um recorte temático da passagem da expedição em terras dos índios Nambiquara, chefiada por Cândido Mariano da Silva Rondon. Reproduz uma parte do acervo do Museu do Índio do Rio de Janeiro, da Fundação Nacional do Índio, e desenhos a nanquim de artefatos do cotidiano do povo Nambiquara do Cerrado, em especial, aqueles destinados ao sexo feminino.

As lentes dos fotógrafos-expedicionários Leduc, Thomaz Reis, Benjamin Rondon e José Louro⁴, associadas aos desenhos, registram

1 Doutora em História pela UFPE, Mestre em História pela UFMT, Pesquisadora da FUNAI, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Professora do UNIVAG – Centro Universitário.

2 Mestre em Geografia pela UFMT, Antropólogo e Indigenista da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

3 Este artigo consiste na versão textual de uma série de 32 cartões-postais, em preto-e-branco (8 fotografias e 8 desenhos em duplicata), disposta em uma caixa. Nossos agradecimentos especiais à Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso que, em 2006, aprovou o projeto intitulado *Centenário da Comissão Rondon: um olhar sobre a mulher Nambiquara* pelo Conselho Estadual de Cultura, que contou com o financiamento da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Também pelo apoio recebido do Museu do Índio-FUNAI e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Não poderíamos deixar de externar nossa atenção aos editores Carlini & Caniato pelo carinho dedicado em todas as fases da impressão. Lévi-Strauss foi apresentado com essa caixa de cartões-postais e, em missiva, escreveu: “Os cartões que você me enviou tornaram acessíveis documentos preciosos. Eu os olhei com muito interesse, misturado com emoção e fiquei muito grato por isso.” Paris, 18 de Setembro de 2007.

4 Todas as reproduções fotográficas aqui apresentadas fazem parte da obra RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil:** do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: Conselho Nacional e Proteção aos Índios, 1946 (Publicação Nº 97). Os desenhos à tinta nanquim, de autoria de Anna Maria Ribeiro F. M. Costa, produzidos originalmente a bico de pena sobre papel vegetal entre os anos e 1989 e 1990 e reproduzem o acervo de artefatos dos índios Nambiquara da Chapada dos Parecis. A totalidade das pranchas encontra-se em COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. **Nambiquara do Cerrado:** cultura material. Cuiabá: Artíndia/FUNAI/Museu Rondon/UFMT. Registrado no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional, Secretaria de Cultura da Presidência da República. Rio de Janeiro, 1993, 231 p. (Digitado).

imagens da mulher Nambiquara, seus adereços, objetos mágicos, lúdicos, de guarda de alimentos e de transporte confeccionados com frutos da cabaceira, taquara, palha de milho, fibras de algodão, tucum e embira. Rememorar os feitos da *Comissão Rondon* com base na iconografia, consiste também em prestar uma homenagem às mulheres indígenas, em especial, as da etnia Nambiquara, que redimensionam dia-a-dia, junto aos seus maridos e filhos, novas práticas impostas pelo contato com a sociedade nacional, caracterizado por ser extremamente violento.

A COMISSÃO RONDON

Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) nasceu em Mimoso, Mato Grosso. Ao concluir os estudos elementares em Cuiabá, ingressou no Exército, onde se graduou em Ciências Físicas e Naturais pela Escola Militar da Praia Vermelha, em 1890. A convite de Benjamim Constant, lecionou Astronomia e Mecânica na Escola Militar, no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, de 1890 a 1898, passou a integrar a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia. Foi nesse momento, inicialmente sob o comando de Gomes Carneiro, que Rondon adentrou em terras pertencentes aos índios Bororo, na época, obstáculo à comunicação entre Goiás e Mato Grosso.

De 1900 a 1906 foi empreendida por Rondon a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso. Com duração de 70 meses, a linha telegráfica, elemento de segurança e ocupação para as fronteiras, partiu de Cuiabá com o propósito de chegar a Corumbá – quando também construiu o ramal Cuiabá-Cáceres. Ancorado em crenças positivistas, o início do regime republicano supunha as populações indígenas como passíveis de serem “civilizadas” e que “[...] forneceriam o contingente de mão-de-obra para garantir o desenvolvimento e a defesa da região [...]”⁵ necessárias para despontar como grande fornecedora de matérias-primas.

Ao final dos trabalhos, a malha da grande rede telegráfica compunha-se de 1.746 quilômetros de linha e 17 estações telegráficas.

Rondon, a convite de Afonso Pena, na presidência do Brasil, chefiou a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), quando cruzou o grande divisor das águas das bacias Platina e Amazônica. A linha tronco Cuiabá-Santo Antônio do Madei-

5 BIGIO, Elias dos Santos. *As estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2003, p. 21.

ra, atual cidade de Porto Velho, comportou também a construção do ramal Cáceres-Vila Bela, na fronteira boliviana. Além da implantação dos telégrafos, propôs-se a procedência de estudos científicos das áreas exploradas, passando a denominar-se “Comissão Rondon”.

A “Comissão Rondon” constituiu-se de três expedições. A primeira partiu em 1907, de Brotas, hoje Acorizal⁶, em direção ao rio Juruena, passando por Diamantino, na Chapada dos Parecis. Composta por 17 expedicionários, 34 muares e 4 bois cargueiros, ao adentrar em terras Nambiquara, Antônio Leite, Lyra, Rondon e Leduc, a cavalo, foram alvejados pelas flechas envenenadas dos Nambiquara. Após esse episódio, retornaram a Diamantino.

Um ano depois, a segunda expedição empreendida pela “Comissão Rondon” montou uma base militar às margens do Juruena para seguir em direção à Serra do Norte. Era composta de 127 homens, 80 muares de carga e de sela, 6 cavalos, 96 bois cargueiros e mais de 20 para alimentação do pessoal. Os irmãos Toloiri e Zoolo, índios Paresi, conhecedores do idioma Nambiquara, fizeram parte dessa expedição, que seguiu do Juruena até o rio Doze de Outubro, data em que finalizou os trabalhos.

A terceira expedição, iniciada em 1909, partiu do rio Juruena com o propósito de unir-se, nas cabeceiras do rio Jaci-Paraná, à turma chefiada pelo capitão Pinheiro e Amílcar Botelho de Magalhães, que chegaria por via fluvial, vinda de Manaus. Devido a uma série de imprevistos, o encontro na selva, como planejado, não ocorreu. Entretanto, não impediu a chegada de Rondon, em Santo Antonio, no final do mesmo ano. Os membros da comissão retornaram para o Rio de Janeiro, via Manaus. Ao chegarem, em fevereiro, os cariocas interromperam o Carnaval para homenageá-los. Viveiros destaca este episódio, ao rememorar as impressões de Rondon: “[...] causou sensação nosso regresso, a ponto de se interromperem os folguedos de Momo, durante o meu desembarque no Cais Pharoux, com estrondos e espontânea manifestação.”⁷

Doentes, foram internados na Santa Casa, até mesmo os índios Paresi e Chiquitano que integraram a expedição. A “Comissão Ron-

6 No dia 9 de abril de 2007, na praça da cidade de Acorizal, a Secretaria de Estado de Cultura inaugurou o Marco Histórico Marechal Rondon, do artista plástico Frede Fogaça, alusivo às Comemorações do Centenário da Comissão Rondon. Na oportunidade, contou com a presença do Secretário de Estado de Cultura, João Carlos Vicente Ferreira, autoridades locais, familiares de Cândido Mariano da Silva Rondon e de “Dona Batatinha”, cozinheira de uma das equipes da Comissão Rondon. No evento, também foram lançados pelo IHGMT o estudo “Estrada de ferro norte Mato Grosso”, de Oscar Moreira, e pela Secretaria de Estado de Cultura o CD Mato Grosso Cívico, do Corpo Musical da Polícia Militar de Mato Grosso.

7 VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969, p. 316.

don” continuou até 1915, quando foi concluída a ligação telegráfica do Amazonas ao restante do país, com a inauguração da Estação Telegráfica de Santo Antônio. Os trabalhos da Linha Telegráfica, quando finalizados, empreenderam 1.497 quilômetros, 784 quilômetros de ramais, com 32 estações.

A “Comissão Rondon” destacou-se, também, pelo seu caráter científico, ao dar início a uma série de estudos elaborados pelos mais importantes especialistas da época. Do extenso território percorrido, originou-se um precioso acervo bibliográfico, que conta com mais de uma centena de volumes. Integrados à “Comissão Rondon”, cientistas realizaram inúmeros estudos voltados à etnologia e lingüística indígena, geografia, geologia, botânica e zoologia.

Paralelamente aos seus objetivos estratégicos, essas expedições desempenharam um papel de grande relevância junto às populações indígenas as quais mantiveram contato. Teve, sob seus cuidados, povos indígenas até então desconhecidos, o que permitiu o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento com essas populações. As comissões possibilitaram o contato com os Bororo, Paresi, Nambiquara, Urupá, Jaru, Karipuna, Boca Negra, Pacaás Novo, Macuporé, Guaraya, Macurape, Kepkiriwát, Ariken, dentre outras etnias.

Fruto ainda de seus esforços, o governo criou, em julho de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e de Localização dos Trabalhadores Nacionais como forma de assistir aos índios e trabalhadores da floresta. Darcy Ribeiro, que trabalhou junto a Rondon, destaca a importância desse acontecimento que “[...] representa para os índios o que representou a Abolição para os escravos. Rondon não só afirmava o direito de os índios serem e continuarem sendo índios, mas criava todo um serviço.”⁸

Os métodos protecionistas iniciados por Rondon foram apontados em 1911 pelo Congresso Universal das Raças, em Londres, como exemplo a ser seguido pelos países habitados por minorias étnicas. Rondon permaneceu à frente dos trabalhos da Linha Telegráfica até 1930, acumulando cargo a partir de 1927, com o de Inspetor de Fronteiras. Ao percorrer 17.316 quilômetros, do Oiapoque ao Rio Grande do Sul, praticamente inspecionou e definiu a demarcação das fronteiras do Brasil. Durante esse período, teve a oportunidade de preparar uma minuciosa documentação cartográfica da região explorada.

Agraciado com diferentes títulos e condecorações, teve seu princípio indigenista recomendado em 1956 pela 39ª Conferência

8 RIBEIRO, Darcy. Rondon. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 152.

Internacional do Trabalho, aos países membros. Em 1957, seu nome foi novamente apresentado como candidato ao Prêmio Nobel da Paz. No ano seguinte, veio a falecer na cidade do Rio de Janeiro, quando foi sepultado com honras de Chefe de Estado.

MULHER, MEL E URUCUM

Para os grupos Nambiquara do Cerrado, as palavras mulher, mel e urucum são pronunciadas com um som semelhante: *dusu*. Este encantamento paronímico designa três substantivos comuns que, na cosmologia desses índios, encontram-se repletos de simbolismo. A mulher, dentro da concepção mais ampla que esta palavra abrange, é o próprio princípio da vida, no sentido de poder gerar filhos, perpetuar a espécie humana; o mel corresponde à pura doçura que um alimento pode oferecer, necessário ao ânimo, à alegria que todo Nambiquara busca como significação da felicidade; o urucum, que se encontra na narrativa mitológica referente ao surgimento das espécies vegetais, representa o sangue do menino que se transformou em plantas comestíveis e utilitárias, imprescindíveis à boa saúde espiritual e corporal.

● Pelos homens, a mulher é enaltecida por sua jovialidade, beleza, disponibilidade e doçura. O ideal amoroso masculino nutre-se da associação desses atributos à aptidão em cumprir tarefas cotidianas no espaço da aldeia e, fora dele, aos méritos coletores, ou seja, pelo modo como as qualidades constitutivas do produto de seu trabalho se manifestam. Grande parte do labor doméstico feminino é praticada na casa e arredores, quando preparam e armazenam alimentos, confeccionam peças ornamentais, cuidam e brincam com suas crianças. Fora daí, em expedições pelo cerrado, coletam matérias-primas, frutos, tubérculos, insetos (inclusas as larvas) e produtos da roça.

● Nos costumes dos Nambiquara, uma menina-moça não deve casar-se, engravidar e gerar filhos, caso não tenha experimentado a reclusão que marca a menarca, iniciação à puberdade feminina, e toda a aprendizagem proveniente deste estado: cuidados com o corpo, conhecimento farmacológico (em especial para deter o fluxo catamenial), cantigas entoadas nessas noites, mesmo que não cante junto aos demais participantes. Além desses ensinamentos, a menina deve ter consciência de que o esforço de seus pais e da comunidade destina-se à sua proteção contra espíritos maléficos que estão à sua espreita.

● A aspiração de uma menina-moça em relação a quem irá unir-se pelo casamento assemelha-se ao desejo dos homens: beleza, alegria e jovialidade. Muitas vezes, para o pai, o querer de suas filhas deixa de existir. Ele se mira na possibilidade de receber um homem trabalhador,

que o auxiliará nas atividades agrícolas, na caça, na pesca, na coleta e a na construção de casas e artefatos. Como o pai é considerado o dono da menina-moça até que ela se case e, também durante os primeiros anos do casamento, poderá tomar sua filha de seu genro se por ventura não estiver sendo bem cuidada.

Os Nambiquara complementam que a reclusão da menina púbere é importante porque tem a função de protegê-la dos espíritos maléficos que a cercam, principalmente neste período. O odor do sangue catamenial costuma atrair seres sobrenaturais que lhe querem mal e que, muitas vezes, a leva à morte. O antropólogo norte-americano, David Price, informa que entre os grupos do cerrado, a prática da reclusão das meninas púberes dá-se como um impedimento ao “[...] espírito do gavião que beberia seu sangue e levaria seu espírito para o céu.”⁹ Todavia, não somente as moças devem permanecer dentro de sua casa. No período em que estão menstruadas, torna-se oportuno que as mulheres não se afastem muito de suas casas, principalmente desacompanhadas, pois ficam mais expostas aos ataques dos seres sobrenaturais.

Logo ao término do ritual de reclusão a menina púbere, até então guardada por seu pai, será oferecida a um homem e, se possível, em obediência aos padrões estabelecidos por sua sociedade. Meninas casadoiras são comumente associadas às preciosas e brilhantes contas do colar de contas pretas. E os pais dessas meninas consideram-nas seus possuidores, assim como desses adornos.

De fabricação feminina, os Nambiquara têm muito apreço por esse artefato. O trabalho divide-se em diversas fases e pode, a depender do tamanho das contas e do número de voltas, durar alguns meses. Ele se inicia com a coleta. Por vários dias, as mulheres, sempre acompanhadas por seus filhos, até mesmo os de colo, suspensos em tipóias, caminham pelo campo cerrado, a buscar cocos acondicionando-os em seus cestos-cargueiros, acomodados às costas. Depois, passam a quebrá-los em muitos e muitos pedacinhos para, na próxima etapa, perfurá-los, um a um, centenas deles, e atravessar um cordão das fibras da própria palmeira do tucum. Esse cordel, já com todas as contas, é burilado com lixas grossas de madeira até adquirir a forma arredondada; o acabamento é feito comumente com a folha da Lixeira (*Curatella americana*), um arbusto do cerrado.

Colares de contas pretas adornam homens e mulheres, independente da idade. Bebês recém-nascidos já podem exibi-los cruzados

9 PRICE, Paul David. *Nambiquara society*. Tese de doutorado. University of Chicago, 1972, p. 195.

no peito, enrolados no pulso e nos quadris, assim como as meninas-moças nas festividades a elas reservadas. Mas, para os Nambiquara, o colar de contas pretas vai muito além da função de decoro. Homens e mulheres devem enfeitar-se. Estar bonito implica no uso de adornos e de pinturas corporais (jenipapo, urucum e açafraão), ambos entendidos como vestimentas, responsáveis em propiciar saúde ao corpo e à alma. Esse estado de beleza também satisfaz aos espíritos benévolos, representantes da ancestralidade e da natureza que os visitam com regularidade, ocasião em que exercem, também, a função de protegê-los das ações dos seres sobrenaturais maléficos.

A troca matrimonial entre os grupos do cerrado constrói o casamento não como uma instituição que irá definir a relação entre duas pessoas, mas como um processo que envolve dois grupos endogâmicos, de preferência. Um homem, ao tomar uma mulher que não seja da categoria “esposa”, confunde o sistema de normas que rege os enlances matrimoniais e, por isso, “[...] existe uma pressão social geralmente considerável para um homem se casar na categoria apropriada; e quando não há nenhuma esposa em potencial na aldeia, ele a procura em outro lugar”¹⁰. Essas trocas matrimoniais engendram a trama das relações sociais.

O padrão preferencial de união entre um homem e uma mulher é uxorilocal, endogâmico, em relação à aldeia, e de primos cruzados bilaterais. Portanto, o casamento ideal para as famílias diretamente envolvidas no enlace matrimonial consiste naquele em que os cônjuges são primos-cruzados, que resida na mesma aldeia e que após a consolidação da união aí continuarão a viver, passando a morar na casa dos pais da moça.

O parentesco Nambiquara, a relação social não coincide somente com a consangüinidade (noção biológica), mas firma-se na filiação (convenção social) indiferenciada, bilateral ou cognática¹¹, reconhecendo ao mesmo tempo o lado paterno e o materno, tratando-os de modo idênticos. Entre os grupos do cerrado, o casamento caracteriza-se por ser endogâmico, isto é, a obrigação de procurar o cônjuge dentro do grupo de filiação. Porém, não significa que as relações exogâmicas não possam existir; estas se caracterizam por constantes tensões¹².

10 PRICE, Paul David. Nambiquara leadership. In: *American Ethnological Society*. Vol. 8, No. 4, November, 1981, p. 691.

11 Para saber sobre estas designações, consultar AUGÉ, Marc (Dir.). *Os domínios do parentesco* (filiação, aliança matrimonial, residência). Lisboa: Edições 70, p. 23 (Perspectivas do Homem: as culturas, as sociedades).

12 Para os conceitos de endogamia e exogamia, consultar o capítulo IV da obra de LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 82-91 (Antropologia, 9).

O casamento possibilita alianças políticas entre o sogro e seus genros, criando novas facções; indica também que assegurará à aldeia o acesso aos bens escassos. Sogros devem conseguir genros; cunhados tentam mulheres para si, em troca de suas irmãs; grupos residenciais almejam manter sua força de trabalho e um líder de família extensa responsabiliza-se por seus irmãos para reforçar sua liderança. Atualmente, existem algumas aldeias com grande número de indivíduos e, assim, inclui mais de uma facção que, com o tempo, tenderão à fissão, à criação de uma aldeia ou ao incremento populacional de outra.

Homens Nambiquara podem se casar com duas mulheres que, de conformidade com o costume desses índios, devem ser irmãs. A poligínia não consiste em uma prática comum entre os grupos do cerrado. Unir-se a duas mulheres indica que essa família será numerosa e o cônjuge deverá ocupar-se de mais tempo com as atividades agrícolas e de caça, principalmente, até que seus filhos e genros possam ajudá-lo.

Sempre bem-vinda ao mundo Nambiquara, a mulher desfruta de privilegiada posição, mesmo que não exerça alguma função que a destaque diante das demais. Ela representa o bem mais cobiçado pelos homens. Junto ao seu companheiro, pode compartilhar de importantes decisões.

A mulher Nambiquara é enaltecida por sua beleza e pelo modo como as qualidades constitutivas do produto de seu trabalho se manifestam. Desde pequenas, são preparadas para os inúmeros afazeres que executarão num futuro bem próximo, já que se casam muito novas. Grande parte do trabalho doméstico feminino é praticada no espaço da aldeia. Fora daí, coletam matérias-primas, frutos, insetos, produtos da roça, preparam e armazenagem alimentos e confeccionam várias peças ornamentais.

DOCUMENTAÇÃO ICONOGRÁFICA

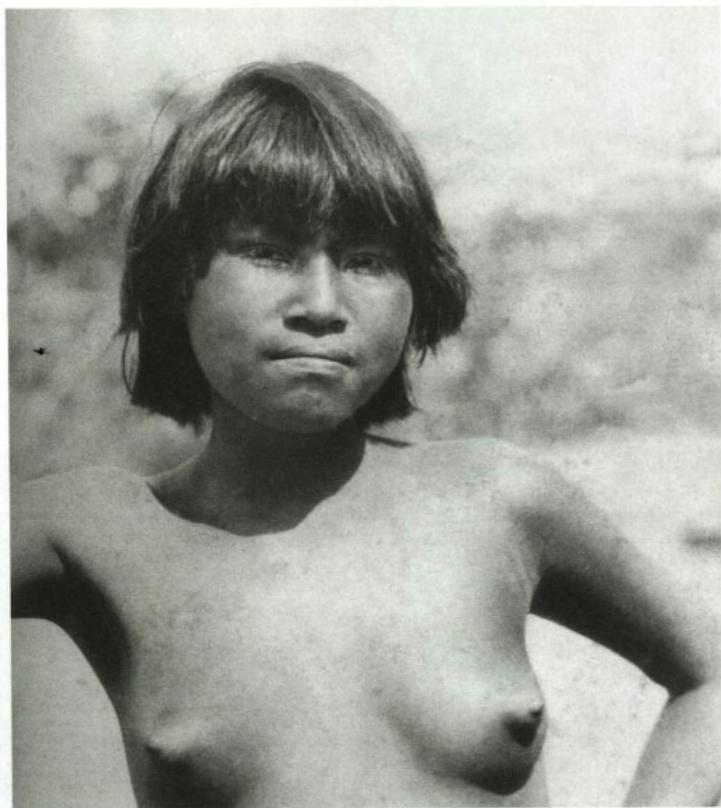


Foto: José Louro

A jovialidade e a beleza da mulher Nambiquara, associadas à disponibilidade, à doçura, à aptidão em cumprir tarefas cotidianas, aos méritos como coletoras, alimentam o ideal amoroso.



Foto: Benjamin Rondon

No tempo mítico Nambiquara, o Sol, representado por uma mulher, e a Lua, por um homem, ocupavam, sozinhos, a abóbada celestial. Toda vez que o Sol e a Lua faziam amor, nasciam estrelas. Como namoravam todos os dias, logo o céu resplandeceu em milhares e milhares de estrelas.

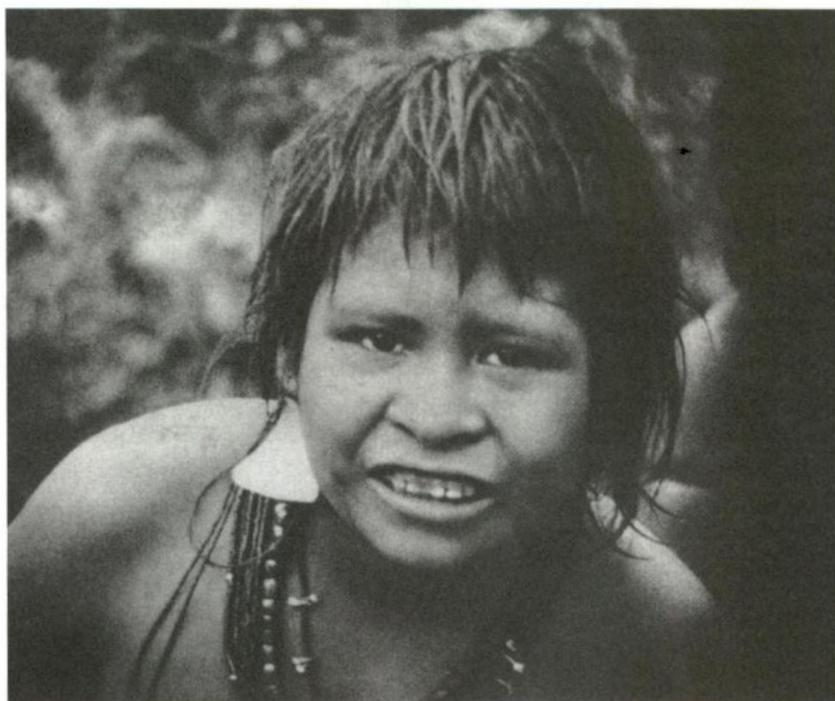


Foto: Thomaz Reis

Uma mulher é sempre bem vinda ao mundo Nambiquara. Desfruta de privilegiada posição, mesmo não exercendo nenhuma função que a destaque diante às demais. Junto ao seu companheiro, compartilha de importantes decisões.

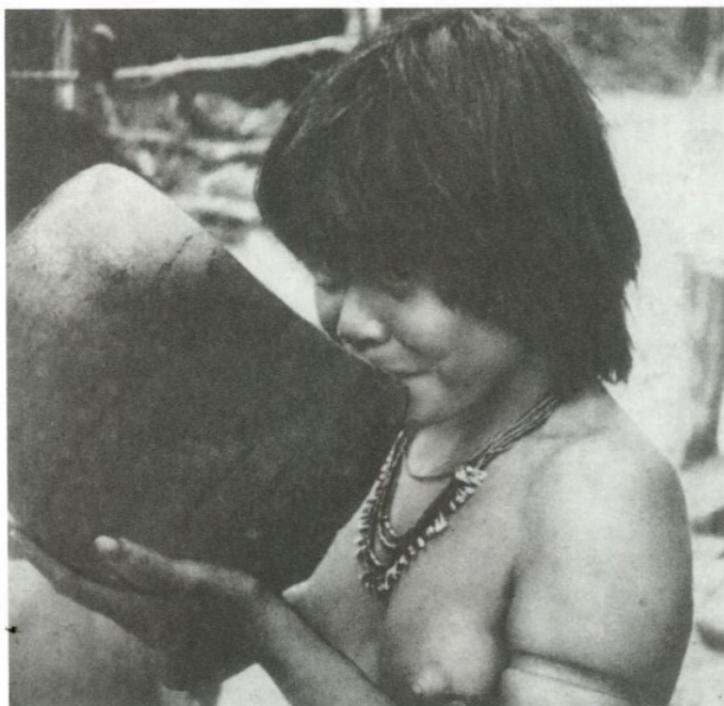


Foto: Thomaz Reis

DISH, em língua Nambiquara, quer dizer mulher, mel e urucum. A mulher como origem da vida; o mel, como doçura ofertada por um alimento, necessário ao ânimo; o urucum, que simboliza o sangue do menino que se transmutou em plantas comestíveis e utilitárias, imprescindíveis à boa saúde espiritual e corporal.

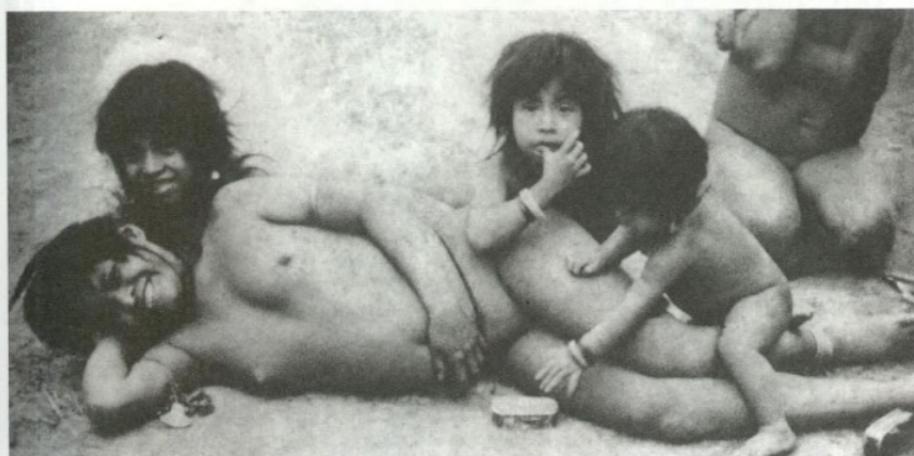


Foto: Thomaz Reis

No dia-a-dia Nambiquara inexistente um tempo estabelecido ao descanso e ao tempo livre. Descansar, muitas vezes, pode estar vinculado ao aconchego das crianças para furtar-lhes risos e carícias.



Foto: José Louro

Na sociedade Nambiquara, a divisão do trabalho baseia-se na diferença etária e sexual; os homens derrubam, queimam e cultivam vegetais na roça, caçam, pescam, participam da coleta e constroem casas; as mulheres coletam frutos, tubérculos, répteis e insetos, preparam o alimento, fiam algodão, cuidam dos filhos.



Foto: José Louro

A dualidade anual do mundo Nambiquara distingue as ações masculinas e femininas. O homem indica a chuva, a vida sedentária, voltada à atividade agrícola e à construção das casas. A mulher representa a estiação, a dispersão, o campo aberto, em que a coleta de diversos produtos sobressai às demais atividades.

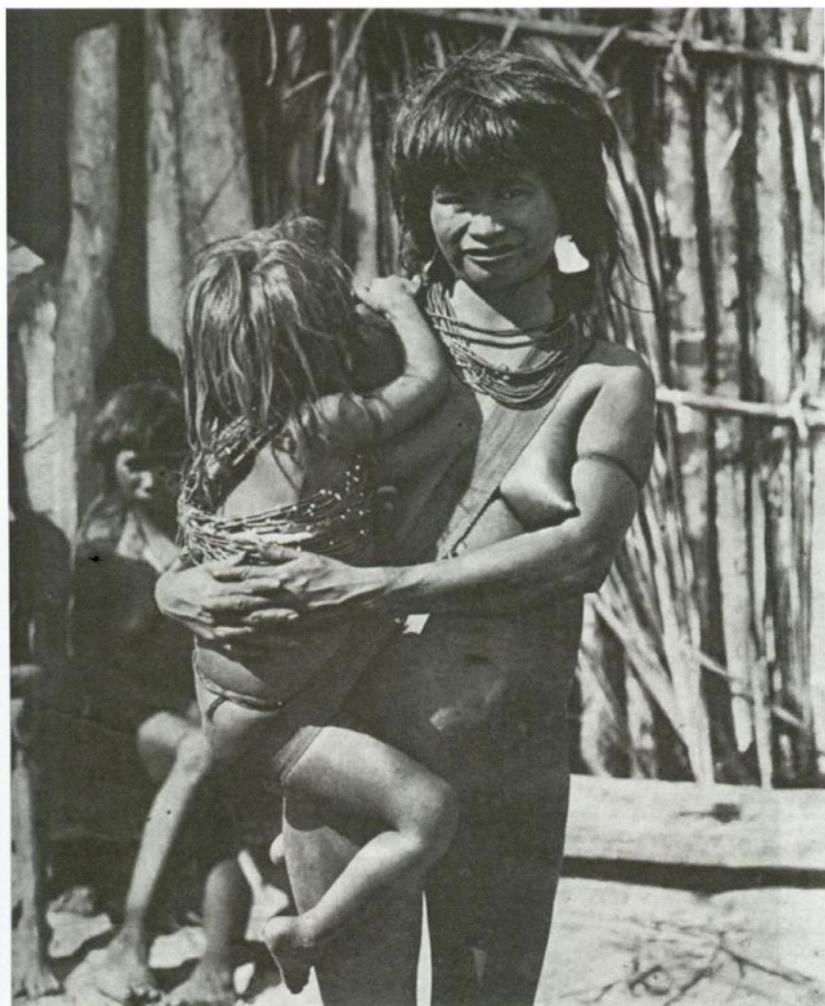
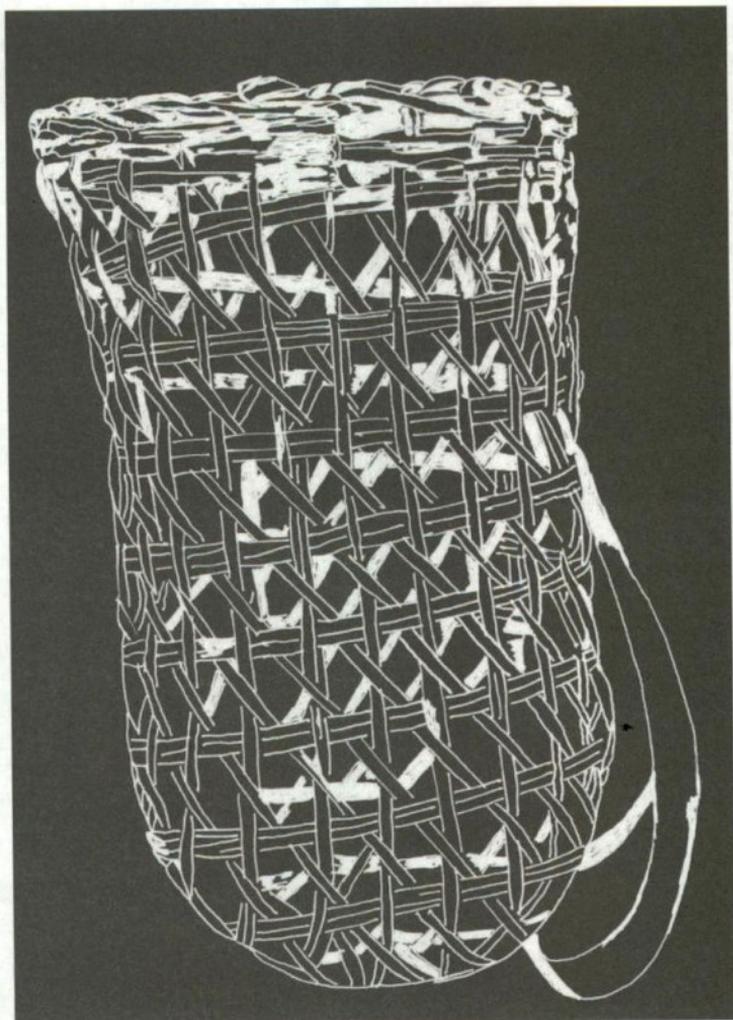


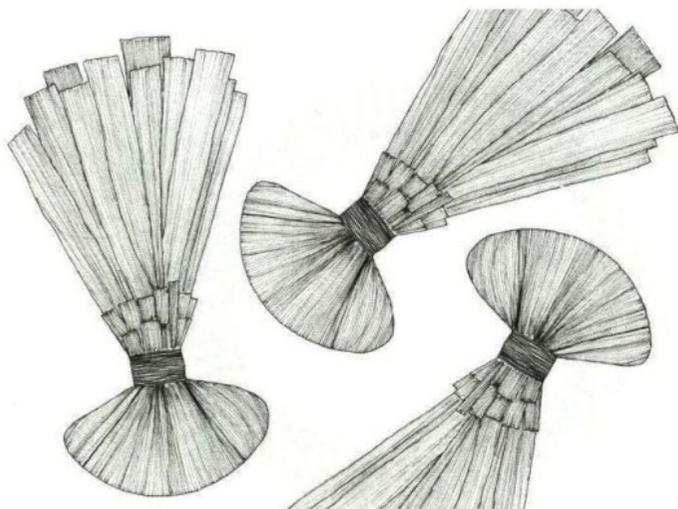
Foto: José Louro

As crianças se encontram, com frequência, referendadas na mitologia, quando são responsáveis pelas inovações nos modos de viver Nambiquara. São elas que trazem as grandes transformações e, por sua condição etária, não são castigadas por seus atos imprevisíveis. Logo que nascem, com o canto do pajé, recebem um nome escolhido pelo senhor dos nomes próprios, *Daiãsumusu*.



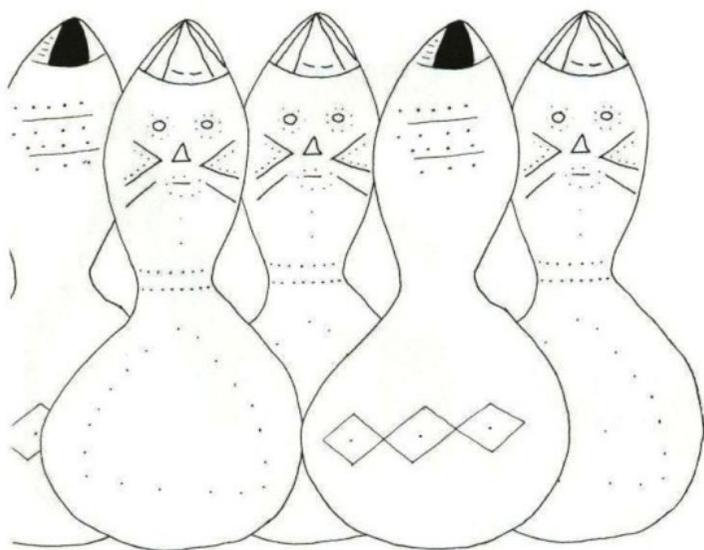
Cesto-cargueiro [hatisu]

Na mitologia Nambiquara, a existência do cesto-cargueiro deu-se pela interferência do tatu-galinha e do tatu-peludo. De grande utilidade na vida doméstica feminina, serve de transporte de lenha, caldeirão com água, produtos da coleta. O cesto-cargueiro simboliza o desprendimento dos bens materiais, já que indica a quantidade de objetos que podem possuir.



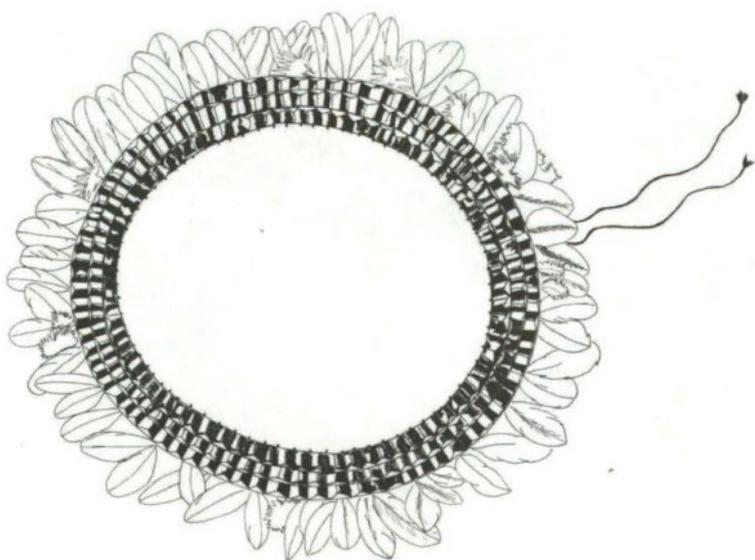
Peteca [hãirakisu]

As brincadeiras e jogos podem acontecer a qualquer momento do dia. Não há um lugar específico para as atividades lúdicas, basta que seja suficiente às necessidades de cada brincadeira. A peteca, brinquedo confeccionado com palhas secas do milho, relaciona-se à caça de uma espécie miúda de roedor do campo, presente na dieta alimentar Nambiquara.



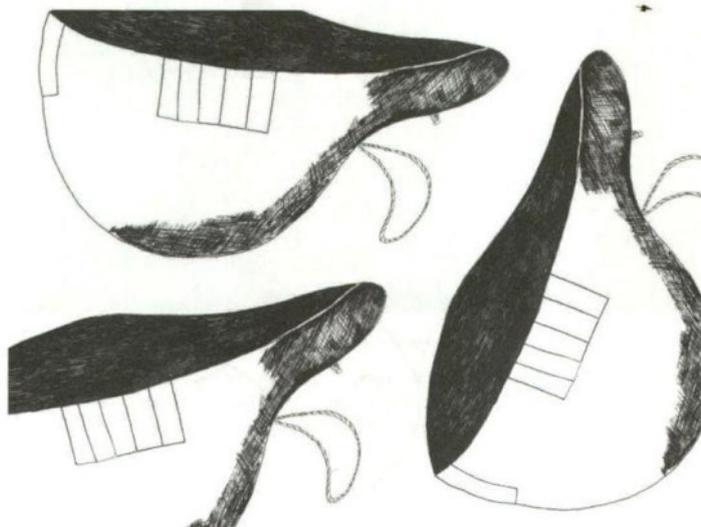
Brinquedo boneco de cabaça [kukisu]

A brincadeira Nambiquara tem a função de ensinar as crianças algumas atividades que deverão desempenhar futuramente. Em geral, os brinquedos são confeccionados por seus pais, pois não se encontram aptas a empregar ferramentas. Com a cabaça, elaboram bonecos para que meninos e meninas aprendam a inseri-los em representações de cenas cotidianas.



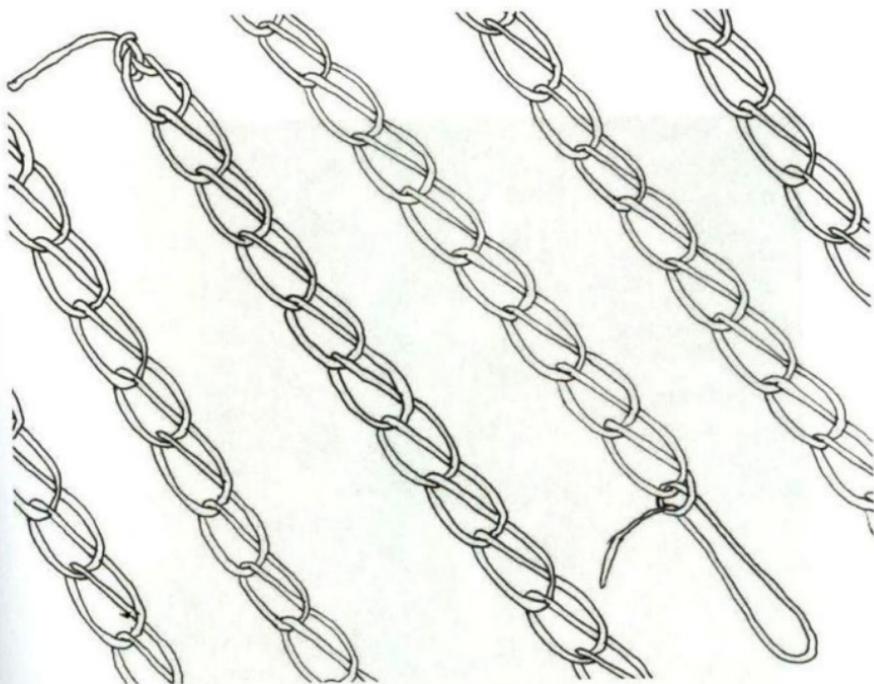
Aro emplumado [yalankalosu]

O tucano, de plumagem excepcional, na mitologia Nambiquara, foi o criador do ritual de puberdade feminina, iniciado durante a menarca. A fim de trazer alegria à aldeia, ordenou ao xamã que organizasse uma grande festa, ensinando-lhe um canto e a confeccionar um adorno de cabeça para a menina-moça usar durante as festividades.



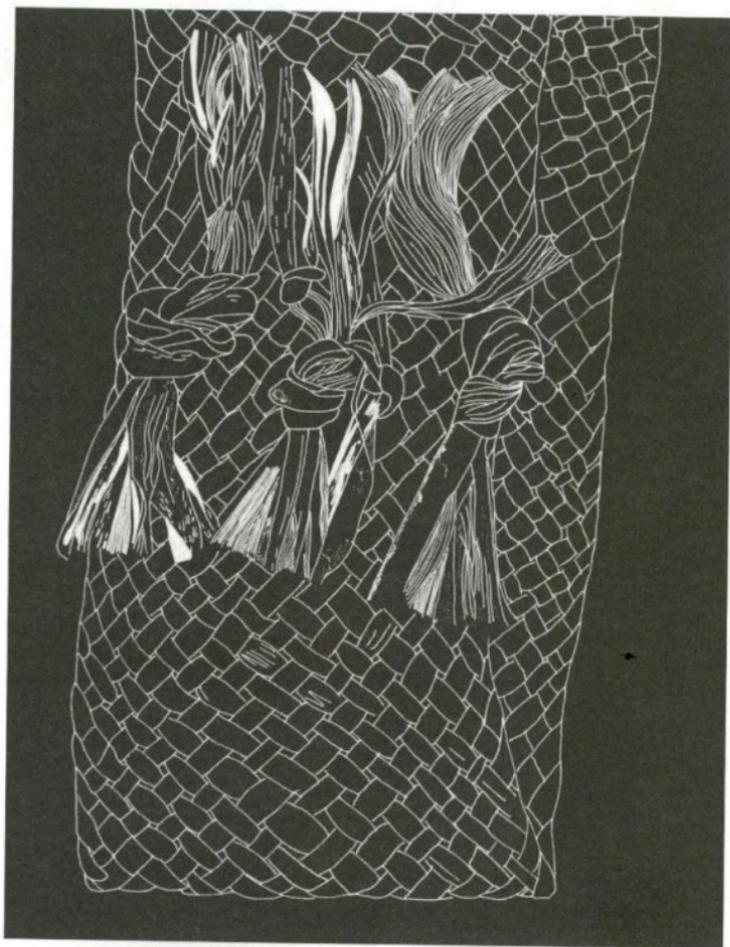
Cuias de cabaça [kadesu]

As cuias são utensílios domésticos feitos do fruto da cabaça, destinadas à guarda e serviço de alimentos. A cabaça encontra-se presente na mitologia Nambiquara, no momento em que o menino se transforma em plantas comestíveis e utilitárias para o seu povo, dando origem à agricultura, quando sua cabeça é transmutada em cabaça.



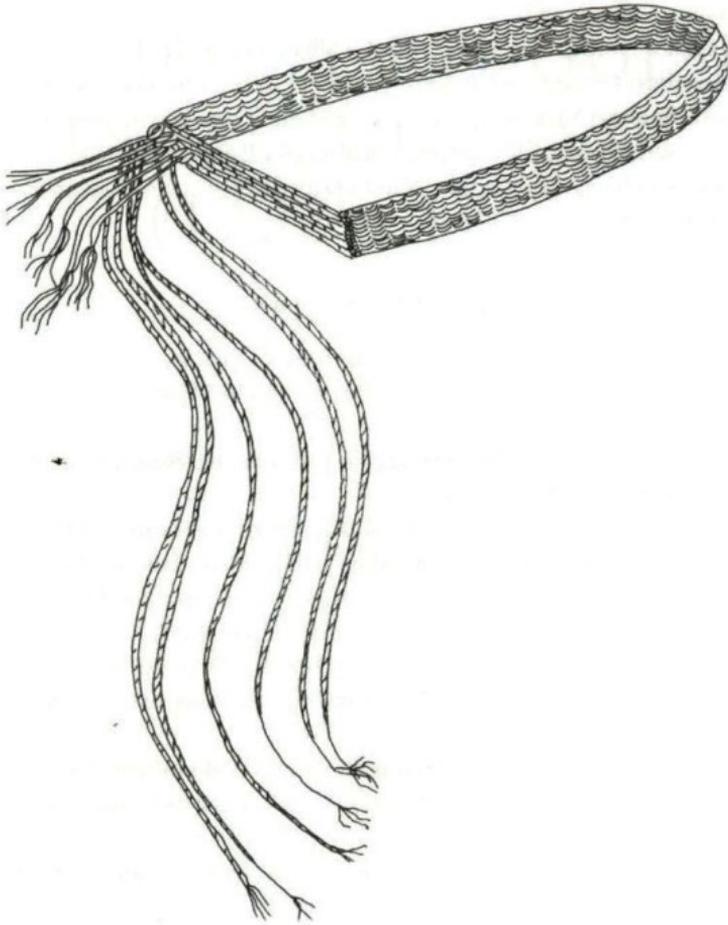
Cordão mágico de parto [kadulakisu]

De elaboração masculina, mede em torno de dois metros e tem a serventia de facilitar o parto difícil, ao ser esticado sobre a barriga da parturiente, a ponto de desfazer todos os nós. Pais de recém-nascidos não podem confeccioná-lo, pois crêem que, mais tarde, as crianças estarão impedidas de andar.



Tipóia trançada [salakalosu]

Uma mãe Nambiquara com crianças pequeninas é sempre vista com uma tipóia cruzada no peito, mesmo que não estejam em seus braços. É proibitivo à mãe retirar a faixa para depositá-la num canto qualquer da casa. Acredita-se que ao perder a tipóia muita tristeza assolará a família.



Braçadeira tecida [kwalansu]

Faixa estreita tecida em tear com fios de algodão nativo ou industrializado, usada na altura do bíceps. Possui barbantes que permitem a regulagem do diâmetro para ser adaptado a qualquer braço. Tem as funções de decoro e enrijecimento dos músculos do antebraço e é utilizada por ambos os sexos.

O POVO NAMBIQUARA

Grupos: Halotesu, Kithaulhu, Sawentesu, Wakalitesu, Siwaisu, Hinkutesu, Neyahlosu, Mamaindê, Sabanê, Negarotê, Wasusu, Alantesu, Latundê, Tawantê, Katitaulhu, dentre outros.

Localização: Noroeste de Mato Grosso e Sul de Rondônia

Ecosistemas: Chapada dos Parecis, Vale do Guaporé e Serra do Norte

Terras Indígenas: Nambiquara, Pyrineus de Souza, Vale do Guaporé, Lagoa dos Brincos, Sararé, Pequizal, Taihãntesu, Tirecatinga e Tubarão-Latundê.

Línguas: Nambiquara do Campo, Nambiquara do Norte, Nambiquara do Sul.

População: 2.000

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc (Dir.). **Os domínios do parentesco** (filiação, aliança matrimonial, residência). Lisboa: Edições 70, p. 23 (Perspectivas do Homem: as culturas, as sociedades).

BIGIO, Elias dos Santos. **As estratégias políticas de Rondon (1889-1930)**. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2003.

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. **Nambiquara do Cerrado: cultura material**. Cuiabá: Artíndia/FUNAI/Museu Rondon/UFMT. Registrado no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional, Secretaria de Cultura da Presidência da República. Rio de Janeiro, 1993, 231 p. (Digitado).

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. Costa; MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes. **Um olhar sobre a mulher Nambiquara**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 82-91 (Antropologia, 9).

PRICE, Paul David. **Nambiquara society**. Tese de doutorado. University of Chicago, 1972.

PRICE, Paul David. Nambiquara leadership. In: **American Ethnological Society**. Vol. 8, N. 4, November, 1981.

RIBEIRO, Darcy. Rondon. In: **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 149-154.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil: do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso**. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: Conselho Nacional e Proteção aos Índios, 1946 (Publicação N° 97).

VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.

NOTÍCIAS DAS MISSÕES DE MOXOS: RELATOS PORTUGUESES DO SÉCULO XVIII (1722 – 1752)

João Antonio Botelho Lucidio¹

Em 1722 o que chamamos de Brasil era uma colônia do Império Português e, do ponto de vista administrativo, era dividido em dois Estados. Ao sul o Estado do Brasil, com sede, na Bahia e ao norte o Estado do Maranhão e Grão Pará, que foi gerido primeiro de São Luis e depois de Santa Maria do Belém do Pará. Lembrar este fato, pouco referenciado pela historiografia contemporânea, nos permite mensurar melhor a extensão e complexidade da rede de ações do Estado Português na América.

1722 foi o ano em que se deu início à formação do núcleo minerador que levou o nome de Senhor Bom Jesus do Cuiabá, ainda que oficialmente a data de fundação do Arraial seja 1727 – e atribuída ao conjunto de ações do Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes. 1722 foi, também, o ano da viagem de Francisco de Mello Palheta pelo rio da Madeira até encontrar com as missões dos Padres da Companhia de Jesus em terras conquistadas por Espanha na América. Enquanto o primeiro episódio liga-se ao Estado do Brasil, o segundo foi emanado do Estado do Maranhão e Grão Pará.

Por motivos ainda pouco discutidos e explicados a maior parte dos estudos de caráter histórico sobre o Mato Grosso no período colonial optou por um recorte que privilegiava as ações e a interação entre o Cuiabá e o Estado do Brasil, através de São Paulo. Pouca atenção era dada às ações protagonizadas a partir do Estado do Maranhão

¹ Professor do Departamento da História da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutorando em História pela Universidade Nova de Lisboa – Portugal.

e Grão Pará. Nos últimos anos, graças aos esforços encetados no âmbito do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, estas abordagens históricas estão sendo revisitadas. A comunicação que ora se apresenta se inscreve nesta última vertente.

Os documentos eleitos como basilares para esta reflexão já foram publicados, seja no Brasil ou em Portugal e deles há cópias manuscritas em ambos os países. No Brasil a pesquisa foi realizada na Biblioteca Nacional (Seção de Manuscritos) e na Biblioteca e Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. Em Lisboa a pesquisa centrou-se na Biblioteca Nacional e no Arquivo Histórico Ultramarino.

São quatro os relatos de viagem às Missões de Moxos na primeira metade do século XVIII. Duas das viagens saíram do Estado do Maranhão e Grão Pará e outras duas foram de iniciativa dos moradores das minas do Cuiabá e Mato Grosso, Capitania de São Paulo, Estado do Brasil. Além dos relatos de viagens há um volume razoável de correspondências trocadas entre os representantes do Estado português na colônia Brasil, seja com o Rei, seja com o Conselho Ultramarino².

A primeira das narrativas informa sobre uma viagem de descobrimento do rio da Madeira realizada entre os anos de 1722 e 1723, comandada por Francisco de Mello Palheta. Até 1884 o documento era conhecido de poucos. Capistrano de Abreu teria sabido de sua existência por uma cópia exposta sob o nº 19621 durante a Exposição de História e Geografia do Brasil da Biblioteca Nacional – RJ (1872). Segundo ele o documento fazia parte de uma coleção de manuscritos doados à Biblioteca Nacional pelo livreiro João Ribeiro Martins sob o seguinte título: ‘*Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento mor Francisco de Mello Palheta no Rio da Madeira e suas vertentes... desde 11 de Novembro de 1722 até 12 de Setembro de 1723*’³. Capistrano informava ainda que tal cópia derivava de um exemplar manuscrito existente na Torre do Tombo, em Lisboa, no ‘tomo I dos Papeis vários’.

Alguns anos se passaram e, desde 1740, encontramos um conjunto de documentos que atestam as pretensões de renóis e paulistas, ra-

2 Parte desta documentação foi publicada recentemente por: CANAVARROS, Otávio; DOURADO, Nileide Souza; MACEDO, Vera Lúcia; e MORGADO, Eliane M. O. (Orgs.) Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746). Cuiabá, EdUFMT / Entrelinhas, 2007.

3 Segundo Basílio de Magalhães (1944, 304) o título completo do documento é: “*Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento mor Francisco de Mello Palheta no Rio da Madeira e suas vertentes, por ordem do Senhor João da Maia da Gama do Conselho de Sua Majestade, que Deus Guarde, seu Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, cuja viagem se fez no ano primeiro de seu governo: e se gastou nella desde 11 de Novembro de mil setecentos e vinte e dois até 12 de Setembro de mil setecentos e vinte e tres*”.

dicados nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso, de se aproximarem das Missões de Chiquitos e de Moxos. A segunda narrativa trata da viagem Guaporé abaixo desde o ‘Porto da Pescaria’ no rio Sararé até a cidade de Belém do Pará, ocorrida no ano de 1742. O relato mais conhecido que dela ficou é: “Verdadeira notícia que deu Francisco Leme do Prado, do que passou, e experimentou na viagem que fez destas minas do Mato Grosso pelo rio abaixo as missões dos padres da companhia do reino Castela a quem chama moxos, cujas terras pertencem a província da cidade de Lima, indo por companheiros, Manuel Felix Lima, Joaquim Ferreira Chaves, Vicente Pereira d’Assunção, Manuel de Freitas Machado, Matheus Correa Leme e João dos Santos Berne”, paragens por onde não consta andasse pessoa portuguesa⁴”.

É interessante notar que o relato acima indicado trata apenas da parte do trajeto realizada junto a algumas das Missões em terras de Espanha. A cita expedição conheceu fama por que um pequeno grupo comandado por Manuel Felix de Lima⁵, conseguiu chegar ao Pará. Dessa segunda parte da viagem tem-se poucas informações, ainda que o feito tenha tido repercussões significativas na Corte, que os mandou recolher presos à cidade de Lisboa. Um dos historiadores responsável pela divulgação do feito de Manuel Felix de Lima foi Robert Southey (1862). Esse autor explicita que sua narrativa foi construída: “De dois manuscritos que possuo, tirei a relação desta expedição memorável. Um é do mesmo Manoel Felix, escrito de seu próprio punho... talvez não exista segundo exemplar. O outro contém os depoimentos tomados aos que voltaram ao arraial pelo ouvidor do Cuiabá, João Gonçalves Pereira” – documento cuja cópia foi publicada por várias instituições no Brasil e do qual existe manuscrito no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa.

Do ano de 1743 é a terceira das narrativas, que são as “Informações sobre as Missões dos Moxos, dos jesuítas espanhóis mandada tomar por ordem do Ouvidor do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, entre os sertanistas ali idos⁶”. Deste mesmo documento existe cópia manuscrita no Arquivo Histórico Ultramarino com o título: “Informações reunidas pelo ouvidor João Gonçalves Pereira sobre as missões dos padres da Companhia de Jesus das Índias Ocidentais de Castela”,

4 Deste documento existem muitas cópias manuscritas e o mesmo foi, também, publicado muitas vezes.

5 O grupo seria composto por mais dois reinóis: Joaquim Ferreira Chaves e Manoel de Freitas Machado.

6 Os relatos de época, entretanto, incluem ainda um quarto nome, o de Vicente Ferreira de Assunção.

7 Pereira, João Gonçalves. Informações sobre as primeiras expedições Guaporé Abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. 44 p; (Coleção: Publicações Avulsas, n.º. 39).

datado de 20 de setembro de 1743. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro também possui cópia manuscrita do mesmo documento, que foi publicado em diversas ocasiões, entre outros por Jaime Cortesão em Alexandre de Gusmão em o Tratado de Madrid, Parte III, Tomo II, pp. 64 a 80.

A quarta e última das narrativas encontradas trata de uma expedição que saiu da cidade de Santa Maria do Belém do Pará no ano de 1749 rumo às minas do Mato Grosso. A mesma era comandada pelo Sargento Mor Luiz Fagundes Machado e dela fazia parte como piloto Antonio Nunes de Souza⁷, além do mestre de campo José Gonçalves da Fonseca, que nos deixou dois escritos. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro encontramos cópias dos citos escritos com os seguintes títulos: “Descrição da situação de Mato Grosso, o descobrimento de Minas e estabelecimentos de seus arraiais, escrita por José Gonçalves da Fonseca, baseado em mapas e escritos antigos. Pará, 1752. 36 f. Original Manuscrito⁸”; e “Navegação do rio Madeira principiada em 25 de setembro de 1749. (1749). [S.l.], 1749. 264 p. Consta na Lombada: Navegação do Rio da Madeira. Possui um mapa no final do códice. Original. Manuscrito”. Ambos documentos já foram publicados.

A nós interessa em particular o segundo documento. Sua importância parece ter sido muito grande e foi amplamente divulgado à época em que foi escrito. Só na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro existem mais duas cópias manuscritas, em coleções diferentes. Em meados do século XVIII, quando o Conselho Ultramarino pensou em retomar a navegação oficial do Madeira, enviou aos Governadores e Capitães Gerais do Pará, Francisco Pedro Mendonça Gorjão, e do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, cartas com cópias de partes daquela viagem⁹.

No século XIX esse documento recebeu duas edições. A primeira intitula-se “Navegação Feita da Cidade do Grão-Pará até a Bocca do

7 Antonio Nunes de Souza nos deixou um pequeno diário dessa viagem intitulado “(de) Rota da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará para as minas de Mato Grosso”. [S.l.] 20/12/1750. 16 p. Cópia Ms, que está sob a guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Esse documento foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XXI.

8 Foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 37; e Pereira, João Gonçalves. Notícias da Situação de Mato Grosso. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. 44 p; (Coleção: Publicações Avulsas, n.º. 22).

9 “Coutinho, Marco Antônio de Azevedo, Carta ao governador do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, sobre a navegação pelo Rio Madeira, ligando Pará ao Arraial de Mato Grosso, e não pelo Rio Tapajós, por causa das cachoeiras, e descrição da viagem pelo Rio Madeira em 25/09/1749. Lisboa 00/09/1748. 56 f. Cópia Manuscrita”; e “Carta do Secretário de Estado Marco Antonio de Azevedo Coutinho para o governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade. Consulta sobre a navegação pelo rio Madeira. Lisboa, 15 de setembro de 1748”.

Rio da Madeira pela escolta que por êste rio subiu às Minas de Matto Grosso, por ordem mui recommendada de Sua Majestade Fidelíssima no anno de 1749, escripta por José Gonçalves da Fonseca no mesmo ano”, publicado na Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos Domínios Portugueses ou lhe são vizinhos, pela Academia Real das Ciências, tomo IV, Lisboa, 1826. A segunda publicação, feita no Brasil, só ocorreria cerca de cinqüenta anos depois sob o título: “Memórias para a História do Extincto Estado do Maranhão cujo territotio comprehende hoje as províncias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas. Colligidas e annotadas por Candido Mendes de Almeida, tomo II. Rio de Janeiro, Nova Typografia de J. Paulo Hildebrandt, 1874, organizada por Candido Mendes de Almeida.

Considerando a exigüidade e o volume de informações contidas nos quatro relatos de viagem acima indicados, optamos, neste artigo, em nos atermos apenas ao primeiro deles: a viagem de descobrimento oficial do rio da Madeira comandada por Francisco de Mello Palheta ocorrida entre os anos de 1722 e 1723.

Capistrano de Abreu o publicou na Revista Gazeta Litteraria, em outubro de 1884, sob o título: ‘*A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira em 1722-23, segundo um de seus companheiros*’. O mesmo documento foi republicado em ‘Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil’. O autor nutria uma simpatia especial por Francisco de Mello Palheta, na edição da Revista Litteraria justifica a necessidade de divulgação do documento na esperança de que ‘*se achassem outros documentos sobre estas e outras bandeiras de Palheta, que torne possível escrever a biographia do introductor do café no Brasil*’.

Nas considerações que teceu, Capistrano, num arroubo de exagero, afirmou que aquela não era a primeira viagem de Mello Palheta pela Amazônia como representante das autoridades constituídas no Estado do Grão Pará e Maranhão, o que é correto, e sugere que o mesmo tenha vindo às minas do Cuiabá, o que já é mais improvável. Todavia, é certo, que Mello Palheta, militar¹⁰, teve suas ações na América direcionadas pelo Estado português.

Um fato curioso é que um dos mais profícuos estudiosos da Amazônia colonial, Arthur César Ferreira Reis, pouca atenção tenha

10 Paulo Pitaluga C. e Silva, em seu *Dicionário Biográfico Mato-Grossense* (2005, p. 180), informa que Francisco de Mello Palheta nasceu na Capitania do Grão Pará, em 1760 e foi militar de carreira. Sabe-se de sua participação em três grandes expedições a serviço do Estado: em 1691 fez parte da expedição que reconduziu o padre Samuel Fritz, pelo Amazonas, até às terras do Peru; em 1722/23 comandou a expedição ao rio Madeira; e, cerca de quatro anos depois (1727) foi mandado à Guiana Francesa – de onde teria trazido mudas e sementes de cafeeiro.

dado aos escritos que derivaram das ações de Mello Palheta no rio Madeira¹¹. No tomo II de Limites e Demarcações da Amazônia Brasileira ele faz uma breve referência a essa viagem. Basílio de Magalhães, contemporâneo de Arthur César, deu-lhe algumas páginas em *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* (1935); e, na obra *O café – na história, no folclore e nas belas artes* (1939), a ele dedicou um capítulo inteiro em ‘Quem era Francisco de Mello Palheta, introdutor do cafeeiro no Brasil’.

Basílio de Magalhães começa por criticar autores como: Robert Southey¹² (1862, vol. V, 437), Antonio Ladislau Monteiro Baena¹³ (1839, 517) e João Severiano da Fonseca¹⁴ (1882, vol. II, 274), afirmando que suas análises são superficiais e que eles não teriam tido conhecimento do relatório da dita viagem exploratória comandada por Mello Palheta. Na sequência faz um breve relato da mesma. Duas coisas chamaram-nos a atenção: primeiro ele indaga sobre os motivos do Governador e Capitão General João da Maia da Gama; e, segundo, ele não faz qualquer referência ao que foi visto e encontrado na Missão.

O estudo mais recente que faz uma análise da viagem de Mello Palheta ao Madeira é de André Ferrand de Almeida (2001)¹⁵. Ao discutir a formação do espaço brasileiro, este autor, na segunda parte de seu trabalho, ao tratar ‘a importância dos Tratados de Utreque na sua articulação com a expansão portuguesa no Brasil’, dedica um tópico à conquista do rio Madeira.

André Ferrand argumenta que o envio de Palheta ao rio Madeira não faz parte seja das iniciativas régias, seja das bandeiras particulares, e a inscreve como uma iniciativa do Governador e Capitão General João da Maia da Gama. Mesmo reconhecendo que tanto o rei como o Conselho Ultramarino eram favoráveis a uma aproximação maior com os súditos espanhóis, Ferrand, prefere recuperar um episódio ocorrido no espaço amazônico como o motivador das ações de João

11 Sobre as ações de Francisco de Mello Palheta a serviço do Estado português, Arthur Reis em *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, tomo I, publicou as páginas 226 a 234 uma cópia do Regimento dado pelo Capitão General João da Maia da Gama a Francisco de Mello Palheta, quando o mesmo foi encarregado de uma expedição de reconhecimento e vigilância contra os franceses no Cabo do Norte.

12 Southey, Roberto. *História do Brasil*. Tradução do Dr. Luis J. de O. Castro e anotações do cônego J.C.F. Pinheiro. Rio de Janeiro, 1862, 6 volumes.

13 Baena, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Belém do Pará, 1839.

14 Fonseca, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil – 1875-1878*. Rio de Janeiro, 1880-1881, 2 volumes.

15 Sobre as cópias manuscritas da viagem comandada por Francisco de Mello Palheta ao Madeira, André Ferrand, informa que: ‘embora tenha sido impossível localizar o manuscrito copiado na Torre do Tombo, encontramos um outro manuscrito da “Narração” da viagem de Palheta existente na Biblioteca Pública de Évora, Coleção Manizola, Códice 41-2’ (2001, 60).

da Maia da Gama¹⁶. Ao assim proceder o autor quer atribuir uma certa autonomia e iniciativa aos administradores coloniais. O que temos dúvidas se é aplicável ao caso da viagem de Mello Palheta. Mesmo por que a ação de João da Maia da Gama se estendeu, também, pelo alto sertão amazônico, na direção do rio Marañon.

Da sua perspectiva, Ferrand de Almeida, interessou-se em destacar os seguintes pontos do relato da expedição de Mello Palheta: o sentido da expedição; a tarefa de reconhecimento do rio – que em última instância indica o caráter estratégico e militar da expedição; e a receptividade dos jesuítas aos propósitos portugueses de estabelecer com eles relações de comércio. Procedendo a uma leitura mais crítica dos documentos que encontrou, ele defende uma interpretação mais desconfiada das fontes portuguesas.

Do nosso ponto de vista optamos por investigar que tipo de observações Francisco de Mello Palheta ou o Governador João da Maia da Gama mandou relatar na “Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento mor Francisco de Mello Palheta no Rio da Madeira e suas vertentes, por ordem do Senhor João da Maia da Gama do Conselho de Sua Majestade, que Deus Goarde, seu Governador e Capitam General do Estado do Maranhão, cuja viagem se fez no ano primeiro de seu governo: e se gastou nella desde 11 de Novembro de mil setecentos e vinte dous thé 12 de Setembro de mil setecentos e vinte tres”.

Há um consenso entre todos que estudam o tema que um trecho bastante significativo do rio Madeira já era conhecido de muito pelos portugueses. Afinal, os próprios jesuítas ligados à Coroa Portuguesa, em 1714, já haviam fundado quatro missões ao longo do Madeira: Tupinambaranas, Canumã, Abacaxis e Andirases. Por sua vez André Ferrand defende, que é possível que antes da viagem comandada por Mello Palheta o padre João Sampaio tenha fundado a aldeia Santo Antonio das Cachoeiras, entre os rios Jamari e primeira cachoeira do Madeira. Da nossa parte defendemos que a aldeia tenha se iniciado no interregno em que a Expedição ficou estabelecida às margens do Madeira entre fevereiro e julho de 1723.

16 Ferrand de Almeida foi buscar as motivações de João da Maia da Gama numa carta dirigida pelo próprio Governador a D. João V, datada de 18 de fevereiro de 1724. Ali João da Maia justificaria ao rei que só agiu depois das notícias trazidas por uma bandeira que tinha ido ao Madeira em busca de índios para escravizar e que ali teriam encontrado, cerca de vinte dias de viagem rio acima, vestígios de cristãos. Na dúvida se eram espanhóis de Santa Cruz de La Sierra ou bandeirantes paulista era melhor averiguar. Ferrand indica que existem cópias da cita carta nos seguintes locais: Arquivo Histórico Ultramarino (Códice 269, fs. 261v. - 262); Biblioteca Pública de Évora (Códice CVX/ 2-15, n. 13); e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Seção de Manuscritos, 7-2-21 n. 279).

Da parte do Estado português um conjunto de medidas foi anunciado, não se sabe se implementadas, ainda na primeira metade do setecentos com vistas a ampliar ou assegurar os seus domínios pelos sertões do vale amazônico. A Provisão Régia de 05 de outubro de 1716 determinava ao Governador do Maranhão e Grão Pará, Cristóvam da Costa Freire, que providenciasse “uma relação do rio das Amazonas e das distancias em que ficam as Missões assim da cidade de Belém do Grão-Pará como de Quito; e que se declare se ha alguma demarcação feita natural ou ajustada por posse ou fato, por onde se separem os domínios de nossa parte e da de Castela”.

Seis anos depois dessa ordem régia, o Governador João da Maia da Gama, após ouvir o relato de um sertanista¹⁷ João de Barros da Guerra (?) que o informava da existência de cristãos através de uma povoação abandonada onde encontrou uma cruz e um altar, além de couros de boi e cabeças de carneiro, resolveu mandar reconhecer o rio da Madeira. Vale lembrar também aqui as ordens régias de 25 de março de 1722 em que o rei pedia informações sobre a localização de possíveis minas de prata na Amazônia e que distância elas ficavam das povoações espanholas. Assim, a 11 de novembro daquele ano saiu do porto da cidade de Santa Maria do Belém do Pará a flotilha comandada por Francisco de Mello Palheta.

O trajeto a percorrer seria longo e foi feito por etapas. A primeira delas transcorreu pelo rio Amazonas onde os partícipes indígenas da expedição foram requisitados em algumas missões. Após entrar no rio da Madeira, a dois de fevereiro de 1723, viajaram por dezessete dias rio acima e resolveram montar arraial. Ali, com dificuldades de abastecimento, permaneceram até 10 de junho, ocasião em que receberam víveres de Belém. Por essa data retomaram a navegação e contava o grupo com *118 pessoas, sendo 30 de armas de fogo e 88 índios de frechar*. Começava a parte mais difícil da expedição que era transpor as cachoeiras do Madeira a primeira foi alcançada a 23 junho e a última transposta a 02 de julho. Já faltos de mantimentos um mês se passaria até chegarem à confluência do Mamoré com o Itenês (Guaporé). Subiram pelo Mamoré e logo encontraram indígenas cristianizados e, a oito de agosto, finalmente, chegaram à Missão ou Povoação de Santa Cruz de Cajuávas.

Como ditava os preceitos do bom viver, Mello Palheta, enviou primeiro um ‘embaixador’ para anunciar sua presença e solicitar au-

17 Segundo André Ferrand (2001, 62) essas informações encontram-se transcritas na carta régia de 18 de fevereiro de 1724, dirigida por D. João V ao Governador do Maranhão João da Maia da Gama.

torização para poder entrar na Missão. Segundo consta a narrativa foram muito bem recebidos. O que não é de causar nenhum espanto, afinal os portugueses apresentaram-se como ‘uma esquadra composta de 10 galeotas armadas em guerra, com infantaria e cravineiros afazer descobrimentos’, mas mesmo assim vinham em paz. Desprovidos de armas de fogo, ao Superior dos Jesuítas coube mandar buscar o Cabo da tropa afirmando que estimava a vinda dos portugueses ‘àquela povoação e que não só lhe mandava beijar os pés, mas oferecer-lhe para lhe obedecer em tudo’. Durante três dias ficaram hospedes naquele Colégio, como eles assim nominam a Missão.

Mais que as dificuldades e agruras do trajeto, interessa-nos investigar da narrativa aquilo eles disseram ter visto no interior da Missão. Causam curiosidade três fatos explícitos na narrativa: o alarido com que os índios os receberam; a visita de padres de missões vizinhas; o prazo limitado de estadia (três dias). Nos parece que havia um certo medo dos portugueses ou Mamelucos (paulistas) – velhos e violentos conhecidos dos Jesuítas. Documentos publicados pelo Pe. Pastells¹⁸ permitem afirmar que, meses antes de chegada do grupo vindo pelo Grão Pará, pleiteava-se autorização do Conselho das Índias para se ter em cada Missão armas de fogo, o que não havia ainda sido permitido. O que justificava o pedido era que os padres já percebiam vestígios da presença portuguesa próxima a seus domínios. Uma hipótese é que o grupo do Pará, num primeiro momento, tenha sido confundido com os temidos ‘mamelucos o portugueses de San Pablo’.

Outro dado que chamou a atenção foi a ausência de informações como: não detalha o espaço físico da Missão, mas deixa perceber que ali há: Igreja, com três porta e vários altares interiores e alguns deles esculpidos com entalhes e douramento; uma Casa de Sobrado onde se hospedavam as pessoas mais importantes; uma grande Praça, talvez onde estivessem a Igreja e a Casa de Sobrado; não informa sobre o número de Padres na Missão, mas deixa perceber que há ali no mínimo quatro, são nominados o Superior – Pe Miguel Sanches de Aquino e o Pe Olibério Nogua; não informa sobre o número de pessoas na Missão e nem sobre armas, mas diz que foram recebidos no porto por mais de duas mil pessoas.

Para ressaltar quão amistosa tinha sido a receptividade somos informados pelo narrador que logo no dia seguinte, avisados que foram da chegada dos portugueses à Missão de Santa Cruz de Cajuávas, a

18 Pastells, Pablo; Mateos, Francisco. *História de la Compañia de Jesús em la Provincia del Paraguay* (Argentina, Paraguay, Peru, Bolivia, y Brasil) segun los documentos originales extractados y anotados, tomo VI (1715-1730), C.S.I.C., Madrid, 1946.

ela acorreram padres de missões vizinhas: da povoação de Sancta Anna, a cavalo, veio o Pe. João Baptista de Bosson; de São Miguel de Moxiquinos, de canoa, veio o Pe Gaspar dos Prados; de São Pedro de Moxos veio o Pe. Nicolau de Vargas. Com todos eles Francisco de Mello Palheta conversou e parece ter trocado informações várias.

Uma das preocupações evidentes são as coletas de dados sobre localizações geográficas: 1) da Missão = 14° e ½ ao Sul; 2) de Santa Cruz de Lacerda (La Sierra) em 17°. Outro conjunto de informações versa sobre as cidades, as autoridades constituídas e estradas: Santa Cruz de Lacerda (La Sierra), tinha por Governador Dom Luis Alvares Gatto; o Bispo Dom Leonardo de Valdima Arcaya, de três em três anos visitava todas as Missões. Quanto aos caminhos dizia que de Santa Cruz de Lacerda (La Sierra) segue estrada para o Reino do Perú, porto de mar, que tem como vice-rei Dom Thomaz de Espego, e Arcebispo. Dali também se chegava a outras cidades: Lima, Guamanga, Cusco, La-Pás – tais informações teriam sido dadas pelo Pe João Baptista de Bosson.

Recolhe ainda notícias sobre o que se produzia: os canaviais durariam até 60 anos e, onde estavam, de 20 a 30 annos sendo as canas espetaculares para a produção de açúcar; produziam açafraão; cera branca; pannos acolchoados e bordados. A maioria dos índios tinham até 100 bestas para vaquejar de 3 a 4 mil cabeças de gado. Tudo era comerciado com Santa Cruz de La Sierra.

Quanto aos índios ele os classifica como: são curiosos, habilidosos, sabem ler, pintam, tecem, entalham e são músicos - tocam diversos instrumentos como órgão, cravo, clarins e charamellas, harpa e rebeca. São todos de índole muito pacíficos e impressiona-se com o modo como são administrados, procurando explicar como é a divisão de poderes entre eles para organizar o funcionamento da Missão e conclui que todos os índios têm bens e são ricos. Sobre a organização religiosa detalha as estratégias de obediência às doutrinas impostas pelos jesuítas aos índios.

Ao fim de três dias Mello Palheta e seus comandados foram avisados que de acordo com as normas seguidas pela Missão seu tempo de visita naquele Colégio achava-se expirado. Todos se despedem 'amigavelmente', mas os Jesuítas são informados que em virtude de antigos tratados eles não deveriam mais descer além da boca dos rios Mamoré e Itenes (Guaporé). Durante cerca de vinte anos ocorrerá poucas alterações na disputa entre as duas nações européias naquele espaço. Um novo rediscutir e reorganizar sobre a ocupação e a navegação dos rios da bacia do Madeira só ocorreu após a viagem de Manuel Félix de Lima em 1742 que, esperamos, poder discutir em outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. A Bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira em 1722-23, segundo um de seus companheiros. **Gazeta Literária**, Rio de Janeiro, 1884, vol. I, pp. 372-376 e 387-391.
- AMADO, Janaina e ANZAI, Leny Caselli (org.). **Anais De Vila Bela 1734-1789**. Cuiabá, Carlini & Caniato, 2006.
- ANZAI, Leny Caselli. **Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira**. Brasília, Universidade de Brasília, 2004 (Tese de Doutorado).
- ALMEIDA, André Ferrand de. **A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)**. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Belém do Pará, 1839.
- CANAVARROS, Otávio; DOURADO, Nileide Souza; MACEDO, Vera Lúcia; MORGADO, Eliane M. O. (orgs.) **Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)**. Cuiabá, EdUFMT / Entrelinhas, 2007.
- CANAVARROS, Otávio. **O Poder Metropolitano em Cuiabá e seus Objetivos Geopolíticos no Extremo Oeste (1727 – 1752)**. São Paulo, USP – FFLCH, 1998 (tese de doutorado).
- FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil – 1875-1878**. Rio de Janeiro, 1880-1881, 2 volumes.
- LAPA, J. R. do Amaral. **Economia Colonial**. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, Epasa, 1944.
- MEMÓRIAS para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas. Colligidas e anotadas por Candido Mendes de Almeida, tomo II. Rio de Janeiro, Nova Typografia de J. Paulo Hildebrandt, 1874.
- PASTELLS, Pablo; MATEOS, Francisco. **História de la Compania de Jesús em la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Peru, Bolivia, y Brasil) segun los documentos originales extractados y anotados**. Tomo VI (1715-1730), C.S.I.C., Madrid, 1946.
- PEREIRA, João Gonçalves. **Informações sobre as primeiras expedições Guaporé Abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos**. Cuiabá: Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. 44 p. (Coleção: Publicações Avulsas, n.º. 39).
- PEREIRA, João Gonçalves. **Notícias da Situação de Mato Grosso**. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. 44 p; (Coleção: Publicações Avulsas, n.º. 22).
- REIS, Arthur César Ferreira Reis. **Paulista na Amazônia e outros ensaios**. Revista do IHGB, volume 175.

REIS, Arthur. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: A fronteira com as colônias espanholas**, tomo II, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.

SILVA, Paulo Pitaluga C. **Dicionário Biográfico Mato-Grossense: período colonial, 1524/1822**. Cuiabá, Carlini & Caniato, 2005.

SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Tradução do Dr. Luis J. de O. Castro e anotações do cônego J.C.F. Pinheiro. Rio de Janeiro, 1862, 6 volumes.

FORÇA DE LINHA: PRESENÇA DE NEGROS NO FRONT DE BATALHA NA GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870)

Aluísio Gonçalves de Farias¹

O objeto de análise deste artigo é a fotografia encontrada no livro de Ricardo Salles – *Guerra do Paraguai: Memória e Imagem* (Imagem nº1), página 32, publicado pela Biblioteca Nacional. A citada imagem traz como personagens, soldados que estão em posição de revista (ou seja, prontos para passarem por uma inspeção de seus superiores). O estudo desta imagem revela pessoas da etnia negra e que, de acordo com o período trabalhado (século XIX), trata-se de elementos inferiores da sociedade escravista imperial, que serviam de mão de obra para a economia. A observação da foto passa por uma perspectiva da história social, em que apenas recentemente a historiografia lançou luz sobre esta parte da história e desse segmento social tão importante, que é o estudo da etnia negra no Brasil.

1 Mestrando do Programa de Pós-graduação em História/UFMT. Bolsista Capes.



Imagem nº 01. Fonte: Tropa em revista (Fotografia sem autoria). SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai - memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Editora Miguel de Cervantes, 2003. 11x16. P. 32

A imagem acima foi reproduzida a partir de uma digitalização da foto original que se encontra na Biblioteca Nacional. A imagem está amarelada, com algumas manchas no lado superior da foto; temos também uma mancha de cor escura no lado esquerda da imagem; porém, a visibilidade é boa. A imagem mede em torno de 11 cm de altura por 16 de largura. A fotografia foi registrada de longa distância; o que dificulta a leitura mais detalhada. Contudo, identificamos aspectos como os homens que estão “em forma” e que demonstram estarem prontos para guerrear, uma vez que o fotógrafo conseguiu enquadrar quase que a unidade inteira na foto.

Essa representação fotográfica é parte integrante da obra *Memórias e Imagens*, do historiador Ricardo Salles, que retrata a Guerra do Paraguai através de imagens. A partir dessa imagem é que pretendemos apresentar a rica iconografia produzida durante a Guerra do Paraguai, na qual, apesar de que a tecnologia da fotografia naquele momento era incipiente, fora produzida uma quantidade expressiva de fotografias; além do fato de que essa foi a primeira Guerra a ser registrada por imagens na América Latina.

A unidade militar está representada na foto por dezenas de componentes, onde temos homens em solo, que são os soldados e outros que estão montados e que fazem parte do comando da referida unidade.

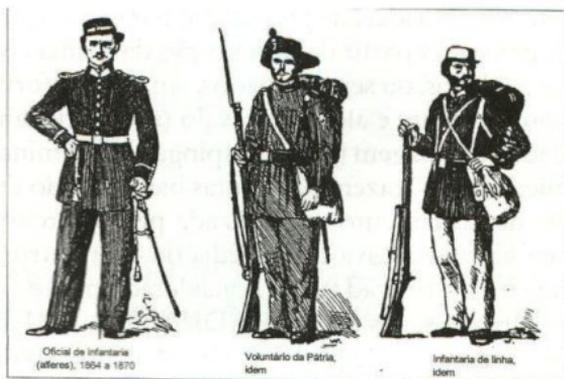
A imagem nos dá a idéia de preparação para uma ação militar. Esta percepção é possível a partir da observação da forma como estão organizados os soldados, ou seja, alinhados, em pé e uniformizados; com seus superiores a frente e alguns à cavalo (aproximadamente 6).

Os soldados da imagem portam espingardas fulminantes, usando sistema Minié, as quais trazem nas pontas baionetas do tipo triangular. Essa espécie de armamento era utilizada pelo exército de linha no front de Batalha e alcançava uma média de 825 metros de distância quando disparada (projetada) e, é considerada muito mais eficiente que as espingardas usadas até então (DUARTE, 1981:164).

Ainda na imagem nº1, pode-se observar que soldados vestem uniformes, com uma faixa clara (branca) presa no ombro; as vestimentas padronizadas em tonalidade escura; eles usam cap (cobertura) em tonalidade clara sobre a cabeça; cintos claros; calçados que não aparentam serem botas e junto a cada um desses soldados que estão em pé, aparecem apoiadas no solo pontas de espingardas Minié, usadas na Guerra do Paraguai.

Na extremidade esquerda da imagem, percebemos cinco soldados com iguais vestimentas; porém, com dupla faixa presa no ombro, formando uma espécie de "X" na altura do peito; usam um cap (cobertura) sobre a cabeça e, ao chão, a frente desses cinco soldados, podemos observar alguns objetos que caracterizamos como instrumentos musicais, provavelmente tambores. Isso deixa implícita a idéia de uma ação não rotineira; ou seja, uma possível recepção de visitantes, ou ainda uma preparação em vistoria por superiores para o front de batalha.

Ainda com relação aos uniformes, torna-se necessário observarmos a imagem número 02 que nos possibilita visualizar melhor os detalhes das fardas e compara-las com as da imagem número 01.



Tipos militares, Guerra do Paraguai

Imagem n.º2. Imagem de fardas usadas na Guerra do Paraguai. Fonte: BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. p. 75.

A gravura apresentada na figura número 02 diz respeito aos uniformes militares utilizados durante a Guerra do Paraguai. Nesta imagem, as três figuras caracterizam as forças de linhas que lutavam no front de batalha. Da esquerda para direita temos: primeiro, um oficial (alfere) da Infantaria ligeira, que com sua espada e sua franja de dragona nos ombros, diferenciava dos soldados, utiliza também um cap escuro e um cinto branco; segundo, temos a representação de um Voluntário da Pátria. O que nos confirma esta informação são as características identificadas na imagem, através de personagem que traz uma bolsa branca de tecido no lado esquerdo do corpo e em sua mão direita uma espingarda do tipo “Minié”, além de ter uma cobertura tipo chapéu, na qual há um sabre-baioneta, há também os símbolos da Monarquia no braço esquerdo; isso tudo na perspectiva descritiva do historiador militar Gustavo Barroso; e em terceiro, temos um soldado da infantaria da linha, que está apoiado com a mão direita em uma carabina, utiliza também cap (cobertura) cor clara, uma mochila nas costas e uma bolsa cor clara no lado esquerdo do corpo.

Os uniformes representados na imagem n.º 02 foram projetados pelo Império para vestir o Exército brasileiro; porém, a sua aplicação efetiva foi complicada, uma vez que não havia uma “uniformização” dos corpos militares atuantes na guerra. Como afirma Castro:

No período até meados do século XIX no Brasil, assim como na maioria dos exércitos do mundo, as fardas militares até então eram muito poucos “uniformes”, no sentido de que não se assemelhavam entre si. Na verdade havia uma imensa profusão de estilos, cortes e cores, variando de forma muitas vezes dramática [...] (CASTRO, SD, p. 6).

Outro aspecto importante quanto ao fardamento é a utilidade deste na frente de batalha. Retomando a nossa imagem de análise, fotografia nº 02, é possível observar, como já foi dito, que há uma diferenciação de vestimentas entre os comandantes montados a cavalo situados a frente dos soldados enfileirados, estes utilizam uma roupa mais escura, enquanto os soldados usam fardas com detalhes mais claros. Estes elementos diferenciados servem para que o comandante no front de batalha consiga destacar os soldados sobre seu controle e assim, criar táticas mais eficientes.

Quanto ao material utilizado para a confecção das fardas durante os anos da guerra, tiveram que ser adaptados e repensados, uma vez que até então os fardamentos eram muito caros para o Império, pois tinham muitos detalhes e peças de diferenciação da oficialidade para o alto comando; assim, era necessário reformar os fardamentos da época, para uma diminuição dos custos.

A descrição desses fardamentos nos remete à análise da imagem nº 01, na qual temos os soldados negros fardados, uma vez que é perceptível que, no momento em que foi registrada a foto, o Império, como já vimos, possuía uma política de “uniformização” das fardas militares e, portanto, as roupas que os soldados estavam usando eram de brim de cor escura adequado às condições climáticas do período, este material utilizado na fabricação das fardas é reflexo das mudanças implantadas por D. Pedro II, o que nos confirma que esses soldados estavam em ação no inverno.

A respeito do local da imagem nº 01, percebemos que se trata de um acampamento do grupo militar. No fundo da referida imagem aparecem várias barracas, que aparentemente foram construídas com lonas. O local a frente dessa unidade militar, aparenta estar limpo, sem gramíneas e outras vegetações. Dessa forma, conclui-se que o solo foi preparado para essa estada. Sobre essa observação é pertinente salientar a grande importância dos acampamentos para as estratégias militares, conforme podemos confirmar na citação de Clausewitz:

Los campamentos, que responden a la disposición de las tropas en concentración, o sea, listas para el combate, son lugares donde las tropas descansan y se reponen. Al mismo tiempo entrañan también la decisión estratégica de presentar batalla en el mismo lugar donde están situados, de modo que la forma en que son establecidos indica ya a las claras el plan general del encuentro, condición ésta de la cual se desprende todo encuentro defensivo. Los campamentos son, por lo tanto, partes esenciales de la estrategia y de la táctica (CLAUSEWITZ, 2002, p. 56).

Como podemos observar na citação, os acampamentos funcionaram como uma parte da logística da guerra, ou seja, eram o ponto crucial para o desenvolvimento do conflito; por isso, ao observarmos as barraquinhas no fundo da fotografia, podemos concluir que estas tratam de um lugar onde aconteciam o descanso dos soldados e as tomadas de decisões, bem como eram o ponto de grande concentração da soldadesca.

Ainda com relação à imagem número 01, é possível identificar pessoas da etnia negra usando fardas de voluntários da Pátria. A análise nos permite identificar essas pessoas, conforme caracterizadas na imagem, como descendentes de diversos grupos étnicos introduzidos no Brasil como base da economia escravista trazida da África.

A escravidão negra africana usada como mão de obra significou o braço forte da economia colonial açucareira e mineradora, uma vez que esse foi o principal mecanismo de desenvolvimento e que possibilitou uma eficaz exploração dos recursos do novo mundo. O sistema escravista que pendurou por quase 400 anos, foi fortalecido devido a um rico mecanismo de tráfico negreiro que enriqueceu seus promotores, comercializadores de vidas, em troca de fumo, cachaça e outras especiarias na costa do continente africano.

Ao observarmos as pessoas da figura número 01, detectamos que são pessoas negras; porém, não podemos concluir que todos são escravos, visto que, é interessante lembrarmos que durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), o tráfico negreiro que abastecia o sistema escravocrata com mão-de-obra, já havia sido proibido desde o ano de 1850 por pressões da Inglaterra. Desse modo, o preço de um escravo depois dessa data ficou extremamente caro. Assim, tornara-se muito oneroso para os proprietários de grandes engenhos disporem dessa mão-de-obra para engrossar as fileiras do Exército.

Durante as décadas de 1850 até anos de 1860, a economia brasileira passou a ter grande desenvolvimento, uma vez que iniciaram as grandes plantações de café na região do Oeste paulista, e esse crescimento era seguido por uma forte necessidade de mão de obra. Diante das dificuldades de conseguir escravos e devido ao aumento de seu preço, inicia-se o tráfico inter-provincial, para suprir as necessidades. Como o tráfico intercontinental foi abolido pela pressão inglesa; logo, não havia uma renovação de mão-de-obra, ou ainda, essa tornou-se escassa.

Um dos elementos considerados como colaborador para o “fim” da escravidão no Brasil, foi justamente a Guerra do Paraguai; ou mais precisamente a formação de um Exército profissional, que tinha em

suas fileiras diversos segmentos sociais, inclusive negros escravos, alforriados, trabalhadores urbanos, entre outros. Esse fato descortina uma enorme contradição enfrentada pelo Império.

A destruição do Império, ou melhor, a proclamação da República ocorre em 1889, um ano depois da Abolição da Escravatura. O Exército, junto com a elite cafeicultora estava insatisfeito com a monarquia implanta a República. Ele saiu da Guerra do Paraguai fortalecido politicamente e socialmente, momento em que consegue grande prestígio na população, pois até então a Guarda Nacional era a principal força do Império.

A Guerra do Paraguai foi um conflito que remonta ao período colonial dos países envolvidos, onde tínhamos toda uma discussão pela delimitação das fronteiras, entre o Império Lusitano e o Espanhol. Assim, esses problemas não foram solucionados. Com isso, após a independência desses países e a partir da consolidação dos Estados tiveram seus interesses confrontados.

Uma dessas regiões litigiosa foi a de Mato Grosso, onde o rio Branco era o marco natural que dividia o Paraguai do Brasil; porém, os Paraguaiois defendiam que a verdadeira divisa era o rio Apa, remetendo ao antigo Tratado de Madrid.

Além dos conflitos referentes às fronteiras, tivemos outras questões políticas intensas, como choque de interesse entre o Paraguai e a Argentina. Este último Estado desejava reconstruir o antigo Vice-Reino do Prata, onde Buenos Aires era o centro administrativo e portanto, atrapalhava os interesses paraguaiois. Além desses fatores, tem a questão fluvial, onde o Rio Paraguai representava o elemento primordial da região; porém, a desembocadura desse rio era controlada pelos portenhos, esse mesmo rio também era usado como rota pelos brasileiros para chegar à Província de Mato Grosso.

Como podemos observar, a Guerra do Paraguai foi um conflito onde as causas são os constantes choques de interesses num momento em que os incipientes Estados estão em construção. E, portanto, como nos diz Doratioto: *As causas da guerra devem ser buscadas na própria dinâmica da construção dos Estados nacionais na região do Rio de Prata* (DORATIOTO, 1991, p. 70).

Em Dezembro de 1864 inicia-se oficialmente a Guerra do Paraguai, pois temos a invasão a Província de Mato Grosso, uma região distante dos olhos e da proteção do Império brasileiro. Através de uma invasão feita por duas expedições militares saídas de Assunção. Após esse fato, em 1865, temos outras invasões dos paraguaiois, em Uruguaiana na Província de Rio Grande do Sul e em Corriente, na Argentina.

Esse conflito ocorre diante das constantes intervenções na década de 1860, do Brasil no Uruguai, além dos choques constantes de Buenos Aires com Assunção. No Uruguai os blancos estavam no poder que representava os conservadores. Por outro lado, os colorados, do partido liberal representado por Venâncio Flores, estavam insatisfeitos com a situação e passam a ter apoio dos liberais argentinos para intervir no país oriental. Ainda nesta discussão, está inserido o Brasil, que tinha os liberais no poder. Os colorados passam a ter o apoio desses dois países, e passam a pressionar os conservadores para saírem do poder no Uruguai.

Toda esta situação deixa o Paraguai em conflito direto com a Argentina e com o Brasil; visto que os paraguaios saíram em defesa dos conservadores uruguaios. Além desse conflito aberto, havia também o conflito das províncias de Entre Rios e Corrientes, duas regiões contra Buenos Aires e que recebiam o apoio dos paraguaios para se rebelarem contra os portenhos. Este choque deixa a situação tensa entre argentinos e paraguaios.

Nesse contexto, temos as reclamações de brasileiros que moravam em territórios uruguaios e que escreveram ao Rio de Janeiro denunciando perseguições que sofrem por parte de conservadores. Assim, o Brasil intima aos blancos a saírem do poder, e estes não obedeceram; então tropas brasileiras são enviadas para o Uruguai.

Naquele momento, a diplomacia paraguaia reage dizendo que estas constantes intervenções provocariam um desequilíbrio no Prata, e em novembro de 1864, tivemos a apreensão do navio Marquês de Olinda em Assunção, uma resposta a insatisfação paraguaia da política brasileira.

Diante de todos esses fatos, registrou-se em dezembro 1864 a declaração oficial da Guerra com a invasão ao Mato Grosso.

Quando ocorre a Guerra do Paraguai, o exército brasileiro estava com organização prescrita pelo Decreto de 1860, onde fixava 28 unidades de diferentes efetivos, distribuídos em todo território nacional, visto que naquele momento as armas destacadas eram artilharias, infantarias ligeiras e pesadas (granadeiros) e cavalarias (DUARTE, 1981). Esse efetivo era pouco para uma guerra de enorme proporção. Além desse problema, o exército brasileiro não contava com um corpo efetivo de reserva, pois o serviço militar não era obrigatório e, portanto, não havia homens disponibilizados em quantidade suficiente para a defesa das fronteiras.

Diante dessa situação, a Guarda Nacional teve que ser empregada como Força de Linha, ou seja, atuar diretamente no front de ataques e,

portanto, ser transformada em Infantaria. Porém, havia um problema nisso. Como já mencionamos neste artigo, essa instituição era de caráter civil e urbano e, portanto, proibida de cruzar as fronteiras do império. Criou-se então o Decreto número 3.371, através do qual a Guarda Nacional passou a se chamar de “Corpos Destacados ou Voluntários da Pátria”. A partir desse decreto, a Guarda Nacional, que tinha um caráter elitista, passou a aceitar os praças vindos do Exército.

Mesmo com o citado decreto, o problema de falta de efetivo continuou. Isso fez com que fosse criado um segundo Decreto em 1867, o de número 3.972, que estendia o voluntarismo a toda a população do Império. Nesta situação de alistamento compulsório estavam enquadrados primeiro os policiais de várias províncias, que por se tratar de pessoas que sabiam atirar e tinham algumas instruções foram recrutados. Esse recrutamento é o limite máximo que pode fazer de homens diante de uma guerra, pois a força policial é uma força interna para segurança da sociedade. Isso demonstra o grau de necessidade de efetivo para o conflito.

A lei do voluntarismo, em janeiro de 1865, implicava na transformação da Guarda Nacional em voluntários, porém é importante salientar o caráter elitista que representava essa instituição e que servia às elites locais mais distantes do Império e ainda atendia aos interesses da ordem social.

Nesse mesmo contexto observamos que a taxaço pela posse do escravo no setor urbano tornou-se onerosa para os proprietários, isso era uma forma que também favorecia a substituição de mão-de-obra escrava pela livre assalariada. Outro aspecto era a preocupação da elite oligárquica com a concentração de negros no perímetro urbano, visto que estes poderiam se revoltar contra a sociedade. Logo, o envio dessas pessoas para a Guerra seria uma boa solução.

Em 6 novembro de 1866, o Império promete libertar os negros que lutarem na Guerra. Essa era mais uma forma de avolumar as fileiras do Exército; pois, no período anterior de dois meses a essa promessa do Império, tivemos a grande derrota das tropas aliadas em Setembro do mesmo ano em Curupaiti.

Esse contingente de negros que lutaram na Guerra do Paraguai era formado não apenas por escravos. É bom lembrar que durante os anos da guerra, ser negro não significava necessariamente ser escravo, pois desde a década de 1850, como já foi dito, deu início ao processo de emancipação da escravatura, e também já era grande o número de negros alforriados e mestiços que trabalhavam no âmbito urbano (SALLES, 1990).

Podemos concluir com a nossa análise da imagem número 01, dos soldados da etnia negra fardados, revela um universo social de contradições do período imperial, com identificação de pessoas que não eram consideradas cidadãos e, portanto, marginalizadas, lutando em um conflito que não lhes pertencia, mas que estavam inseridos devido a uma política militar intensa do Império, com suas estratégias e violências.

Após a perda em Curupaiti, as tropas da aliança ficaram estacionadas por um longo tempo em 1867 em Tuiuti. Foi nesse período que ocorreu uma grande atuação de fotógrafos na Guerra do Paraguai.

Esses fotógrafos tiveram um papel importante para o registro do conflito, porém sem quase nenhum incentivo público, tendo apoio apenas do governo uruguaio. Ao contrário do que se poderia imaginar, o governo brasileiro na pessoa de Dom Pedro II, que era um grande apreciador e fomentador de arte, não incentivou a cobertura da guerra.

Essa guerra foi a primeira a ser acompanhada e também a ter cobertura através de ilustrações que levavam ao público das grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevidéu, figuras da guerra, como imagens de soldados, acampamentos, oficiais durante a guerra, etc. Estas figuras eram cópias de fotografias, feitas à mão, uma vez que a fotografia nos anos iniciais (1865) era de difícil circulação.

Em 1839 ocorre a invenção do daguerreótipo que possibilitou a impressão da imagem em metal, mesmo tendo uma pequena popularidade nesses anos iniciais, essa técnica foi aperfeiçoada e durante os anos do conflito houve a “elaboração de um negativo à base de colódio sobre chapas de vidro ou metal e a possibilidade de produção de múltiplas ampliações sobre papel [...]” (TORAL, 2001, p. 78).

Os fotógrafos que atuaram na guerra foram formados em grande parte por profissionais que se encontravam nas regiões próximas ao conflito, como os de Rio Grande do Sul e os de Uruguai. Neste último, eles receberam apoio do governo e seguiram as expedições militares no front da batalha e nos acampamentos. Assim, tínhamos os estúdios de Desiderio Jouant, Chutte & Brooks e Bate & Cia que fizeram muitas fotografias (TORAL, 2001, p. 86).

Em 1859 foi criada em solo uruguaio a firma Bate & Cia que foi a mais atuante, uma vez que seus proprietários, os irmãos Bate (norte-americanos), estavam mais próximos do conflito. Foi nessa firma que o técnico em fotografia Estaban Garcia (TORAL, 2001, p. 91) atuou intensamente no front, registrando os mais cruéis acontecimentos da Guerra, como uma foto que ele fez de um monte de cadáveres secos, muitos cobertos com um tecido fino; ou seja, mostrava a crueldade de uma guerra dessa proporção. Esse tipo de imagem servia de

denúncia para a população dos países envolvidos e mostrava o que antes nunca havia sido feito: levar a representação da realidade de uma guerra para as mais distantes localidades.

Estaban Garcia também registrou o cotidiano desse conflito, como o front de batalhas com a artilharia brasileira em ação e a trincheira da infantaria brasileira e uruguaia. Este profissional “trabalhava com grandes negativos de colódio úmido sobre placa de vidro de 20 cm por 14 cm, em precários laboratórios montados em tendas de acampamentos” (TORAL, 2001, p. 79). Estas fotos, por ele produzidas, referem-se em grande parte, às vistas da guerra, ou seja, imagens que representassem a confronto, a ação em si.

Os soldados brasileiros foram vistos pela primeira vez em ação registrada pelos fotógrafos com suas câmeras. Assim, temos a imagem dos mais variados tipos de elementos militares, como artilharia, infantaria, caçadores, granadeiros, etc.

Um dos personagens que mais chamou atenção na imagem analisada neste trabalho foi a presença de negros no front de batalha durante a Guerra do Paraguai. Personagens que estão enquadrados dentro das estratégias de recrutamentos e mobilização de forças do Império e que diante de uma extrema necessidade de homens para o conflito se viu obrigado a recrutar um maior número possível, independente se negros, mestiços, indígenas, ou brancos.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca. **Uniformes da Guerra do Paraguai**. Artigo Publicado no site da Biblioteca Nacional: <http://www.consorcio.bn.br/guerrado-paraguai/artigos/Adler%20Uniformes%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf>. Página acessada em 15-09-07.
- CLAUSEWITZ, Karl von. **De la guerra**. Librodot . 2002. (Editora <http://www.librodot.com>)
- DORATIOTO, Francisco. **A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Volume I Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- KEEGAN, John. 1995. **Uma História da Guerra**. São Paulo. Cia. das Letras.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2ª Edição Revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Guerra do Paraguai: Memórias e Imagens.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

SOUZA, Jorge Prata de. **Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: Mauad, ADESA, 1996.

TORAL, André. **Imagens em Desordem: iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)** – São Paulo: Humanitas/FFCL-USP, 2001.

GEOMORFOLOGIA E TURISMO NO ESTADO DE MATO GROSSO

REFLEXÕES INICIAIS

Suíse Monteiro Leon Bordest ¹

Este artigo tem por finalidade apontar alguns elementos da relação entre relevo e turismo mato-grossenses, numa leitura reflexiva e inicial ~~mas~~ discussões ambientais contemporâneas. Como ponto de partida, adotamos as palavras de um clássico da Geografia brasileira, Aziz Ab'Saber que, ao se referir às potencialidades paisagísticas brasileiras, insiste que “a paisagem é sempre uma *herança*. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (AB'SABER, 1977).

Ainda, plagiando Aziz (1977; 2003): Num primeiro plano de abordagem as paisagens têm sempre o caráter de heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente. Nessa tarefa, as forças naturais gastaram de milhões a dezenas de milhões de anos e os processos remodeladores recentes são do período Quaternário, quando surgem os primeiros seres humanos na Terra. Num segundo plano de abordagem, falamos da herança dos espaços territoriais, paisagens e ecologias pelas quais todos os segmentos são responsáveis, desde os mais altos escalões do governo e da administração, até o cidadão comum.

É na *Litosfera*, camada superficial do Planeta, onde são sintetizados os processos naturais e a dinâmica social, inter-relacionados. Os *processos naturais* (quase sempre imperceptíveis aos olhos humanos) que se manifestam desde os primórdios da História física da terra,

1 Dr^a em Geociências. Membro Efetivo do IHGMT.

e são entendidos numa escala temporal geológica; e os *processos sociais*, entendidos na escala humana, sinônimo da dinâmica social transformadora (pelo trabalho/inteligência dos seres humanos) que se manifesta em diferentes etapas da História da humanidade. Tais processos, inter-relacionados e em contínua transformação, evoluem perpetuamente.

Assim, entendemos que quanto mais os seres humanos evoluem técnico-cientificamente, mais se utilizam indiretamente da natureza natural, e mais a transformam (produção e reprodução do espaço geográfico) para atender às suas necessidades.

Reconhecer a indissociabilidade de múltiplas e complexas relações de aspectos naturais, econômicos, sociais, ecológicos, legais, políticos e culturais, que encerra a questão do meio ambiente, é uma das premissas deste trabalho, que oportuniza, numa visão ampla e conjunta, situações e potencialidades no estado de Mato Grosso, *pelo viés da paisagem geomorfológica*.

No atual panorama das discussões, a *transformação socioambiental* vem sendo amplamente apresentada através dos seus sintomas: falta de água potável, poluição atmosférica, demanda energética, esgotamento do solo e expansão das cidades, espaço cada vez mais limitado para a agropecuária, entre outros. Sem tocar na ferida, tenta-se justificar os sintomas, relacionando-os de maneira simplista à idéia de progresso, crescimento, desenvolvimento etc., quase sempre esquivando de compreensões acerca de relações sociais estabelecidas no atual modelo de sociedade capitalista e suas expressões mais recentes: sociedade do consumo, sociedade da informação, sociedade de risco, sociedade pós-industrial etc.

Loureiro (2007, p.15), citando outros autores, lembra que:

[...] a fase contemporânea do capitalismo, ao mesmo tempo em que espetaculariza a vida social (Debord, 1997) fragmenta a dimensão pública, esvazia a ação política e vincula a condição de cidadania ao padrão de consumo e manifesta a ação de grupos de monopólios que controlam setores estratégicos da economia, afetando a possibilidade material de sobrevivência das pessoas. Cria, assim, uma sensação de maior autonomia individual e de criação cultural, contudo, sob crescente concentração de poder público e acúmulo econômico. (JAMESON, 1996).

Ainda em Loureiro (2007), um convite à reflexão no campo ambiental e à luta política protagonizada por “sujeitos ecológicos” em consonância com as causas populares e a justiça socioambiental. Esse interesse pelo assunto refere-se à necessidade de uma reflexão,

neste momento de grande turbulência política e incertezas, quanto ao futuro da vida planetária e acirramento de conflitos em torno do uso, apropriação e distribuição dos denominados “recursos naturais”.

Comentar o *crescimento econômico* separando-o de outros processos socioeconômicos e ambientais pode ser uma maneira de buscar justificativa ao pensamento hegemônico do mundo atual, com base nas suas diferentes manifestações de mundo capitalista, como por exemplo: “toda evolução carrega consigo um custo proporcional ao crescimento.” E, como já foi dito, evitando-se tocar nas motivações cruciais dos fatos indesejáveis.

Para minimizar os problemas, os governos buscam medidas para equilibrar a situação e impedir uma possível desorganização do país, do Estado e dos municípios. No Brasil, a ameaça à biodiversidade está presente nos diferentes biomas, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado de atividades produtivas. A degradação do solo, a poluição atmosférica e a contaminação dos recursos hídricos são alguns dos efeitos nocivos observados. Na maioria dos centros urbanos, os resíduos sólidos ainda são depositados em lixões, a céu aberto. Associa-se a isso um quadro de exclusão social e elevado nível de pobreza da população. Muitas pessoas vivem em áreas de risco, como encostas, margens de rios e periferias que, muitas vezes, não são computados nas avaliações (MMA/ProNEA, 2005, p.17).

O uso intenso do meio físico, pelos seres humanos, tem sido colocado em questão e repensado por vários pesquisadores, que se preocupam com os problemas decorrentes da inconseqüência de ações dos seres humanos no meio natural. Resume nossa idéia, as palavras de Fierz e Rosa (1999, p. 259):

As catástrofes causadas por inconseqüentes intervenções do homem no meio natural estão sendo colocadas em questão e avaliadas. A preocupação com a conservação e preservação tem aumentado à medida que o homem descobre o quanto o meio físico natural é essencial para se ter uma melhor qualidade de vida e para a evolução das espécies animais e vegetais bem como, para a própria sobrevivência. Porém, esta preocupação com o meio ambiente está muitas vezes mascarada, escondendo interesses econômicos de certos grupos, que a transformam em um modismo. E tendo a mídia como aliada, estes grupos podem maximizar a exploração econômica sobre o meio.

Num breve retrospecto histórico, lembramos que a preocupação com o meio ambiente, iniciada principalmente a partir da década de 1970, acontece com as mobilizações sociais, que passam a criticar não apenas o modo de produção capitalista, mas, também, repensar

a qualidade de vida, a alimentação, a saúde e o lazer, relacionando-os com o desenvolvimento industrial, tecnológico e urbano. A Conferência de Estocolmo, no ano de 1972, marcou o início de uma nova era, no que diz respeito à relação homem-meio ambiente. O relatório *Meadows* (1972) destaca os limites do crescimento. A Conferência de Belgrado (1975) estimulou um processo de reflexão sobre os problemas do Planeta; e a Conferência de Tbilisi (1977), estabeleceu critérios e diretrizes que deveriam inspirar o desenvolvimento desse movimento educativo nas décadas seguintes. Essa preocupação com o meio ambiente prossegue na década de 1990, incidindo nas mais diferentes esferas do tecido social, sobretudo nas dinâmicas econômica, política, cultural e social, tendo um alcance significativo no campo da educação ambiental.

Frente à inquietação na relação sociedade-natureza e adequada aos padrões ambientais atuais, debates e reflexões, voltados à temática ambiental, acontecem mais freqüentemente no meio acadêmico, merecendo destaque às questões do *planejamento*, que devem anteceder qualquer tipo de uso e ocupação.

Nesse particular, merece menção o fato de que no estado de Mato Grosso, uma proposta de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico, iniciada na década de 1980, atualmente sob coordenação de órgãos como a SEMA e SEPLAN, encontra-se em fase de discussão com a sociedade civil, através de seminários e audiências públicas na Assembléia Legislativa.

Diante da complexidade de qualquer planejamento, emergem nesse caso inúmeras interrogações quanto às intencionalidades implícitas nas formas de disciplinar as ações humanas que modificam o meio ambiente no Estado. Sem perder a noção de contexto, particularizamos um dos elementos da natureza: o *relevo terrestre* -, objeto de estudo da Geomorfologia e de reflexão de diferentes ramos do saber científico ou popular. Assim, na perspectiva *do relevo terrestre*, um dos fatores naturais ambientais, onde ocorrem as principais transformações pelas “apropriações” legal ou ilegalmente constituídas, questiona-se:

- 1 Se algum “interesse” particular, no âmbito político, econômico e social, possa estar oculto nos planejamentos governamentais e não-governamentais, como desvendar os *ilícitos* antes da promulgação das Leis?
- 2 Se da alta *potencialidade* para o desenvolvimento turístico no Estado, estabelecem-se relações conflituosas entre *conservação e uso*, como lidar com os conflitos?

Em síntese, e para finalizar, queremos reafirmar a validade de se reconhecer a indissociabilidade de múltiplas e complexas relações de

aspectos naturais, econômicos, sociais, ecológicos, legais, políticos e culturais que encerra a questão do meio ambiente, não apenas como retórica, mas na prática efetiva das ações. E, ainda, retornar as palavras de Aziz Ab'Saber de que a paisagem é sempre uma *herança*.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. **Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição**. Rio de Janeiro: IBGE, Supren, 1977.
- AB'SABER, A. Brasil: **Paisagens de Exceção**. O litoral e o Pantanal Mato-Grossense, Patrimônios Básicos. Cotia, SP: Ateliê, 2006.
- AB'SABER, A. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: Potencialidades Paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BORDEST, Suíse Monteiro Leon (Org.) **Tessituras da Educação Ambiental nas Paisagens Pantaneiras**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.
- BORDEST, Suíse Monteiro Leon. **Patrimônio Ambiental de Chapada dos Guimarães**: Olhares e Possibilidades Turístico-Culturais. MT: Cuiabá, MT: EdUFMT, 2005.
- BORDEST, Suíse Monteiro Leon (Org.). **Matutando Turismo**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 1997.
- REVISTA CAMALOTE eco & turismo. **Cuiabá**: Primeira Página Editorial, ano 02, edição 12, jul. 2008.
- GRÜN, Mauro. **Em busca da dimensão ética da Educação Ambiental**. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.) **A Questão Ambiental no Pensamento Crítico**. Natureza, Trabalho e Educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
- MMA-Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de EA. ProNEA. **Programa de Educação Ambiental**. Brasília: MMA, 2005 .
- ROSS, Jurandir L. Sanches. Compartimentação Geomorfológica de Mato Grosso. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina S. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso**. Território, Sociedade e Ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005, p. 218-231.

PERÍODO DE ESTIAGEM

DOENÇAS RESPIRATÓRIAS ACOMETIDAS NA POPULAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE E CUIABÁ

Jackeline Campelo Barbosa

Juliana Barbosa Ortiz de Lira

Juliana Rodrigues Fernandes Bueno¹

Num diálogo com a Geografia, este artigo tem como objetivo apontar as principais doenças respiratórias que acometeram a população de Cuiabá e Várzea Grande, municípios de Mato Grosso, especialmente no período de Abril a Setembro de 2007, conhecido regionalmente como “período de seca” ou “estiagem”. Nesse período, visitou-se o Posto de Saúde da Família – P. S. F. Professora Binoca Maria da Costa, localizado no bairro Manga. A escolha deste foi devido à presença de inúmeros focos de queimadas.

Cuiabá apresenta no período de estiagem uma média de temperatura entre 40°C a 45°C, com umidade relativa do ar abaixo de 30%. A estiagem registrada nesta época do ano foi uma das mais cruéis dos últimos 50 anos. Entre os meses de abril e setembro dos anos de 1948 até 1998 a média de chuva dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande foi de 148 milímetros, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Meteorologia. Técnicos que trabalham na estação climatológica no campus da Universidade Federal de Mato Grosso constataram que no mesmo período desse ano choveu apenas 60 milímetros, menos da metade do comum para a época.

Ao observar que as queimadas criminosas vêm aumentando de forma alarmante, prejudicando consideravelmente as condições de vida e, em especial, a saúde da população dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, tem-se a seguinte questão: quais as principais doenças respiratórias que acometeram as pessoas que procuraram o P. S. F. Professora Binoca Maria da Costa, no período de Abril a Setembro de 2007?

1 Graduanda em Farmácia no 5º semestre, do UNIVAG – Centro Universitário.

Este estudo baseia-se em fontes bibliográficas associadas aos dados coletados no P. S. F. Professora Binoca Maria da Costa, cuja visita realizou-se no mês de Novembro de 2007. Os dados colhidos são oriundos de uma pesquisa feita através da análise dos prontuários dos pacientes que se baseou em um roteiro que continha os seguintes itens: sexo, faixa etária, atendimento diário, reincidência da visita, prescrição e medicamento.

A UMIDADE DO AR

A umidade do ar é o nome dado ao vapor de água existente na atmosfera que varia de acordo com a temperatura e a pressão do clima. Esta é observada por aparelhos como o higrômetro, pois não é visível a olho nu, mas ao saturar, o ar provoca alterações visíveis como é o caso de nevoeiros e neblinas que se apresentam em forma de gotículas de ar que se formam quando há perda de calor transformando as gotículas de ar em gotículas de água. Para Guinsburg, Kopelman e Miyoshi (1998, p. 423), “a umidade expressa a quantidade de vapor de água em uma mistura gasosa. Pode ser definida como umidade absoluta e umidade relativa”.

O orvalho é provocado por gotículas de água que se formam em superfícies que perdem calor, e a geada é provocada pelo congelamento do orvalho quando a temperatura chega a ser inferior que 0°C. No inverno, a umidade relativa do ar é bem baixa, provocando um ar seco, doenças respiratórias e dificuldades de respirar. Já no verão, a umidade do ar é mais alta o que faz com que o corpo libere líquido através do suor, resfriando assim o corpo. Moreno e Higa (2005, p. 238) conceituam clima como o

resultado das alterações entre superfície e as atmosferas que permitem determinar as características climáticas de um determinado lugar. Podemos também dizer que Clima é a sucessão habitual dos tipos de Tempo.

No território mato-grossense, o comportamento da temperatura do ar é influenciado principalmente pelos fatores geográficos, como a continentalidade, latitude e altitude e pela circulação atmosférica regional. A distância da Costa brasileira impede a ação moderadora dos oceanos, o que condiciona a região à ocorrência de altas temperaturas.

As plantas mantêm estreitas relações com a atmosfera e importante papel na natureza, funcionando, através de seus processos vitais, como reguladoras das condições climáticas e contribuindo

para elevar as taxas umidades do ar, através do processo de evapotranspiração².

Através das considerações de Engels citadas abaixo, pode-se notar que a natureza tem o seu próprio ritmo, o qual não é determinado e independe da vontade do ser humano. Na natureza nada é por si só, tudo se baseia em interações de todos os seus elementos, dentre eles, os que mais se destacam para este artigo são o clima e a vegetação. Uma mudança drástica nesta interação altera todo o conjunto. Engels (1979, p. 223) informa que a natureza

exerce sua vingança. Cada uma delas na verdade, produz em primeiro lugar, certas conseqüências com que podemos contar, mas em segundo e terceiro lugares, produz outras muito diferentes, não previstas, que quase sempre anulam essas primeiras conseqüências. (...) Somos a cada passo advertidos de que não podemos dominar um povo estrangeiro, como alguém situado fora da natureza; mas sim que nos pertencemos com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro, que estamos no meio dela; e que todo nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de poder chegar a conhecer suas leis e aplicá-las corretamente.

A alteração nos padrões ambientais, baseada na intervenção e/ou apropriação do homem sobre a natureza é determinada pelo tipo de relação que os homens mantêm entre si no processo produtivo.

Devido a esta interferência, danos são causados ao meio ambiente e conseqüentemente à saúde. Os maiores danos no estado de Mato Grosso estão relacionados ao manejo inadequado do solo ocorrido no processo de colonização. Neste Estado, as terras foram ocupadas desmatando-se as matas ciliares, as nascentes, as áreas de encostas/declive e as áreas próximas a lagos e reserva de água. Neste sentido, Piaia (2003, p. 172) informa que

essas são consideradas Áreas de Preservação Permanente – APP, no entanto em Mato Grosso seu índice de desmatamento já atinge 17,62%, e os municípios onde as APP apresentam maior índice de desmatamento são: Indavaí com 66,32%; Jauru com 60,83%; Terra Nova com 60,39% e Colíder com 50,39%.

Infiltra-se também como um problema, principalmente na época de estiagem, as queimadas, no qual Mato Grosso figura como um dos campeões do Brasil, notável através do monitoramento das queima-

2 Por evapotranspiração entende-se como sendo a evaporação da água livre e na transpiração das plantas, retirada de água do solo pelas raízes e depósito desta no ar. Ao utilizarem energia para este processo, as plantas diminuem a quantidade de radiação líquida disponível para aquecer o ar. (MORENO; HIGA, 2005, p. 154)

das realizado pelo setor de geoprocessamento da SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente), conforme a tabela abaixo.

Evolução das queimadas

ANO	NÚMERO DE FOCOS
2002	58.000
2000	24.667
1999	39.562
1998	32.812
1997	23.594
1996	26.851
1995	46.973

Fonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMa. *Anuário Estatístico 2001. **Jornal Hoje, 26/12/2002.

A incidência das queimadas em Mato Grosso é esclarecedora a partir da análise do gráfico. No ano de 1995 registrou-se 46.973 focos de incêndio, sendo este valor reduzido a 23.594 nos dois anos seguintes. Aumentou-se gradativamente no ano de 1998 e 1999 seguido dos valores de 32.812 e 39.562, respectivamente. Observa-se uma leve queda no ano 2000, apresentando uma taxa de 24.667. O maior pico presente no gráfico, predomina no ano de 2002, no qual o valor apresentado relata-se em 58.000 focos de incêndio, dado este fornecido pelo Jornal Hoje, em 26.12.2002. Este último dado verificado no gráfico permite reconhecer que a tendência era de aumentar a quantidade de focos de queimadas no Estado, já que representou o dobro de queimadas em relação ao ano de 2000. Ainda com a análise de Piaia (2005, p. 173),

no ano de 1999 foram autorizadas oficialmente apenas 968 queimadas, abrangendo uma área de 94.324 hectares, nas seguintes modalidades: canavial 8.302 hectares, pastagem 2.031, restos de cultura 8.836 e restos de exploração. No ano de 2002 os pecuaristas mato-grossenses foram dispensados de pagar as taxas referentes às autorizações de queimadas.

Um forte fator para o agravamento da situação de baixa umidade do ar e, conseqüentemente danos à saúde da população são as queimadas, que consiste em uma prática ainda muito evidente, presente na cultura dos agricultores brasileiros e mato-grossenses. Para ocorrer uma mudança nesse hábito, só mesmo através de uma conscientização dos produtores sobre os prejuízos causados por essa prática, juntamente com uma educação ambiental.

A derrubada da mata influencia no controle do clima realizado pelas plantas diminuindo as taxas de evapotranspiração que, conseqüentemente, modifica a interceptação de energia e das águas das chuvas. Dessa forma, libera gás carbônico de forma mais lenta. Quando esta derrubada é realizada com utilização da queimada, ocorre acréscimo rápido do CO₂ no ar, além de outros gases que aumentam a temperatura do ar, alteram as propriedades de reflexão (o albedo) da atmosfera devido à fumaça.

A proliferação rápida dos incêndios em Mato Grosso é justamente devido à ocorrência das queimadas na época da estação da seca, período no qual a umidade do ar é baixa. Esta, por sua vez, acarreta o aumento de doenças respiratórias, atingindo principalmente crianças e idosos.

A UMIDADE NO ORGANISMO HUMANO

No organismo humano, durante a respiração normal, o ar inspirado é aquecido e umidificado ao passar pelo nariz, faringe e traquéia. Aproximadamente 75% do calor e umidade serão fornecidos pela muçosa na nasofaringe. O restante é suprido pela traquéia. A temperatura do ar dentro do pulmão é de aproximadamente 37°C, e a umidade relativa do ar é de 100%, o que significa que o ar contém 44 mg de vapor de água por litro. Durante a expiração, a mucosa da traquéia e da nasofaringe retém a umidade e o calor do gás exalado.

A traquéia e a nasofaringe são recobertas por um epitélio ciliado recoberto por muco. O movimento da cília causa um fluxo constante do muco, funcionando com um mecanismo de expulsão de poeira ou outras partículas que poderiam ser prejudiciais ao pulmão. Essa barreira protetora, denominada muco ciliado, depende de condições adequadas de temperatura e umidade para um perfeito funcionamento.

Em situações em que as vias aéreas superiores são suprimidas, por exemplo, o que ocorreu em grande quantidade com os habitantes de Cuiabá e Várzea Grande na época da seca, existe a necessidade de duplicar a função da nasofaringe e da traquéia. Uma umidificação imprópria e aquecimento inadequado do gás inspirado resultarão em espessamento do muco e diminuição da atividade ciliar, podendo conduzir à obstrução da via aérea, infecção, atelectasia³ do pulmão e necrose do trato respiratório.

3 Atelectasia caracteriza-se como a diminuição de volume do pulmão, de um lobo ou segmento. Ocorrendo por três fatores principais: obstrução branquial; contração ativa do pulmão e pressão intra-pleural, impedindo a entrada de ar para os alvéolos e com reabsorção ou expulsão do ar residual. (GAMA; SACRAMENTO; SAMPAIO, 1998, p. 283-284).

Portanto, é fundamental a manutenção das condições fisiológicas de calor e umidade nas vias aéreas, de forma que seja mantida a integridade da barreira protetora do muco ciliado.

AFECÇÕES RESPIRATÓRIAS MAIS FREQUENTES RELACIONADAS A UMIDADE DO AR

O município de Cuiabá está situado na unidade geomorfológica classificada como Depressão Cuiabana, e tem clima predominantemente tropical, alternadamente seco e úmido. Esse tipo de clima é caracterizado por apresentar um período climático considerado como seco, com altas temperaturas (chegando a mais de 40°C) e baixa umidade relativa do ar na maioria dos dias (abaixo de 30%). Quando o índice atinge 30%, o órgão começa a dar instruções à população sobre as medidas que necessitam ser tomadas. Nos dias em que a umidade do ar chega a 20%, o que acontece geralmente entre os meses de julho e setembro, o órgão entra em estado de alerta e determinadas atividades podem ser interrompidas.

Algumas dessas atividades são os exercícios físicos, os quais não devem ser praticados nos momentos em que o calor é mais intenso. Além disso, por parte da população, não se deve queimar lixos e sim denunciar queimadas existentes. Os líquidos devem ser ingeridos em maior quantidade para evitar desidratação, os produtos tópicos devem ser aplicados nas narinas e os ambientes precisam ser umidificados. Eventualmente, nesse período, acontecem alguns dias de inversão térmica⁴, aliadas a essas características climáticas desse período encontram-se as queimadas nas matas, nos cerrados e do lixo doméstico, que lançam grande quantidade de material particulado no ar, além do aumento da frota automotiva, que despeja gases irritativos e nocivos à saúde humana e de todos os seres vivos.

Durante a estiagem, há o favorecimento de clima seco, poeira, elevação no número de casos de doenças respiratórias com aumento de substâncias alergizantes nos domicílios, proliferação de viroses, escassez de água potável em alguns municípios e falta de visibilidade nos aeroportos devido à fumaça. Essas são algumas das situações incidentes nesta época do ano. Com o ar seco a resistência das mucosas respiratórias diminui e as pessoas ficam mais vulneráveis a renite alérgica, bronquite, crise asmática, sinusite, gripe e outras doenças transmitidas pelo ar e agravadas pela poeira. Roma informa que no estado de Mato Grosso,

4 Entende-se por inversão térmica, uma condição meteorológica que ocorre quando uma camada de ar quente se sobrepõe a uma camada de ar frio, impedindo o movimento ascendente do ar, uma vez que, o ar abaixo dessa camada fica mais frio, portanto, mais pesado, fazendo com que os poluentes se mantenham próximos da superfície. (SITE DO PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB)

apenas Cuiabá possui base de monitoramento da umidade relativa do ar. A Defesa Civil está tentando viabilizar a implantação de outras 12 estações meteorológicas, no prazo de um ano, nos municípios mato-grossenses com maior número de habitantes para registrar os índices nas regiões. Ano passado o órgão reconheceu situação de emergência em 14 municípios devido à estiagem causada pela seca, e diz que este ano a tendência é a reincidência da situação. (ROMA, 2007, s/pág.)

Os fatores ambientais, como a poluição do ar e as variáveis climáticas, são apontados como possíveis determinantes para o aumento dos casos e da gravidade da asma em menores de cinco anos de idade. Mudanças climáticas bruscas ajudam a piorar a qualidade do ar respirado, principalmente quando a massa de ar frio dificulta a corrente de ventos e faz precipitar o material particulado da atmosfera nas grandes cidades.

As crianças asmáticas são mais suscetíveis aos efeitos dos fatores ambientais, pois há aumento da sensibilidade aos agentes do meio ambiente. Assim, a possibilidade de que as mudanças climáticas sejam determinantes para o controle e o uso dos serviços de saúde em asma pode se justificar. O pulmão é a superfície do corpo que possui maior contato com o meio externo, através deste o ar que respiramos entra em contato com o sangue levando oxigênio e trazendo gás carbônico. A doença pulmonar caracteriza-se, geralmente, pelas dores no peito, tosse e falta de ar. É a reação de defesa dos brônquios diante de uma agressão, sendo um dos sintomas que nos ajudam a perceber alterações em nosso aparelho respiratório. Pode-se, no período da estiagem, verificar com maior predominância afecções respiratórias como: obstrução nasal⁵, dor de garganta⁶, sinusite⁷, amigdalite⁸,

5 Obstrução nasal trata-se da ocorrência da obstrução da passagem do ar pelas narinas devido à hipertrofia dos cornetos, septo desfiado, presença de pólipos, tumores, resfriado comum, corpo estranho, fraturas, rinite alérgica e hipertrofia das adenóides. O tratamento dessa afecção consiste na remoção da obstrução nasal, seguida de medidas como a higiene oral frequente e dispor a cabeceira do leito de forma elevada a fim de promover a drenagem.

6 A obstrução nasal apresenta-se seguida de dor de garganta súbita, calafrios, temperaturas acima de 38°C, cefaléia, mal-estar geral. A faringe fica avermelhada, as amígdalas aumentadas e ocorre hipertrofia dos gânglios linfáticos abaixo do ângulo da mandíbula, com a úvula edemaciada. A dor de garganta dificulta a deglutição. Como tratamento, ocorre a prescrição da medicação apropriada e o oferecimento da ingestão de bastante líquido ao paciente.

7 É uma inflamação dos seios da face, devido às infecções do aparelho respiratório. Esta pode apresentar-se de forma aguda com sintomas, tais como, cefaléia, congestão e secreção nasal, febre moderada e infecções supurativas. Na forma crônica pode ter sintomas de obstrução nasal persistente, tosse e cefaléia pela manhã.

8 Consiste na inflamação das amígdalas. O tratamento é realizado conforme o tipo de infecção apresentado pelo paciente. Geralmente, à base de antibióticos, gargarejo, com solução anti-séptica ou água com sal, e em alguns casos, utiliza-se o tratamento cirúrgico, a amigdalectomia.

tosse e tosse alérgica⁹, rouquidão¹⁰, pneumonia¹¹, bronquite¹², rinite alérgica¹³ e asma¹⁴.

- 9 A tosse é resultante da irritação da membrana mucosa em qualquer local do aparelho respiratório, sendo o mecanismo de limpeza das vias aéreas. Esta geralmente vem acompanhada de uma secreção viscosa, a qual é de difícil remoção. Pode ser violenta, causando irritação dos brônquios e, quando é intensa, incontrolável e repetida, sem secreção, pode causar desmaio. O aparelho respiratório possui um sistema de proteção cuja função é manter limpo e umedecido o ar que chega aos pulmões. Todas as partículas de impurezas, bem como os germes, são aprisionados no muco e impulsionados pelos cílios para fora do pulmão. A tosse é um reflexo de uma irritação do pulmão, no qual o ar, sob pressão, é expulso a partir do interior com grande velocidade, sendo provocado pelo ar seco e frio, partículas de poeira e fumaça. Uma das causas possíveis para uma tosse mais duradoura são a bronquite, asma, alergias e sinusite, sendo esta principalmente em crianças. Já a tosse alérgica é provocada por substância alérgicas do tipo inalatório em forma de gases, vapores, cheiros, como os produtos de limpeza, dentre eles cândida, pinho sol, detergentes, perfumes, tintas em geral e também pode ser provocada por mudanças bruscas de temperatura como o frio e clima seco, que foi observada em Várzea Grande e Cuiabá em alguns dias do período de estiagem, em que muitas pessoas constituem um fator principal no aparecimento da tosse. A tosse seca, sem produção de muco, indica um processo irritativo de qualquer natureza, como ocorre na asma.
- 10 Para Gama, Sacramento, Sampaio (1998, pág. 42), a rouquidão “pode ser causada por uma laringite, faringite, traqueíte, bronquite e câncer”. Recomenda-se tranquilizar o paciente, fazer compressa com álcool/água e gargarejo com água e sal.
- 11 Trata-se de uma infecção pulmonar que se inicia com a gripe, tosse, com secreção purulenta, febre, calafrio, dor em pontada no tórax que aumenta com a tosse e respiração. Uma de suas causas é a exposição exagerada ao frio e umidade. Como prevenção deve-se manter uma nutrição adequada, repouso, exercício e evitar contato com pessoas doentes.
- 12 A bronquite consiste na inflamação dos brônquios que causa o acúmulo de secreção e faz com que os brônquios fiquem permanentemente inflamados e contraídos, sendo mais curtas no caso da bronquite aguda, enquanto, na crônica, não desaparecem e pioram pela manhã. Poeiras, poluentes ambientais e químicos pioram o quadro, mas o cigarro é o principal responsável pelo agravamento da doença. Uma das principais medidas preventivas a serem tomadas é não fumar e manter boas condições de resistência orgânica. O tratamento consiste também em alimentação rica em nutrientes, repouso, umidificação do ar, uso de analgésicos, antitérmicos, sedativos da tosse e expectorantes, antiinflamatórios e, em alguns casos, antibióticos.
- 13 A rinite alérgica consiste numa reação alérgica da mucosa nasal a determinados antígenos, principalmente inalatórios. É uma doença que pode ocorrer em qualquer faixa etária. Os fatores que desencadeiam a rinite alérgica podem ser alimentos, animais, ácaros, poeiras, drogas ou substâncias químicas, inalação de pólen presente no ar, grama ou árvores, poluentes atmosféricos, principalmente o ozônio e o dióxido de enxofre, esporos de fungos presentes na terra e em suspensão no ar atmosférico, inspiração de ar frio e entre outros. O quadro clínico da rinite alérgica é caracterizado por espirros acompanhados de coceira nasal, coriza e obstrução nasal. Como medida de prevenção deve-se evitar pó, poeiras, cheiro forte, cobertores de lã, praticar exercícios, uso de aparelhos especializados em esterilização do ar, dentre outros.
- 14 A asma é uma doença grave que afeta pessoas de todas as idades, culturas e localizações geográficas, apresentando sintomas diferentes. É uma doença que costuma atingir os alérgicos e tem forte influência genética, recentemente descobriu-se que a asma é uma doença inflamatória das vias aéreas. Algum microorganismo, vírus ou bactéria na maioria das vezes ou produtos alergênicos desencadeiam um processo de inflamação no organismo e provocam o estreitamento dos brônquios e bronquíolos pulmonares, canais por onde passa o ar. Mudanças climáticas, inverno seco, fumaça, poeira, mofo, pêlos de animais e emoção forte, desencadeiam a crise asmática. O primeiro sintoma é a falta de ar, no qual os canais de passagem de ar estão muito estreitos. Com isso, o ar não consegue sair dos alvéolos, permanecendo aprisionado. A sensação que o asmático tem é a de que está impossibilitado de inspirar, ou seja, colocar o ar para dentro, mas na verdade ele não está conseguindo expirar, ou seja, expulsar o ar. O chiado ocorre porque o ar tenta passar com força por um canal muito estreito. Se a crise asmática persistir por um ou dois dias, os sintomas se agravam. O indivíduo pode entrar em falência respiratória, na qual o alvéolo está saturado de gás carbônico e o oxigênio não chega aos pulmões. Sem oxigênio nos pulmões, todos os órgãos também ficam comprometidos. Para aliviar a asma durante a crise, o medicamento mais usado é um broncodilatador, que vem em forma de bombinhas, injeções, xaropes, cápsulas ou comprimidos. Este dilata os brônquios e facilita a passagem do ar. Antiinflamatórios e antimicrobianos também são prescritos no tratamento e na prevenção.

DADOS COMPROVADOS EM VÁRZEA GRANDE

O Posto de Saúde da Família – P. S. F. Professora Binoca Maria da Costa, localizado no bairro Manga foi o local escolhido para o recolhimento dos dados necessários à estatística de doenças respiratórias acometidas nas populações que habitam os bairros Construmat e Manga, na cidade de Várzea Grande, no período entre Abril e Setembro do ano de 2007. A visita foi realizada no dia 14 de Novembro de 2007 e seguiu um roteiro imprescindível para a análise, baseado no sexo, na faixa etária, no atendimento diário, na reincidência da visita, na prescrição e nos medicamentos mais indicados.

O posto divide-se quanto à enfermagem em três equipes, sendo cada uma responsável por seis agentes de saúde, divididas para aproximadamente 160 famílias. Estes visitam as famílias residentes nos bairros assistidos pelo posto. É válido ressaltar que essas famílias devem ser registradas para cada assistente com o objetivo de se realizar um atendimento domiciliar e um completo controle de patologias nos bairros.

Escolheu-se a equipe 13, com uma enfermeira e uma agente de saúde. Dentre a análise dos prontuários de aproximadamente 160 famílias, registrou-se vinte e nove casos de doenças e/ou sintomas respiratórios no período da seca. Na faixa etária de 0 a 5 anos foram registrados quatorze casos, com índice de 48,27%, nos quais os principais sintomas descritos são: tosse; coriza nasal; obstrução nasal e ronco pulmonar. Houve prescrição quanto às orientações de enfermagem e ambiental. Os medicamentos prescritos foram: Sorine Infantil, Aerosol com Soro Fisiológico 0,9%, Ambroxol, Paracetamol, Aerosol com Berotec e Atrovent e Amoxol. Ocorreu reincidência de visita em quatro casos, com índice de 28,57%. Na distribuição das crianças estudadas por sexo, não houve diferença significativa entre as do sexo masculino e do feminino.

Na faixa etária de 5 a 10 anos foram registrados três casos, equivalente à 10,34%. Os principais sintomas relatados foram: tosse seca noturna; obstrução e coriza nasal e foram receitados Polaramine, umidificar o ar em narinas, Paracetamol, Aerosol com Soro Fisiológico 0,9%, Aerosol com Berotec e Atrovent e Dexclorferieramina. A reincidência de casos foi registrada em 33,33 %, equivalente a 1 caso. Houve a prevalência de doenças no sexo masculino, com taxa de 66,66% e 33,33% para o sexo feminino.

Na faixa etária de 10 a 15 anos não foram verificados casos relacionados com o estudo deste artigo. Entre 15 a 20 anos não foram

verificados casos relacionados com o estudo deste artigo. Já entre 20 a 25 anos relatou-se quatro casos, referentes à 13,79%, com os seguintes sintomas: tosse produtiva; cefaléia em região frontal; obstrução e coriza nasal. Dentre os medicamentos constam: Paracetamol, Diclofenaco, Dipirona, Ambroxol, Dexclorferieramina e Polaramine. Verificou-se também um caso de Amigdalite. Não houve reincidência de casos, com índice relatado em 0%. Na distribuição desta faixa etária estudada por sexo, não houve diferença significativa entre o sexo masculino e o feminino.

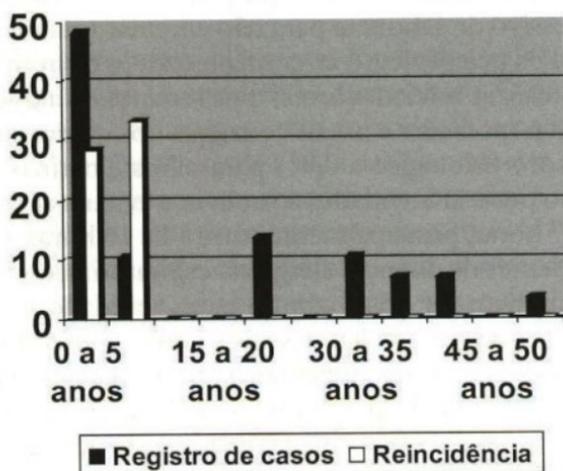
Na faixa etária de 25 a 30 anos não foram verificados casos relacionados com o estudo deste artigo. Na faixa etária de 30 a 35 anos foram encontrados três casos, com incidência de 10,34%, relatou-se os sintomas: dor no corpo, tosse produtiva, obstrução e coriza nasal. Os medicamentos receitados foram: Eritromicina, Paracetamol, Diclofenaco, Sorine e Ambroxol. Não foi relatado nova visita nos casos, comportando o equivalente a 0%. Houve a prevalência de doenças no sexo feminino, com taxa de 66,66% e 33,33% para o sexo masculino.

Na faixa etária de 35 a 40 anos verificou-se dois casos, relatando incidência de 6,89%. Diagnosticaram-se os sintomas de dor de garganta; cefaléia frontal; coriza nasal amarelada e tosse produtiva. Nestes casos, foram medicados: Amoxicilina, Paracetamol, Polaramine e Complexo B. Obteve-se 0% quanto às reincidências dos casos, numerando em zero caso. Nesta faixa etária observou-se uma igualdade quanto à incidência por sexo, registrando-se 50% dos casos em mulher e 50% em homem.

Na faixa etária de 40 a 45 anos foram relatados dois casos, incidindo em 6,89%, nos quais se relataram os sinais de dor de garganta, tosse, espirros, cefaléia frontal, coriza nasal e “cabeça pesada”. A reincidência de casos foi registrada em 0%, equivalente a nenhum caso. Foi identificado um caso de sinusite. Houve predominância nos homens, com 100% dos casos.

Na faixa etária de 45 a 50 anos não foram verificados casos relacionados com o estudo deste artigo. Na de 50 a 55 anos foi verificado 1 caso, com índice de 3,44%. Com os sinais de pigarro; tosse seca e falta de ar. Foi medicado com Miosan. A predominância foi única para o sexo feminino, com 100% dos casos registrados.

Índice de casos de acordo com a faixa etária



A partir das informações colhidas na pesquisa de campo, na qual foi utilizado como critério de seleção de prontuários o período de estiagem (abril a setembro de 2007) e através da análise do gráfico, pode-se verificar a prevalência de doenças respiratórias nas crianças de 0 a 10 anos, somando em 58,63% dos casos registrados. Nesta mesma faixa etária foram verificados os únicos casos de reincidência. Entre as faixas de 10 a 15 anos, 15 a 20 anos, 25 a 30 anos e 45 a 50 anos não houve registro de casos de doenças respiratórias no período estudado. Em menor prevalência, com índice de 3,44%, encontram-se os prontuários analisados referentes à faixa etária de 50 a 55 anos.

MEDIDAS INDICADAS À POPULAÇÃO

Em meio à situação inerente à população no período de estiagem, algumas dicas são de grande importância para evitar o agravamento dos problemas respiratórios que acometem grande parcela das pessoas suscetíveis à baixa umidade do ar, pode-se ressaltar: desaconselhar atividades físicas nas escolas, especialmente no período da tarde; recomendar a hidratação constante de idosos e crianças. Reis (2007) informa que para

tentar auxiliar a população, a Defesa Civil do Distrito Federal realizou um guia com dicas aos professores, como perguntar com frequência --a cada 20 minutos-- se algum aluno está com vontade de beber água e sempre estar atento aos alunos com ânimo abatido ou queda rápida de rendimento, comunicando a direção da escola. (REIS, 2007, s/ p.)

Além disso, aconselha-se no período da estiagem, evitar os banhos prolongados com água quente, o que provoca ressecamento da pele, e o uso excessivo de sabonete para não eliminar totalmente a oleosidade natural da pele; evitar o ar-condicionado, pois retira ainda mais a umidade; realizar refeições leves; trajar roupas de algodão, além de manter toalhas molhadas e bacias com água nos quartos durante todo o dia; usar soro fisiológico a 0,9% para olhos e narinas, em caso de irritação; não praticar atividades ao ar livre e evitar a exposição ao sol entre 10 e 17 horas, principalmente entre 14 e 16 horas. Os pacientes com antecedentes de doenças alérgicas respiratórias, como bronquite e rinite, costumam ter crises com a baixa umidade do ar. Devem, portanto, procurar um médico e seguir suas recomendações.

Outra medida de suma importância foi tomada no município de Cuiabá: decreto assinado pelo prefeito Wilson Santos, no dia 17 de Setembro. Esta medida foi tomada devido à situação de emergência em Cuiabá provocada pela queda da umidade relativa do ar, pela acentuada baixa do nível dos poços artesianos que servem à capital, pelo baixo nível do rio Cuiabá e pelas constantes oscilações e queda de energia elétrica. O Decreto N^o. 4.587 de 17 de Setembro de 2007, dispõe sobre a declaração de situação e emergência no município de Cuiabá e dá outras providências, abrangendo as áreas de saúde, educação e abastecimento de água enquanto perdurar as anormalidades atmosféricas. No Artigo 1^o e no parágrafo subsequente lê-se:

Fica declarada a existência de situação de emergência provocada pela queda da umidade relativa do ar, pela acentuada baixa do nível dos poços artesianos que servem à capital, pelo baixo nível do rio Cuiabá, pelas constantes oscilações e queda de energia elétrica.

Parágrafo Único Esta situação de “emergência” é válida em todo território do Município nas áreas de saúde, educação e abastecimento de água, enquanto perdurar estas anormalidades atmosféricas divulgadas pelos órgãos responsáveis. (BRASIL, 2007, s/ p.)

Podem-se ressaltar os parágrafos 1^o e 2^o do Artigo 2^o, deste mesmo decreto, relacionado diretamente às medidas autorizadas referente ao período da baixa umidade do ar.

§1^o. Fica o Secretário Municipal de Educação, autorizado a readequar os horários de aula, suspender as atividades físicas e se necessário suspender as aulas, enquanto perdurar a situação.

§2^o. Fica o Secretário Municipal de Saúde, autorizado emergencialmente a remanejar quadros, reforçar equipes, proceder orientações à população sobre formas de prevenção de doenças

de forma emergencial enquanto perdurar a situação. (BRASIL, 2007, s/ p.)

Vive-se em uma guerra silenciosa, construída pela própria população, a qual há muito tempo têm-se aprimorado. O meio ambiente está, com o passar dos tempos, transmitindo as conseqüências. Ao mesmo tempo em que se esgota a vida das plantas, esta esgota a vida dos seres na Terra. A guerra que era silenciosa começa a fazer barulho, alguns despercebidos enquanto outros começam a ser bem notáveis, tais como enfermidades e temperaturas em constantes mutações. Da mesma forma que a umidade encontrava-se baixa, a paciência e a tolerância também. Registra-se, ainda, que

há relatos de que ele tenha sido chamado por vizinhos, em razão de uma queimada num terreno baldio, que fica no bairro Jardim Gramado, onde ele morava. “Luis Carlos foi até o local para fazer a atuação, mas o proprietário do terreno, não aceitando a multa, pegou uma espingarda (calibre 22) e disparou contra o fiscal, que morreu no local”. O suspeito é o vizinho dele. A polícia investiga o caso. (COMUNICAÇÃO / PMC ou SITE PREFEITURA DE CUIABÁ)

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **DECRETO Nº. 4.587 DE 17 DE SETEMBRO DE 2007**. Dispõe sobre a declaração de situação e emergência no município de Cuiabá e dá outras providências, abrangendo as áreas de saúde, educação e abastecimento de água enquanto perdurar as anormalidades atmosféricas. Artigo 1º - parágrafo único e Artigo 2º- §1º e §2º. Também disponível em <http://www.amm.org.br/amm/constitucional/noticia.asp?iId=67348&iIdGrupo=> acessado dia primeiro de Outubro de 2007.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.
- GUINSBURG, Ruth; KOPELMAN, Benjamin; MIYOSHI, Milton. **Distúrbios Respiratórios no Período Neonatal**. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte: Atheneu. 1998.
- MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (orgs.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá. Entrelinhas. 2005.
- PIAIA, Ivane Inêz. **Geografia de Mato Grosso**. 3ª edição. Revista ampliada. Cuiabá. EdUNIC. 2003.
- Disponível **Prefeitura lamenta assassinato de fiscal do Meio Ambiente** em <http://www.cuiaba.mt.gov.br/noticia.jsp?id=7725> acessado dia primeiro de outubro de 2007.

Disponível **Variações climáticas e uso de serviços de saúde em crianças asmáticas menores de cinco anos de idade: um estudo ecológico** em http://www.jornaldepneumologia.com.br/portugues/artigo_detalhes.asp?id=218 acessado dia primeiro de outubro de 2007.

Disponível **Baixa umidade relativa do ar coloca Cuiabá em estado de alerta** em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u111681.shtml> acessado dia 14 de novembro de 2007.

Disponível em **Fatores ambientais e hospitalizações em crianças menores de cinco anos com asma** http://www.sopterj.com.br/Revista/2004/vol_13_4/original-%20asma%20e%20ambiente.pdf acessado dia 16 de novembro de 2007.

Disponível em **Dispersão urbana e doenças respiratórias: uma avaliação preliminar dos impactos do espraiamento urbano** http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA81-06032006-161339.PDF acessado dia 16 de novembro de 2007.

Disponível **Asma** em <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/asma/asma.php> acessado dia 16 de novembro de 2007.

Disponível **Tosse** em http://www.clinicabiopace.com.br/cb_tosse.html acessado dia 16 de novembro de 2007.

Disponível **Bronquite** em <http://www.viaki.com/home/saude/bronquite.php> acessado dia 25 de novembro de 2007.

Disponível **Renite** em <http://www.farmalabchiesi.com.br/faserrinite.htm> acessado dia 25 de novembro de 2007.

Disponível **Umidade abaixo de 15% hoje no Estado** em www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=296970&edicao=11909&anterior=1 acessado dia 25 de novembro de 2007.

Disponível **Inversão térmica** em <http://www.cetesb.sp.gov.br/Ar/anexo/inversao.htm> acessado dia 25 de novembro de 2007.

REVISITANDO CUIABÁ ATRAVÉS DO TURISMO CULTURAL

Sônia Regina Romancini¹

Bianka Corrêa Moraes²

Luciene Castro Bauermeister³

Silvano Pereira de Oliveira⁴

PALAVRAS INICIAIS

Este artigo apresenta um estudo sobre cultura e simbolismo nas paisagens urbanas de Cuiabá-MT, cidade que teve sua origem com a mineração no século XVIII, chegando, em meados do século XX, com aproximadamente 56 mil habitantes. Face à política de “integração da Amazônia à economia nacional”, empreendida pelos governos militares, Cuiabá recebeu intenso fluxo migratório que promoveu intensas mudanças socioespaciais, elevando sua população a, aproximadamente, 550 mil habitantes nos dias atuais.

Entre os procedimentos adotados para a pesquisa, destacam-se o levantamento bibliográfico e a realização de um trabalho de campo, no dia 24 de junho de 2008, correspondendo a parte das aulas práticas da disciplina *Organização do Espaço Urbano Regional*, do curso de Mestrado em Geografia do ICHS/UFMT, ministrada pelas professoras Sônia Romancini e Márcia Ajala.

Assim, em seu desenvolvimento, o estudo elege um roteiro que permite a visitação, a pé, no centro histórico e setores do entorno e identifica alguns pontos que se destacam na paisagem e se integram no cotidiano urbano através de novos usos. Sob esse prisma, discute a importância do patrimônio cultural presente na paisagem urbana e aponta as possibilidades para o turismo cultural.

1 Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

2 Arquiteta. Estudante do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Bolsista da CAPES.

3 Bacharel em Turismo. Especialista em Turismo e Meio Ambiente. Coordenadora do curso de Turismo da UNED-MT. Estudante do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso.

4 Geógrafo. Estudante do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso.

A aula de campo objetivou possibilitar aos estudantes um olhar sobre a paisagem urbana e a cultura local, de maneira participativa, propiciando-lhes um dia de interação com a cidade. Através deste trabalho, foi possível verificar as diversidades paisagísticas; compreender a importância do patrimônio cultural e sua utilização para o turismo cultural; conhecer aspectos da memória da cidade e verificar as diferentes territorialidades no centro tradicional de Cuiabá.

Neste artigo, registramos nossas preocupações com a preservação do patrimônio cultural de Cuiabá, considerado um forte aliado para a manutenção da identidade local.

O LEGADO CULTURAL PARA O TURISMO

Desde a Antiguidade até a atualidade, buscamos o “novo” através das viagens. A sistematização do turismo pelo mundo ocidental atende a essa necessidade. Todavia, existe outra necessidade a ser suprida pelo turismo, que diz respeito à identidade, ao individualismo e às raízes de um povo.

Nesse sentido, buscamos apresentar a idéia no “novo” e do “antigo” dos locais percorridos neste trabalho, através das imagens fotográficas e também dos contrastes presentes no espaço urbano, visto que elementos modernos convivem ainda com antigos. Nessa perspectiva, compreendemos essas imagens fotográficas como fontes/documentos, visto que portadoras de significativas informações.

Há uma preocupação mundial em preservar os patrimônios históricos da humanidade, através de leis de proteção e restaurações que possibilitam a manutenção das características originais. O patrimônio histórico pode ser definido como um bem material, natural ou imóvel que possui significado e importância artística, cultural, religiosa, documental ou estética para a sociedade. Foram eles construídos ou produzidos pelas sociedades pretéritas, por isso representam uma importante fonte de pesquisa e preservação cultural (BRAMBATTI, 2002, p. 93).

O turismo cultural é uma realidade muito antiga, não sendo um privilégio da sociedade contemporânea. Cita-se, como exemplo, o povo romano que percorreu a Grécia com o intuito de se enriquecer culturalmente. Assim, os povos primitivos que mantêm suas tradições preservadas, têm recebido um volume considerável de turistas.

Porém, se a atividade turística não for planejada e conduzida de maneira harmônica, no interior da comunidade receptora, a convivência com outro tipo de cultura poderá influenciar negativamente os povos nativos, causando-lhes sérias consequências e fazendo-os perder sua identidade com o passar do tempo.

Concordamos com Dias e Aguiar (2002, p. 133), quando definem o turismo cultural como:

Uma atividade de lazer educacional que contribui para aumentar a consciência do visitante e sua apreciação da cultura local em todos os seus aspectos – históricos, artísticos e etc. Além disso, é uma forma de turismo que entre outros objetivos, envolve a apreciação de monumentos e sítios históricos, contribuindo desta forma para a manutenção do patrimônio cultural e natural da humanidade.

Desse modo, o turismo cultural é uma segmentação do mercado turístico que incorpora uma variedade de formas culturais, incluindo museus, galerias, festivais, festas, arquitetura, sítios históricos, performances artísticas e outras que, identificadas com uma cultura em particular, integram um todo que caracteriza uma comunidade e que atrai os visitantes em busca de características singulares de outros povos.

Segundo Oliveira (2002, p. 84), o turismo cultural pode ser definido como aquele que é “praticado por professores, técnicos, pesquisadores, arqueólogos, cientistas, estudantes em busca de novos conhecimentos. São viagens organizadas exclusivamente para esse fim.”

Exemplar é o que ocorre em Minas Gerais, onde já existe um roteiro de turismo cultural, formatado, que se transformou em um produto turístico, possuindo uma segmentação cultural e tendo por base as pessoas acorrem para visitar patrimônios culturais.

Sob esse prisma, Dias (2003, p. 173) informa que:

O Turismo Cultural, além de seus efeitos sobre a economia local, principalmente a ampliação do número de postos de trabalho, contribui para a coesão social, a identidade local e regional e o desenvolvimento comunitário, que ocorrem nos diversos pólos decorrentes deste tipo de turismo.

As diversas faces da cultura exercem grande influência sobre o bem-estar econômico e social de uma região. A cultura e as diversas atividades correlatas constituem uma fonte direta e indireta de geração de novos postos de trabalho. Trata-se de um fator que influencia a destinação de investimentos, pelo fato de projetar uma imagem positiva, contribuindo para tornar uma região atrativa.

Em Cuiabá, constatamos alguns locais de relevância histórica, como o Córrego da Prainha, o Chafariz do Mundéu, a Igreja do Rosário, dentre outros, pois todos estes locais estão entrelaçados com o início da história de Cuiabá, fazendo parte do patrimônio cultural, porém, não têm o reconhecimento e valor que merecem.

Segundo Barreto (2000, p. 8), “as questões relativas ao patrimônio tanto no aspecto material como no aspecto não material, aquilo que tão bem se define a palavra inglesa *heritage*, que poderíamos traduzir como legado cultural.” Com esta citação, fica claramente definido do que se trata o legado cultural, definido como todo patrimônio material ou imaterial que uma localidade possui, o que comprova literalmente sua identidade cultural, para que as gerações futuras possam ter o direito de saber sua origem e conhecer um pouco da sua história.

Ainda de acordo com Barreto (2000, p. 9):

A palavra patrimônio tem vários significados. O mais comum é conjunto de bens que uma pessoa ou uma entidade possuem. Transportado a um determinado território, o patrimônio passa a ser o conjunto de bens que estão dentro de seus limites de competência administrativa. Assim, o patrimônio nacional, por exemplo, é o conjunto de bens que pertencem a um determinado país.

O patrimônio pode ser classificado por duas grandes divisões: natureza e cultura. No entender de Barreto (2000, p. 9), “patrimônio natural são as riquezas que estão no solo e no subsolo, tanto as florestas quanto as jazidas. Quanto ao patrimônio cultural, esse conceito vem sendo ampliado à medida que se revisa o conceito de cultura”.

Trazendo estes conceitos para a realidade da capital de Mato Grosso, notamos que a questão cultural precisa de um pouco mais de atenção, de respeito e, o turismo, se planejado, pode ser um estímulo à manutenção da identidade da comunidade receptora.

As definições acerca do assunto vêm sofrendo alterações com o decorrer do tempo, se adaptando a uma realidade que faz o papel de mediadora entre o passado e o presente, fazendo uma âncora capaz de provocar sensações de continuidade, quando se refere ao próprio passado, de modo a permitir um referencial de identificação entre uma nação.

Barreto (2000) destaca que na atualidade há um consenso de que a noção de patrimônio cultural é muito mais ampla, incluindo não apenas os bens tangíveis, como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, devendo ser incluída a cultura das camadas menos favorecidas.

Segundo as afirmações da autora, fica evidente que o patrimônio deixou de ser definido pelos prédios que abrigavam reis, condes e marqueses ou pelos utensílios a eles pertencentes, mas o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade.

Esses patrimônios, naturalmente, podem sofrer ameaças de destruição, tanto pela deterioração normal, decorrente de fatores naturais, como também por mudanças nas condições econômicas e sociais, dentre outras. Os fatores mais comuns e provenientes da natureza seriam as enchentes, a erosão, a respiração humana e animal, as temperaturas e, os artificiais, a falta de conservação, vandalismo, escapamentos de automóveis, chaminés, entre outros. Para proteger o patrimônio dessas ameaças, são necessárias políticas de preservação, que não são neutras.

No Brasil, as preocupações com a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, cujo acervo é chamado de patrimônio cultural, estão presentes na Constituição Brasileira de 1988 que, na Seção II, da cultura, Artigo 216, assegura: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2004, p. 111).

Entende-se que, na preservação se busca a permanência do bem ao qual se atribui valor e/ou significado cultural. O ato de preservar ultrapassa a condição material do bem e alcança também seu significado histórico, seu valor imaterial, artístico, cultural, entre outros. Sob esse prisma, um bem é preservado para continuar evocando a história, a cultura e a memória de um povo para seus contemporâneos ou descendentes (CASTILHO, 1997).

A reutilização de prédios considerados de valor histórico por parte da empresa privada ainda encontra resistência nos meios intelectuais e oficiais, além de haver poucos projetos de particulares para utilização desses bens.

Laborde (1998) destaca que a posição geográfica, os acontecimentos históricos, os objetos materiais, as obras estéticas, a orientação econômica, a cultura, a forma de se viver, entre outros fatores, conforme eles se combinam, constituem um sistema de símbolos próprios de cada cidade. A identidade da cidade se manifesta em um conjunto de signos, de objetos ou de imagens que têm o poder de evocar algo. Assim, reforça a importância do sítio histórico da cidade, sua primeira manifestação perceptível.

Laborde ressalta, entretanto, que a cidade não compreende apenas os edifícios. As velhas habitações, unidas às condições do meio local ou regional, têm um papel importante na composição da paisagem urbana, em associação com o traçado e o perfil das ruas. Os detalhes concorrem igualmente: balcões, portas, janelas, revestimentos dos

muros, letreiros e vitrines das lojas, bares e restaurantes onde se percebe a vida da cidade, multidão sobre as calçadas, barulhos, sabores e odores. Os espaços verdes, as árvores, os arbustos entram nessa composição urbana, criando uma variedade de formas. E afirma: **“A cidade é a mostra de um passado e o espelho do presente. Retorna uma imagem que lhe dá a sua identidade”** (LABORDE, 1998, p. 192).

Ao realizarmos uma análise de Cuiabá sob esta perspectiva, percebemos que alguns prédios históricos no centro da cidade foram tombados, mas que nem todos recebem a devida atenção, pois constatamos que muitos locais, no centro histórico da capital, são utilizados para fins de prostituição, esconderijos de marginais, dentre outros.

Ruschmann (1997) alerta que é impossível desconsiderar a cultura de um povo como uma das mais importantes motivações das viagens turísticas. Entretanto, o desejo de conhecer os modos de vida de outros povos nem sempre vem acompanhado do devido respeito, da devida consciência do valor e do legítimo interesse por parte dos visitantes.

Diante das mais diversas culturas existentes no mundo, estas passam a constituir um elemento de atratividade das nações e, também, de regiões específicas dentro de um mesmo país. As conseqüências do turismo sobre a cultura das regiões visitadas têm sido alvo de muitos estudos realizados no exterior e suas conclusões demonstram que eles apresentam-se favoráveis para umas e desfavoráveis para outras.

Os impactos desfavoráveis apresentam-se com maior intensidade nos locais onde o fluxo de turistas é muito grande (turismo de massa), alertando os estudiosos para os riscos do comprometimento da autenticidade e espontaneidade das manifestações culturais.

Por outro lado, aqueles que reconhecem o turismo como um “revelador de cultura”, responsabilizam a atividade pelo sadio renascer de aspectos que, praticamente, estavam em extinção.

Precisamos utilizar o turismo de forma ordenada, planejada e sustentada, explorando a parte positiva da utilização de patrimônios históricos, fazendo com que não se deteriorem com os efeitos do tempo, ou sejam engolidos pelo progresso e crescimento desordenado, mas que seja mantida a identidade local como forma de atratividade turística, mantendo a história do surgimento da cidade de Cuiabá viva, para as futuras gerações, que têm o direito de conhecer as bases de sua identidade.

LUGARES DA MEMÓRIA EM CUIABÁ

O roteiro seguido pelo grupo teve início no famoso *Chá com Bolo* de Dona Eulália, seguido da visita à Igreja do Rosário e São Benedito, conhecimento do Museu da Imagem e do Som de Cuiabá, do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Secretaria Estadual de Turismo, da Casa Barão de Melgaço, das ruas do centro histórico e entorno. Visitou-se também o conjunto formado pela Praça da República, Museu Histórico de Mato Grosso e a Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, seguindo para a Praça Rachid Jaudy – Centro de Atendimento ao Turista; ao Centro Geodésico da América do Sul; ao Museu do Morro da Caixa D'água Velha e, caminhando, retornou ao centro para visitar a Residência dos Governadores e subir no Mirante da Prefeitura Municipal, que permite encantadora visão panorâmica da cidade.

Nosso olhar já não era mais aquele de quem andava apressado e passava pelas ruas do centro antigo e em frente a prédios históricos sem se dar conta de sua importância. Era um olhar à luz dos ensinamentos de Claval (1999, p. 63) que destaca: “a cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas”.

A aula de campo ao centro histórico e outras localidades de Cuiabá proporcionou uma viagem no tempo, em um momento que tudo vem se transformando e obtendo um novo significado, apenas uma nova forma de olhar a dicotomia do antigo e do novo em um mesmo espaço e período de tempo.

Nesse sentido, buscamos apresentar a idéia no “novo” e do “antigo através das imagens fotográficas e também dos contrastes existentes no espaço urbano, visto que elementos modernos convivem ainda com os antigos. Nessa perspectiva, compreendemos essas imagens fotográficas como fontes/documentos, portadoras de significativas informações.

CHÁ COM BOLO NA CASA DA DONA EULÁLIA

Localizada no bairro da Lixeira, a casa da Dona Eulália (figura 1) é um local de encontro entre amigos e visitantes de Cuiabá. O local abre às terças-feiras, quintas-feiras, sábados, domingos e feriados, oferecendo o bolo de arroz, o bolo de queijo e outras delícias, além do café, do chá, do leite e do chocolate, cortesias da casa.

Entretanto, Dona Eulália – que prepara os bolos de arroz há quase 50 anos, que aprendeu com sua tia, tendo como objetivo ajudar na

manutenção da família – ressalta que o principal ingrediente utilizado por ela é o amor. Constatamos que esse sentimento estabelece um elo entre os familiares que se unem para apoiá-la nas suas atividades.



Figura 1: Dona Eulália recepcionando o grupo

Foto: Acervo dos autores

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO

A Igreja é um dos principais monumentos religiosos de Cuiabá, é um dos marcos de sua fundação, tendo sido construída em adobe, por bandeirantes, em torno de 1750. Sua fachada, de grande simplicidade, é típica do estilo colonial brasileiro e esconde a decoração rococó nos altares do interior, com rica talha dourada. O primeiro edifício era uma capelinha de taipa, que se arruinou em pouco tempo. Restando uma das paredes, a partir dela foi erguido um templo maior. Quando a matriz de Cuiabá foi reformada, ainda no século XVIII, seu altar-mor foi transferido para a Igreja do Rosário e ali permanece até hoje.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, na década de 1920, recebeu uma fachada em estilo neogótico, com a construção de uma torre pontiaguda central, rodeada de pequenas janelas em ogiva. Na década de 1970, após o tombamento federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) construiu

uma fachada de acordo com o estilo original. O interior da igreja mantém-se o mesmo, desde o século XVIII. Recentemente, passou por nova restauração, estando em excelentes condições.



Figura 2: Fachada da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Cuiabá-MT

Foto: Bianka C. Moraes, 2008.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE CUIABÁ - MISC

O Museu da Imagem e Som de Cuiabá – MISC está localizado na Rua Voluntários da Pátria, esquina com a Rua 7 de Setembro. Em abril de 2006 foi inaugurado, tendo como sede um casarão da primeira metade do século XIX, que por si só conta muito da história da cidade. O local, antiga Casa de Alferes foi todo adaptado para abrigar a exposição de fotos de artistas, como Eurípedes Andreatto e Lázaro Papazian, entre outros. O museu possui ainda registro da história audiovisual, onde personalidades da sociedade cuiabana doaram antigas máquinas que integram a história da produção audiovisual de Cuiabá.

Passar pelo museu é como estar na Cuiabá do período colonial ou em um estúdio antigo de rádio ou de televisão. O visitante pode observar um poço antigo que servia os antigos moradores na Cuiabá colonial, ou falar num dos primeiros telefones, ou, ainda, contemplar fotos antigas.



Figura 3: Museu da Imagem e do Som de Cuiabá

Foto: Bianka c. Moraes, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

Uma visita à sede do IPHAN em Cuiabá constituiu uma viagem ao passado e à memória do período colonial desta cidade. No edifício (figura 4), a platibanda e as venezianas revelam a influência dos construtores italianos, vindos pela navegação fluvial no século XIX.

Em época mais recente, o casarão foi reformado incluindo algumas modificações, como a construção de uma varanda nos fundos, uma vez que, conforme os relatos e imagens daquela época, as casas não possuíam este cômodo. Tem também um pequeno jardim nos fundos. Pode ser verificada uma adaptação às necessidades atuais que é uma grade de proteção na porta de entrada, que permanece sempre aberta, mas a grade não.

As paredes da casa, para resistir ao tempo, foram cobertas pelo concreto, sendo possível, em apenas uma delas, verificar como eram as paredes daquela época, ou seja, de adobe, conforme demonstra a figura 5.



Figura 4: Fachada do IPHAN em Cuiabá/MT

Foto: Bianca C. Moraes, 2008.



Figura 5: Parede original no casarão do IPHAN/Cuiabá-MT

Foto: Silvano Oliveira, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Localizada na Rua Voluntários da Pátria, a sede atual da Secretaria Estadual de Turismo de Mato Grosso (figura 6) é também outro endereço de visita obrigatória para quem vem a Cuiabá com o intuito de conhecer os casarões históricos e também para daqueles que vivem na cidade e ainda não pararam para apreciar as belezas do centro histórico da Capital.

O local, além de abrigar a sede da Secretaria, possui espaço receptivo, denominado de Varanda do Turista (figura 7), capaz de acolher e orientar os visitantes. Lá, o turista pode se sentar em uma cadeira artesanal e assistir a vídeos cujos conteúdos revelam as inúmeras belezas turísticas e culturais de Mato Grosso. É possível ainda conhecer um pouco do artesanato mato-grossense pela decoração do casarão ou na vitrine de artesanatos regionais, ou, ainda, vislumbrar quadros de artistas regionais com composições da cultura cuiabana e indígena.



Figura 6: SEDTUR

Foto: Bianca C. Moraes, 2008.



Figura 7: Varanda do Turista na SEDTUR .

Foto: Silvano Oliveira, 2008.

CASA BARÃO DE MELGAÇO

Ao analisar os aspectos arquitetônicos da Casa Barão de Melgaço, edificada possivelmente entre os anos 1775 e 1777, Freitas (2001, p. 217) realiza a seguinte análise:

[...] a CASA BARÃO DE MELGAÇO foi tratada com maior requinte que o tempo já oferecia. Sua cobertura não mais de gramíneas ou folhas de coqueiro e suas paredes já recebem alisamento de revestimentos de cal e areia. As repetidas caições que tivera ofereceram a ela a limpeza que a tradição portuguesa recomendava. Os pisos receberam os elementos cerâmicos, ainda sobre o barro socado, e a cobertura de telha proporcionara a desejada ventilação. As paredes grossas e resistentes foram feitas somente de barro, socado a pilão, ou com os pés, entre formas de madeira, misturado com esterco de curral, fibras ou cascalho miúdo, a taipa de pilão, que tivera grande aceitação entre os paulistas [...] Também do barro moldaram os adobes que construíam as paredes mais finas.

No final do século XIX, a vinda dos construtores europeus, através da navegação fluvial, trouxe inovações que modificaram as antigas fachadas das casas coloniais. Nesse período, a Casa Barão de Melgaço passou por algumas mudanças, como a retirada dos beirais, trocados pela platibanda. Várias pilastras com caneluras foram distribuídas nas fachadas, destacando as portas e janelas por molduras, frisos e outros desenhos geométricos. Suas janelas ganharam a veneziana e, no interior, foram mantidas as grossas paredes dos tempos coloniais (FREITAS, 2001).

No dia 23 de novembro de 1930, a Casa Barão de Melgaço foi solenemente entregue ao Instituto Histórico de Mato Grosso e ao Centro Mato-grossense de Letras, atualmente denominados de Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Academia Mato-Grossense de Letras.

A Casa Barão de Melgaço (figura 7) foi tombada nas instâncias federal e estadual, passando a integrar o rico conjunto arquitetônico que compõe o centro tradicional de Cuiabá e que aos poucos está sendo restaurado e revitalizado por meio do Programa de Recuperação do Patrimônio Estadual, embora ainda haja muito a ser feito.

Segundo Siqueira (2006), ao se adentrar no imóvel, logo à soleira da porta, pode-se sentir o peso de sua tradição cultural. O busto de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço dá as boas vindas aos visitantes. O local possui uma biblioteca cuja importância é inenarrável, visto possuir obras raras e/ou preciosas, além de acervo fotográfico, o próprio imóvel em si, objetos preciosos/históricos e ainda acervos

privados, de família e institucionais que, segundo a autora, constituem a parte mais expressiva do acervo.

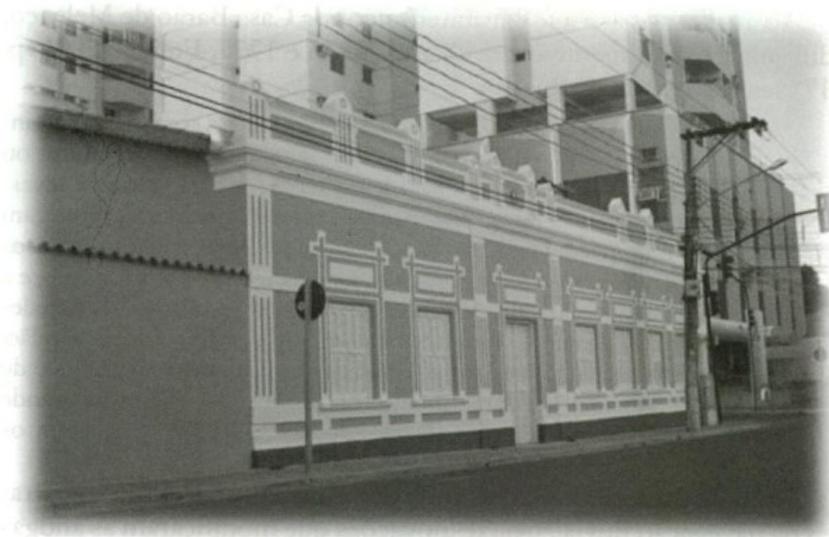


Figura 8: Casa Barão de Melgaço

Foto: Júlio Rocha, 2006.

MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO

Localizado na Praça da República, entre o também histórico prédio dos Correios e o Palácio da Instrução, a atual sede do Museu Histórico de Mato Grosso – prédio Thesouro do Estado – data do final do século XIX e abrigou a Thesouraria Provincial (Contadoria Provincial) de Mato Grosso. A obra foi iniciada no Governo do Presidente Antônio Corrêa da Costa e construída pelo empreiteiro Giuliano Capriata.

Foi inaugurado como museu, pela primeira vez, em 12 de agosto de 1978, e retrata a história de Mato Grosso desde o período colonial até a República. Re-inaugurado em 21 de novembro de 2006 possui oito salas para visitação com, aproximadamente, 9.500 peças, entre elas, documentos textuais e iconográficos e mobiliário proveniente do antigo Palácio Alencastro e da Residência dos Governadores, sem levar em conta o prédio que, por si só, conta muito da história mato-grossense.

Com a reforma do edifício, em 2006, as características das telhas foram recuperadas em seu estilo colonial e promovida uma adequação do espaço para portadores de necessidades especiais. Todo acervo está distribuído por época e assunto, propiciando ao visitante maior conhecimento da história de Mato Grosso.

O conjunto formado pela Praça da República, Catedral Basílica, Museu Histórico, Palácio da Instrução, Praça Alencastro, Secretaria de Estado de Cultura e Palácio Alencastro (figuras 9 e 10) insere o visitante no dinâmico cotidiano urbano. No mirante do Palácio Alencastro, pode-se vislumbrar um vista panorâmica da cidade. Na Galeria de Artes Visuais da Secretaria de Estado de Cultura o visitante poderá apreciar as exposições de artes que ocorrem seguindo um calendário de eventos culturais.



Figura 9: Museu Histórico de Mato Grosso

Foto: Bianka C. Moraes, 2008.



Figura 10: Palácio da Instrução

Foto: Bianka C. Moraes, 2008.

CATEDRAL BASÍLICA DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ

Um dos mais importantes espaços sagrados da capital é a Catedral Basílica dedicada ao Senhor Bom Jesus de Cuiabá, demarcado inicialmente pela presença de uma igreja de palha e pau-a-pique, levantada pelo Capitão-Mor de Cuiabá, Jacinto Barbosa Lopes. De acordo com Silva (1997), em 1739 o vigário, padre João Caetano, iniciou a construção de uma nova capela de taipa socada, sem torre, que parecia ampla, pois durante a construção abrigava a antiga capela.

Em 1771, o padre José Pereira Duarte, com o apoio do padre Passos d'Arco, desenhista e construtor, ergueu a primeira torre em forma piramidal, que se conservou até 1868, quando o arquiteto italiano Tortorelli, desenhou e construiu uma nova torre, com teto em forma de abóbada. Na década de 1920, a Matriz do Bom Jesus passou por uma reforma, ganhando nova fachada, com duas torres, aspecto que foi conservado até a sua demolição, em 1968 (SILVA, 1997).

A nova Catedral Basílica foi edificada no mesmo lugar onde fora erigida a primeira igreja do Senhor Bom Jesus, sua inauguração ocorreu em 24 de maio de 1973, integrando as festividades do jubileu de Prata do Arcebispo Dom Orlando Chaves, sendo que a elevação a Catedral Basílica ocorreu em 14 de novembro de 1974.

Para os católicos, trata-se de um local de oração e reflexão e, para os não católicos, amantes da arte e da beleza arquitetônica, trata-se de uma local ímpar para a cultura mato-grossense, conforme nos mostra a figura a seguir.



Figura 11: Praça da República e Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá

Foto: Bianca C. Moraes, 2008.

PRAÇA RACHID JAUDY – CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA

A praça integra o patrimônio arquitetônico mais antigo de Cuiabá e leva o nome de um ilustre cidadão que fez parte da história de Cuiabá, Rachid Jaudy. Revitalizada, em 2006, foi acrescida da construção do Centro de Atendimento ao Turista – CAT (figuras 12 e 13).

O local, além de servir de ponto de passagem e espera para o cidadão de Cuiabá, que lá encontra abrigo do sol e bancos confortáveis, a praça conta ainda com salas de atendimento ao turista, área de espelho d'água, estacionamento para ônibus de turismo, pontos de ônibus e de táxi, banca de revistas e um monumento dedicado à viola de cocho. No CAT, fomos recepcionados pela estagiária, estudante de turismo que ali atende visitantes e munícipes que desejam obter informações referentes às atividades turísticas do estado de Mato Grosso. O grupo foi presenteado com folders e panfletos explicativos sobre o turismo regional.



Figura 12: Praça Rachid Jaudy - Espelho D'água

Foto: Silvano Oliveira, 2008.



Figura 13: Centro de Atendimento ao Turista

Foto: Silvano Oliveira, 2008.

CENTRO GEODÉSICO DA AMÉRICA DO SUL

A cidade de Cuiabá está situada na parte mais central da América do Sul, exatamente no seu centro geodésico (figura 14). A determinação geográfica do local onde se situa este marco se deve ao grande oficial do Exército Brasileiro, Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon que, em 1909, juntamente com seu ajudante, o tenente Renato Barboza Rodrigues, tendo por base cálculos matemáticos, geográficos e astronômicos, confirmou o local conhecido como Campo d'Ourique, situado a 15°35'56" de latitude Sul e a

56°06'55" de longitude Oeste, tendo sido a localização geográfica reconhecida e confirmada oficialmente pelo Serviço Geográfico do Exército Brasileiro, em 1975.

O Campo d'Ourique era o local onde, antigamente, se castigavam os escravos e onde eram enforcados os condenados pela justiça. Posteriormente, ali se realizavam as famosas touradas cuiabanas. Para marcar este espaço foi construído, pelo artesão Júlio Caetano, no ano de 1909, um marco simbólico de alvenaria, onde foram gravadas as coordenadas geográficas do local (figura 15).

Mais tarde foi erguido sobre o marco original um obelisco de, aproximadamente, 20 metros de altura, revestido de mármore branco. Este obelisco foi erigido de forma a preservar o marco original, o qual se encontra, hoje, protegido por vidros.



Figura 14: Vista do Marco sobre o Centro Geodésico da América do Sul

Foto: Silvano Oliveira, 2008.



Figura 15: Ao fundo vista do primeiro marco construído sobre o local

Foto: Patrícia Christan, 2008.

MUSEU DO MORRO DA CAIXA D'ÁGUA VELHA

Conhecido como Morro da Caixa D'água, o pequeno aqueduto de estilo romano foi construído em 1882, pelo então governador José Maria de Alencastro. A caixa d'água recebia água aduzida pela Hidráulica do Porto, movida por máquina a vapor. Essa caixa abastecia a população cuiabana de água potável por gravidade.

Cuiabá vivenciava, dessa forma, a implantação de um novo sistema de abastecimento de água potável, com canos de ferro fundido embutidos no subsolo, mais precisamente na área central da cidade, marcando assim, a concepção do ambiente urbano de Cuiabá.

O projeto de revitalização do morro e restauração da caixa d'água transformou essa área em um significativo espaço educacional, cultural e turístico (figuras 16 e 17). Dotado de uma estrutura interna peculiar, as paredes são de pedra canga, pedra cristal e argamassa. As ogivas dividem a caixa d'água em três compartimentos e tinham a finalidade de diminuir a força das águas e não destruir as paredes. A água era distribuída às bicas e chafarizes de Cuiabá.

Atualmente, com a restauração e criação do Museu do Morro da Caixa D'água Velha, o local abriga exposições artísticas e paisagísticas do circuito regional e nacional, sendo possível conferir dezenas de exposições de gêneros e artistas diferentes ao longo do ano.



Figura 16: Estrutura modernizadora do morro

Foto: Silvano Oliveira, 2008.



Figura 17: Vista de uma das galerias do museu

Foto: Luciene Bauermeister, 2008.

RESIDÊNCIA DOS GOVERNADORES

O penúltimo local de visitação foi a antiga Residência dos Governadores (figura 18), construída na década de 1940 pelo então Interventor Federal Júlio Strubing Muller, e que, atualmente, abriga a sede da Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso - MT Fomento. Esta agência vem permitindo que empreendedores formais e informais, de baixa renda, tenham acesso a financiamentos para o desenvolvimento de seus pequenos negócios.

A visitação à área interna está proibida, sendo permitido ao grupo apenas a apreciar o jardim da área externa. No local estão expostos bustos dos ex-governadores do Estado, colocados recentemente, e isso pode contribuir para o conhecimento histórico aos visitantes.



Figura 18: Residência dos Governadores

Foto: Bianca C. Moraes, 2008.

MIRANTE DO PALÁCIO ALENCASTRO

O último local de visita foi o mirante existente na cobertura do prédio da Prefeitura Municipal, o Palácio Alencastro (figura 19), de onde é possível contemplar uma visão de 360° da cidade (figura 20).

O novo Palácio do Governo, construído pela administração pública, no ano de 1957, foi o primeiro edifício com sete andares em

Cuiabá. Segundo Freire (1997), a cidade pagou um alto preço para imprimir na sua paisagem esse signo da modernidade, pois destruiu o belo conjunto formado pelo Palácio e demais casarões vizinhos, desrespeitando a memória do passado.

Póvoas (1995) informa que o antigo Palácio foi sede do Governo de Mato Grosso desde 1819, quando foi adquirido pelo último Capitão General de Mato Grosso, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. Recebeu o nome de Palácio Alencastro em 1882, após as reformas realizadas pelo Governador José Maria de Alencastro. Foi demolido pelo Governador João Ponce de Arruda em 1957, que iniciou a construção do atual Palácio Alencastro, concluído pelo Governador Fernando Corrêa da Costa. Em 1975, o “novo” edifício passou a ser a sede da Prefeitura Municipal, após a mudança do governo estadual para o CPA (Centro Político Administrativo).



Figura 19: Praça e Palácio Alencastro

Foto: Bianka C. Moraes, 2008.



Figura 20: Vista geral de Cuiabá a partir do Mirante do Palácio Alencastro

Foto: Bianka C. Moraes, 2008.

PALAVRAS FINAIS

Após um dia de percurso pelo centro histórico e comercial da cidade de Cuiabá, constatamos o quanto a cidade é rica em culturas diferentes no decorrer de sua formação. Sua paisagem ostenta casarios diversos construídos em períodos diferentes e por profissionais com naturalidades distintas. Cuiabá apresenta-se como uma cidade rica na sua diversidade e unidade. Um fato é indiscutível: a hospitalidade local, característica marcante da região.

O trabalho realizado nos chamou à reflexão sobre a paisagem cultural de Cuiabá, seu simbolismo e lugares da memória... seus personagens do passado e do presente, a exemplo da Dona Eulália, que mantém viva a cultura e culinária cuiabanas.

Passamos manhã e tarde subindo e descendo ladeiras, entrando e saindo de casarões centenários, conhecendo acervos de museus e também visitando igrejas. Ao fim, observamos no espaço percebido, concebido e vivido, como a cultura se expressa no cotidiano de Cuiabá e voltamos para nossas casas com um novo olhar sobre a Cidade Verde.

Descrever a sensação de (re)descobrir Cuiabá talvez seja algo impossível de ser expresso com palavras, mas o fato é que tudo que foi visto, dito e ouvido foi de grande importância para o grupo, em especial para aqueles que têm na capital mato-grossense seu objeto de estudo, pois as diferentes áreas da cidade se articulam na dinâmica urbana.

Essa riqueza cultural que a cidade oferece é um grande atrativo turístico local que, além de contar de uma maneira participativa a história da cidade aos seus visitantes e residentes, pode gerar renda, movimentando a economia local e mantendo sua identidade cultural.

Todos esses traços de identidade e memória não podem ser diluídos pelo “progresso”, devendo permanecer demonstrando que a capital do estado de Mato Grosso pode se tornar um novo pólo do turismo histórico e cultural, inserido nos roteiros já existentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BRAMBATTI, Luiz E. **Roteiro de turismo e patrimônio histórico** (Org.). Porto Alegre: EST Edições, 2002.
- BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papirus, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- CASTILHO, Elizethe Rosa. **Patrimônio histórico** – uma questão de identidade. Secretaria de Estado de Cultura. Coordenadoria de Preservação Cultural. Cuiabá: SEC, 1997.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz F. Pimenta e Margareth C. A. Pimenta. Florianópolis: EdUFSC, 1999.
- DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas: Alínea, 2002.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FREIRE, Júlio De Lamônica. **Por uma poética popular da arquitetura**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- FREITAS, Moacyr. A arquitetura da Casa Barão de Melgaço. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. v. 59. Cuiabá: IHGMT, Entrelinhas, 2001. p. 215-221.
- LABORDE, Pierre. L'identité: valeur du futur de la ville? Coimbra: **Cadernos de Geografia**, n.17, 1998, p. 191-193.
- OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- PÓVOAS, Lenine C. **História geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império**. vol 1. Cuiabá: L. C. Povoas, 1995.
- RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SILVA, Paulo Pitaluga C. In: SILVA, Paulo P. C.; FREITAS, Moacyr. **Gravuras cuiabanas**. Cuiabá: M.E. Cardoso, 1997.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. A Casa Barão de Melgaço vista por dentro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. n. 64. Cuiabá: IHGMT, 2006, p. 75-96.

PARTE 2

COMUNICAÇÃO

COMEMORAÇÃO DO DIA DO VEREADOR

Aecim Tocantins¹

Razões relevantes levaram-me a aceitar o delicado convite do ilustre presidente vereador Lutero Ponce para pronunciar breves palavras nesta solenidade.

Ao pronunciar-las, faço uma longínqua e agradável viagem relembrando o início da minha vida pública. Adentrei-a conduzido pelas mãos honradas do notável político mato-grossense senador João Villasbôas.

Já lá se vão cinquenta e seis anos quando, em meio a uma plêiade de candidatos me elegia vereador pela nossa sempre sobranceira Cuiabá. Compenetrei-me da magnitude da função e tudo procurei fazer para não deslustrá-la.

Elegi-me pela UDN – União Democrática Nacional sob à égide do idealismo da invulgar figura do brigadeiro Eduardo Gomes, a cujo descortino, coragem e patriotismo muito deve a redemocratização do nosso país.

Com a mais grata recordação reverencio a memória daqueles vereadores que consagraram uma parcela da sua vida no desempenho de tão nobre função.

E, aos que ainda sobrevivem o nosso respeito e gratidão pelo que fizeram em prol da querida Cuiabá e do bem-estar de sua gente.

Aos atuais integrantes do poder legislativo cuiabano as nossas entusiastas saudações e votos para que com seu trabalho sério e responsável, correspondam à confiança popular que lhes foi outorgada.

Rememorar o passado, festejar as figuras que contribuíram para a sua história e em destaque àquelas que não mais existem, constitui gesto da mais profunda sensibilidade humana a par de grata recordação que desperta.

A decisão unânime dos edis cuiabanos da atual legislatura, ao acolher a iniciativa do presidente e vereador Lutero Ponce, concedendo a homenagem que ora se tributa aos cento e oitenta legisladores que atuaram na Câmara Municipal, ao longo dos anos, expressa o sentimento de nobreza que impera nesta Casa.

1 Sócio efetivo do IHGMT, membro do Conselho Fiscal, Contador.

Essa gentileza toca fundo ao coração dos homenageados que ainda sobrevivem e dos familiares representando aqueles que já nos deixaram, mas que vivem na saudade.

Por essas razões, apresentamos ao senhor presidente e aos senhores vereadores o cordial reconhecimento de todos agraciados.

O exercício da vereança é a melhor escola da vida pública. O vereador é o mais íntimo representante do povo.

Bom seria se todos aqueles que se propõem ao exercício do mandato legislativo o iniciassem pela vereança.

Em particular, no meu caso, credito ao desempenho dessa nobre função, fator preponderante dos êxitos que pude alcançar na minha vida pública. Por isso, dou graças ao Senhor Bom Jesus por essa oportunidade que me concedeu.

A par das costumeiras indicações de imediato interesse da comunidade deve o vereador, acima das siglas partidárias, participar junto ao executivo da elaboração de projetos sérios, compatíveis com a possibilidade do erário público, estudar e criar fontes de receitas e envolver-se nos programas formulados dentro dos planos de desenvolvimento econômico, social e ambiental do município.

Dentro dessa patriótica conexão de esforços o vereador estará cumprindo plenamente seu importante papel constitucional.

Na qualidade de partícipes os vereadores devem se ufanar dos resultados positivos da administração pública, em cujo período eles tenham exercido o seu mandato, pois o progresso não é dos poderes, mas sim da comunidade.

O propósito altruístico dos vereadores confunde-se com o do executivo na condução responsável e honesta da coisa pública.

As lutas político-partidárias devem desenrolar-se durante as campanhas eleitorais. Findas estas, cabem aos vitoriosos compreenderem a função Divina com as quais foram agraciados. Divina sim é a função pública, pois muitos são chamados, mas poucos os escolhidos.

Já que estamos em meio a uma comemoração política, entendo oportuno externar de maneira sucinta e rápida o meu pensamento quanto ao bom funcionamento do sistema democrático.

O regime político-partidário deve ser um instrumento que fortaleça e dignifique a democracia.

Aos partidos políticos cumpre a missão de se constituírem em verdadeiras escolas de civismo. Eles devem contribuir para a formação ética da personalidade humana e florescimento de lideranças, cuja renovação é decorrência própria do regime democrático.

Condição básica para a militância partidária deve ser a fidelidade aos princípios do partido e a exigência para que suas lideranças tenham conduta que as tornem pela inteireza de seu caráter, dignas do respeito dos seus liderados.

O idealismo, sob todos os prismas, é a bússola norteadora do procedimento do cidadão que se propuser ao múnus público.

Os partidos políticos devem ser grandes nas vitórias e gigantes nas derrotas.

Assim pensando, o político pela sua excelsa postura passa a constituir-se num espelho dignificante para os concidadãos.

Governar no regime democrático é muito difícil quando seus participantes não possuírem cultura política e sejam carentes de espírito público.

A política partidária deve ser concebida como uma superior missão e jamais por ambição.

A par do meu mais profundo agradecimento aos preclaros vereadores por terem me distinguido com honroso convite para participar e discursar nesta significativa solenidade, renovo minha confiança no papel cada vez mais relevante da nossa Cuiabá no contexto do progresso grandioso de Mato Grosso.

Prova patente de que a vereança é o caminho certo para a militância na vida pública, temos o exemplo do prefeito Wilson Santos que também ilustrou aquela função. Aproveito o feliz ensejo para apresentar à sua excelência os mais efusivos aplausos pela visão macro que tem imprimido na sua administração, antevendo, como estadista, o promissor futuro da nossa capital.

Citando o filósofo francês Frankcrane quero justificar a minha presença nesta augusta assembléia dizendo que “não se envelhecem com o passar dos anos, mas sim pelo abandono dos ideais”.

Com as vistas voltadas ao Senhor Deus, agradeço a todos que pacientemente me ouviram.

Comemoração do DIA DO VEREADOR

Centro de Eventos do Pantanal

Cuiabá (MT), 01 de outubro de 2007.

UM MILITAR NA CASA CIVIL

Aecim Tocantins¹

Encontrava-me a passeio, em São José dos Campos, quando soube da escolha que o prezado Governador Blairo Maggi fizera do nome do Major Eumar Roberto Novacki para exercer o cargo de Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado. De imediato, manifestei ao nosso Governador os meus aplausos pela acertada decisão.

O substancioso currículo do major Novacki, a sua modéstia e a absoluta confiança pessoal do Governador, o credenciam satisfatoriamente ao exercício dessa relevante função.

Para alguns pareceu estranha a presença de um militar na Chefia da Casa Civil. Mero engano, porém, eis que o importante é o valor pessoal do cidadão.

Situação análoga presenciei em Brasília, quando Primeiro Representante de Mato Grosso junto à Comissão Especial de Divisão do Estado. Naquela oportunidade várias vezes me contactei com o General Golbery Couto e Silva, que exercia as funções de Ministro Chefe da Casa Civil no Governo do Presidente Ernesto Geisel. Pude observar e aquilatar quão importante foi a colaboração do General Golbery à administração pública federal. Pela confiança de que gozava do Presidente da República, agia com muita diligência, capacidade e determinação.

Na velha República, na presidência de Epiácio Pessoa, o civil Pandiá Calógeras exerceu com brilhantismo a Chefia do Ministério da Guerra e, interinamente, o da Marinha.

Por outro lado, há de se lembrar que o cargo de Ministro Chefe das Forças Armadas tem sido sempre exercido por um civil, exemplo clássico do que ora ocorre em relação ao Ministro Nelson Jobim.

Neste ensejo, convém lembrar que o médico cuiabano Joaquim Murtinho foi um dos melhores Ministros da Fazenda, tendo saneado as finanças do País, no governo Campos Sales.

A Casa Civil tem papel preponderante na estrutura administrativa do Estado. O seu chefe é o interlocutor imediato do Governador.

1 Sócio efetivo do IHGMT, membro do Conselho Fiscal, Contador.

dor em diversas circunstâncias, principalmente nas suas ocasionais ausências.

Na esfera da administração pública é o imediato representante do Governador, com quem mantém perfeita consonância.

Cabe ao Chefe da Casa Civil preocupar-se, atentamente, com o bom relacionamento junto aos poderes institucionais. O seu contato precisa ser permanente com os representantes federais, estaduais e municipais, inclusive com o mundo político em geral.

Reconhecida a impossibilidade da audiência pessoal com o Governador, necessário se torna que o Chefe da Casa Civil estabeleça medidas adequadas visando a proporcionar o mais fácil acesso dos prefeitos, dos vereadores e da comunidade em geral, à administração pública.

Lembro-me que quando exercia as funções de Chefe da Casa Civil no Governo do Dr. José Fragelli, excepcionalmente acompanhava o Governador nas suas viagens, pois entendia que a minha presença na sede do governo se tornava indispensável ao atendimento de possíveis eventualidades. E, mais ainda, raramente deixava o Palácio antes das vinte horas, aproveitando, outrossim, os dias de folga para o estudo e apreciação mais profunda dos problemas da semana.

Tenho conhecimento de que o Major Novacki, homem muito interativo, introduziu sensíveis modificações na Casa Civil, objetivando o mais pronto e eficaz atendimento.

De fato, em pouco tempo de gestão a sua presença naquele importante órgão já se tem destacada.

Bem andou, pois, o nosso Governador, na escolha do seu novo Chefe da Casa Civil.

Cuiabá, 5 de junho de 2008.

CAMPANHA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Aecim Tocantins¹

Oportuna é a obra “A Criação de Novos Estados – Verdade e Mito” de autoria do conceituado escritor e jornalista Pedro Valle, no instante em que a Procuradoria Geral da Justiça, em perfeita sintonia com a respeitável Ordem dos Advogados do Brasil e com outras importantes entidades representativas da sociedade brasileira, lança a Campanha Nacional de Combate à Corrupção.

O autor atribui e comprova o lamaçal de corrupção e de desvio de dinheiro público que, particularmente, os fracionamentos das unidades territoriais têm causado ao país. Outrossim, relata com precisão os vultosos prejuízos e malefícios que, via de regra, as divisões territoriais causam ao tesouro público.

Pedro Valle, depois de demorada e profunda pesquisa, elaborou um trabalho do mais alto valor que muito bem se destina à reflexão daqueles que se dedicam à vida pública e, especialmente, militam na política-partidária. É um livro de fidedignas assertivas, baseadas em fatos concretos, de conhecimento público e amplamente divulgados.

A obra relata, de forma clara e fiel, os deslizes e escândalos que comprometem sobremaneira a vida de uma gama de pessoas no exercício da vida pública e na militância político-partidária. Demonstra, igualmente, que à deriva do interesse público sobrepõe sim, interesses puramente particulares e eleitoreiros, desprovidos do necessário sentimento de responsabilidade cívica. Dentro desse justo raciocínio, o autor elenca uma série de casos de corrupção em que estão envolvidos os defensores da malfazeja propositura de fracionamentos territoriais.

A corrupção é uma terrível anomalia que macula a democracia, entristece e revolta a sociedade e, de maneira especial, desencanta a

1 Sócio efetivo do IHGMT, membro do Conselho Fiscal, Contador.

mocidade, o que é extremamente grave. É um trabalho de fôlego que, pela abrangência e profundidade das pesquisas feitas e das comprovações apresentadas, merece ser distribuído para toda a população brasileira.

Andou bem o autor do livro, convidando para prefaciá-lo o brilhante jornalista e escritor Onofre Ribeiro, digno membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Merecida distinção a quem tem se dedicado, com louvável entusiasmo cívico, no estudo sobre a divisão territorial, assunto de real repercussão à economia do Estado.

É nesse contexto muito significativa será a participação da classe estudantil que, em tantos movimentos cívicos, do nosso país, do nosso Brasil, têm sido relevante.

A imprensa, cuja atuação em todos os tempos esteve sempre na linha de frente em prol da defesa dos princípios morais e cívicos, por certo estará engajada em tão nobre movimento.

A Igreja, em todas as suas crenças cristãs, tem-se posicionado também a favor dessa salutar campanha, vez que a corrupção se constitui num sério pecado que afronta duramente os sentimentos do homem.

Pela magnitude e importância do assunto é uma obra que precisa ser lida, não somente pelos dignos membros do Ministério Público, mas, também, por todos quantos amantes e responsáveis pela dignidade da vida pública e que se filiam nessa linha patriótica e tão necessária campanha.

Parabéns Pedro Valle... pelo feliz e tão oportuno brado que, certamente, há de ecoar e encontrar guarida no seio da comunidade brasileira.

Cuiabá, 18 de julho de 2008

O HINO NACIONAL E O HINO À INDEPENDÊNCIA

Joel Leão¹

Ao estudarmos a formação de nossa nacionalidade e a questão do Hino Nacional, queremos registrar um fato que pode, à primeira vista, ser desrespeito aos símbolos nacionais, mas não o é; referimos-nos à mudança do nosso antigo 1º Hino Nacional (hoje, Hino da Independência).

Em 1998, ano em que se comemorou os 200 anos de nascimento de D. Pedro I (12.10.1798), procuramos resgatar a memória do Proclamador de nossa soberania política, inclusive destacando o seu papel como unificador do nosso País, e o co-autor do nosso verdadeiro Hino Nacional, corrigindo esta injustiça com nosso antigo Imperador.

O antigo Hino Nacional do Brasil fluiu num tempo histórico, marcado pelas lutas na busca de soberania e na formação de nossa nacionalidade. Tanto a letra como a música de nosso antigo Hino Nacional representavam o momento histórico e o clima psicológico da formação de nossa nacionalidade.

Lamentavelmente, o antigo Hino Nacional foi mudado para o atual Hino, que teve a sua música composta por Francisco Manuel da Silva, em 1831, para comemorar a abdicação de D. Pedro I, o que foi um gesto antipatriótico, atingindo, assim, a memória histórica de nosso País, e um insulto ao nosso primeiro Imperador.

Este Hino foi, em princípio, conhecido com o nome de Hino de 07 de abril ou Hino da Abdicação e com uma antiga letra, na época composta por Ovídio Saraiva.

A letra do atual Hino Nacional foi escrita por Joaquim Osório Duque Estrada, em 1909. Portanto, 78 anos depois da composição de sua música. O Hino atual brasileiro, pela quilométrica letra, não foi composta para ser cantado. Como sobrou letra, a música tem que ser repetida para não deixar os versos de Duque Estrada órfãos de melodia.

1 Cineasta. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

O Si bemol (tom original da música) é considerado alto demais para voz humana. Para que se possa cantar os inúmeros versos do Hino, há necessidade de se acertar com a orquestra a execução em outro tom: o Fá maior, segundo avaliação dos ‘experts’, daí gerando a confusão de dois tons como uma decorrência na composição da música e letra terem sido composta com 78 anos de diferença. Realmente, o que Duque Estrada escreveu foi uma enorme poesia.

Por outro lado, a música do atual Hino, segundo alguns estudiosos no assunto suspeitam, foi um plágio da partitura (Matinas de Nossa Senhora da Conceição), do Padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), uma das glórias da música erudita brasileira, o qual compôs mais de 500 peças, sendo mestre da Capela Real no Rio de Janeiro. Era neto de escrava, sendo sua maestria e performance repercutida na Áustria.

No século XX, alguns musicistas elevaram José Maurício Nunes Garcia à “Santíssima Trindade da música brasileira”, ao lado de Carlos Gomes e Villas Lobos.

Os musicólogos brasileiros Aldo Pereira, Marcelo Duarte, Marcelo Antunes Martins, Sergio Dias, Paulo Castagna, Marcelo Fargelande e outros levantaram a hipótese cada vez mais plausível de que o atual Hino Nacional é, na verdade, cópia do tema de Garcia e outros compositores como Franz Liszt (Árias – Don Sanches), Giovanni Pergolesi (La Selva Padrona).

Destaque-se que nessa época Francisco Manuel da Silva era copista e arquivista da Orquestra da Corte.

A música é uma forma de comunicação do espírito e expressão soberana dos sentimentos.

A bem da verdade, o atual Hino Nacional não retrata a fidelidade do momento histórico e o clima da psicologia das massas e o inconsciente coletivo do povo brasileiro. Sua música e sua letra composta em tempos diferentes levaram a uma aberração musical.

Por que a mudança do antigo Hino Nacional? Não encontramos razões plausíveis.

Destaque-se que foi o clima histórico de 1822 que plasmou a nossa alma nacional. Nações como França, Inglaterra, Canadá, que passaram por várias transmutações políticas, sociais e econômicas continuam com o mesmo Hino representativo daquele momento culminante de sua história, em que plasmava as suas nacionalidades.

Além do mais, o atual Hino Nacional é muito mais fruto do Positivismo que dominou a jovem República do que a expressão de nossa formação nacional.

O Hino Nacional atual também não resiste à crítica estilística de alguns aspectos elementares, pois na seleção vocabular, o autor inseriu palavras cujos significados são ignorados por muitos brasileiros (mesmo aqueles com instrução superior), exemplos: lábaro, garrido, impávido, flâmula, fúlgidos. Além da presença de cacófono (herói do brado).

Apresenta, ainda, ambigüidade como a construção da frase “deitado eternamente em berço esplêndido”, cuja afirmativa pode sugerir uma ufania e mesmo uma inércia do povo brasileiro.

Ressaltamos que, em ocasiões solenes vários brasileiros passam pelo vexame de não saber cantar todo o Hino Nacional pela sua longa extensão, como foi observado recentemente, com os jogadores brasileiros na Copa de 2002.

Todos estes fatos, além de ferirem o espírito e a alma soberana dos sentimentos patrióticos, geraram uma deformação histórica musical do nosso Hino Nacional.

O antigo Hino Nacional, hoje Hino da Independência, era a sublimação artística, política, histórica da Independência brasileira.

Nunca tivemos, portanto, o intuito de desrespeitar os símbolos nacionais, notadamente, o Hino Nacional.

O que pretendemos chamar a atenção, à luz da História e da Sociologia Política, é a descontinuidade evolutiva do atual Hino Nacional Brasileiro, é a descontinuidade evolutiva do atual Hino Nacional Brasileiro, fato que não ocorreu em relação à evolução histórica da formação da nossa BANDEIRA, cujos traços e origens foram buscados desde a Casa Real Portuguesa até a caracterização da nacionalidade brasileira.

Não nos esqueçamos de que a Nação é a alma do Estado, a qual se baseia na consciência comum de suas origens, tradições, lutas etc, que geram uma solidariedade orgânica, produzem um amálgama ético, uma unidade histórica, (com diversidade cultural), uma hegemonia espiritual, uma consciência coletiva com uma unidade política.

Finalmente, como homenagem ao Proclamador de nossa Independência e do primeiro Hino Nacional Brasileiro, queremos declarar o seu espírito de estadista quando ele afirmava: Perder o povo é como perder a pátria.

Convém, por outro lado, ressaltar a palavras de José Bonifácio quando da abdicação de nosso primeiro Imperador, e a sua solicitação para assumir a tutela de D. Pedro II:

Não posso recusar um pedido de um Monarca neste momento de aflição.

Curiosa figura de D. Pedro I, cheia de contradições. Um liberal que se tornou um absolutista; um monarca que renunciou a dois tronos; um pai amoroso; um marido infiel.

Este imperador consolidou nosso vasto país, impediu que o Brasil se tornasse novamente uma colônia de Portugal e, principalmente, nos deu a nossa unidade e a nossa independência política.

Portanto, as nossas homenagens ao primeiro Hino Nacional e ao seu autor, D. Pedro I.

REFERÊNCIA

BOTELHO, Caio Lóssil. **Geografia Monística.**

MISSÃO CRULS

Joel Leão¹

*O homem que
Demarcou o local da
Construção da Capital
Federal, Brasília. 1892.

*Seu Relatório previa a
Construção de uma
Estrada de Ferro, ligando
a cidade de Catalão (GO),
a Cuiabá (MT).

Professor de Astronomia
de Cândido Mariano da
Silva Rondon.



Luiz Ferdinand Cruls (1848-1908)

A primeira Constituição da República (1891), artigo 3º, determina a demarcação de uma área de 14.400 km² para futuramente ser estabelecida, no Planalto Central, a Capital do Brasil. Em 1892, na Presidência de Floriano Peixoto, foi criada a *Comissão Exploradora do Planalto Central* com o objetivo de demarcar a referida área.

O Ministro dos negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas, Antônio Gonçalves de Farias, por meio de portaria de número 119-A, de 17 de maio de 1892 organizou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, escolhendo para chefia-la o astrônomo brasileiro de origem belga, Luiz Cruls, que, na época, era professor da Escola Superior Militar e diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, atual 02365 Observatório Astronômico Nacional.

A Comissão Exploradora foi composta por 22 membros. Cruls escolheu entre os engenheiros militares, em geral, seus ex-alunos na Escola Superior de Guerra, diga-se de passagem, nesta época Rondon que foi seu aluno no Observatório Nacional já pertencia a Comissão

1 Cineasta. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Construtora de Linhas Telegráficas, mas seu grande amigo, o engenheiro Augusto Tasso Fragoso, foi escolhido entre outros especialistas que mais tarde incorporaram a comissão Rondon.

Vale ressaltar o trabalho fotográfico de Henrique Morize que produziu importante acervo iconográfico, durante as expedições da qual fez parte, dentre elas a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, em 1892. As diversas fotografias que deixou, além de registrarem uma capacidade invulgar nos enquadramentos e em suas composições, apresentam uma notável nitidez para época e condições em que foram realizadas.



Acampamento junto a Luziana – Goiás, 1892
Foto: Henrique Morize

No dia 09 de junho de 1892, ocorreu a partida da Comissão, do Rio de Janeiro para Uberaba, ponto final da linha Férrea da Companhia Mogiana. Desse ponto em diante, todo o percurso da missão foi realizada com o auxílio de animais cargueiros. Depois de deixarem Uberaba, a caminho de Pirenópolis, a comissão passou pelas cidades de Catalão, Entre Rios e Bonfim, chegando em 01 de agosto ao seu destino. Em Pirenópolis, a 12 de Agosto, Cruls decidiu dividir o pessoal em duas turmas, com o objetivo de percorrer o planalto, a ser explorado por dois caminhos diferentes.

O local escolhido para fixar a nova Capital Federal fica próximo a três grandes Rios brasileiros: O Preto, afluente do São Francisco, e os Rios São Bartolomeu e Descoberto, afluentes do Paraná. A área da futura Capital foi traçada sob a forma de um quadrilátero, conhecido

como *Quadrilátero Cruls*, para não surgir problemas de limites e para maior facilidade de demarcação.

O grupo dividiu-se em quatro equipes que fizeram em sete meses de trabalho, meados de 1892 ao início de 1893, (século XIX), um minucioso levantamento sobre topografia, clima, hidrografia, geologia, fauna, flora, recursos minerais e materiais de construção existentes na região. Percorreram 4.000 km, levando instrumentos e materiais meteorológicos e fotográficos, dispostos em 206 caixas, pesadas no total de 9.640 quilos.

A Fixação do Distrito Federal no Quadrilátero Cruls ocorreu em 1922, precisamente, 28 anos depois, na presidência de Epitácio Pessoa.

O Distrito Federal só seria uma realidade em 1960, graças à visão de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília, uma das mais bela e moderna capital existente no Mundo.

A ESTRADA DE FERRO

Mais tarde, com fundamento nos estudos anteriores de Cruls, que previam a continuação de uma estrada de ferro de Catalão a Cuiabá, como consta do relatório da Comissão Exploradora, Antonio Olyntho dos Santos Pires, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, resolve, em 09 de outubro de 1895, aprovar as instruções destinadas a construção da ligação férrea entre Catalão e Cuiabá. Elas foram assinadas em 02 de outubro de 1895, pelo escritor Joaquim Maria Machado de Assis, na época diretor Geral da Viação do Ministério.

A direção das obras da Estrada de Ferro de Catalão a Cuiabá é confiada ao engenheiro Luiz Cruls, chefe da comissão encarregada dos estudos da nova capital da União. Essa Estrada de Ferro ligaria a Capital Federal, Brasília, a Catalão, Goiás e Cuiabá-MT, um grande desenvolvimento ocorreria na região. As obras não foram iniciadas devido à falta de recursos financeiros dos governos posteriores.

Luiz Cruls (Louis Ferdinand Cruls) nasceu em Diest, província de Brabante, na Bélgica em 1848, naturalizou-se brasileiro, faleceu em 1908 na cidade de Paris, França, onde estava em tratamento médico, foi embalsamado, enviado ao Brasil e enterrado no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro, no dia 10 de agosto de 1908.

REFERÊNCIA

MOURÃO, Ronaldo R. *Observatório Meteorológico da Repartição dos Telegraphos*. Rio de Janeiro RJ. Biblioteca do Exército BR.

PARTE 3
POESIA

HISTORICIDADE

Benedito Pinheiro de Campos

Dezenas de anos a história é contada,
No Instituto Histórico sempre vivenciada
Historiadores, geógrafos, estudiosos, entendem
Da cultura e da história mato-grossense.

- Dom Aquino, Mesquita, Filogônio,
Estevão de Mendonça e outros,
Eméritos confrades que antecederam a gente,
Vibrando entre nós afetuosamente,
Visualizando sempre fatos eminentes.

Casa do Barão de Melgaço eternamente,
Sempre lembrado na história por gerações
De intelectuais, confrades e confeitras excepcionais,
Que emolduram a nossa história e nossos corações.

Casa Barão de Melgaço berço de heróis,
Lembrança eterna de homens fenomenais,
Estudos, acervos, idéias e pesquisas originais,
Sempre estimulando a história e o patrimônio tradicional.

Instituição moderna, renovada e atualizada;
Fomentadora da leitura e editoração orientada,
Nossas vênias ao Instituto Histórico e Geográfico
Modelo de sociedade perene, honrada e organizada.

Parte 1 – Artigos

A FAMÍLIA REAL NO BRASIL
E OS REFLEXOS EM MATO GROSSO

CENTENÁRIO DA COMISSÃO RONDON:
UM OLHAR SOBRE A MULHER NAMBIQUARA

NOTÍCIAS DAS MISSÕES DE MOXOS: RELATOS
PORTUGUESES DO SÉCULO XVIII (1722 – 1752)

FORÇA DE LINHA: PRESENÇA DE NEGROS NO FRONT
DE BATALHA NA GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870)

GEOMORFOLOGIA E TURISMO
NO ESTADO DE MATO GROSSO

PERÍODO DE ESTIAGEM

REVISITANDO CUIABÁ ATRAVÉS
DO TURISMO CULTURAL

Parte 2 – Comunicação

COMEMORAÇÃO DO DIA DO VEREADOR

UM MILITAR NA CASA CIVIL

CAMPANHA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

O HINO NACIONAL E O HINO À INDEPENDÊNCIA

MISSÃO CRULS

Parte 3 – Poesia

HISTORICIDADE



ISSN 1677-0897



A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso oferece ao leitor deste número um dossiê de artigos, comunicações e poética cujas temáticas são tecidas com fios históricos múltiplos, possibilitando um descortinar diferenciado ao estado de Mato Grosso. São outros olhares direcionados a questões já debatidas no meio acadêmico, mas que trazem novas abordagens em virtude do aparato teórico associado aos métodos e fontes adotados pelos autores. Família Real no Brasil, Mulher Nambiquara, Missões de Moxos, Guerra do Paraguai, Saúde em Várzea Grande e Turismo Cultural, dentre outros temas, ilustram o presente periódico do IHGMT.



Este número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso foi patrocinado pelo Governo Federal através do Ministério da Cultura - MINC e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e integra o conjunto de publicações promovidas pelo Ponto de Cultura do IHGMT.



Ministério
da Cultura

